PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DEMÓSTHENES DIEGO FERNANDES DE OLIVEIRA

O LEGADO NAS PEDRAS: os sítios arqueológicos de Marcelino Vieira, RN, Brasil, levados ao contexto escolar por meio da educação patrimonial

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Agosto / 2025

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA (PROFHISTÓRIA)

DEMÓSTHENES DIEGO FERNANDES DE OLIVEIRA

O LEGADO NAS PEDRAS: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA, RN, BRASIL, LEVADOS AO CONTEXTO ESCOLAR POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

MOSSORÓ
2025

DEMÓSTHENES DIEGO FERNANDES DE OLIVEIRA

O LEGADO NAS PEDRAS: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA, RN, BRASIL, LEVADOS AO CONTEXTO ESCOLAR POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, visando a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

F363l Fernandes de Oliveira, Demósthenes Diego
O legado nas pedras: os sítios arqueológicos de Marcelino Vieira, RN, Brasil, levados ao contexto escolar por meio da Educação Patrimonial.. / Demósthenes Diego Fernandes de Oliveira. - Mossoró, 2025. 141p.

Orientador(a): Prof. Dr. Valdeci dos Santos Júnior.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. 2. Educação patrimonial. 3. Sítios Arqueológicos. 4. Marcelino Vieira, RN, Brasil. 5. Guia educativo. I. dos Santos Júnior, Valdeci. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEMÓSTHENES DIEGO FERNANDES DE OLIVEIRA

O LEGADO NAS PEDRAS: OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA, RN, BRASIL, LEVADOS AO CONTEXTO ESCOLAR POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação em Ensino de História (Profhistória), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção de mestre em ensino de História.

Aprovada em: 13/08/2025. Banca Examinadora

gov.br Documento assinado digitalmente
VALDECI DOS SANTOS JUNIOR
Data: 11/09/2025 19:03:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. VALDECI DOS SANTOS JÚNIOR (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Data: 16/09/2025 14:43:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

–

Prof.ª Dr. ANDRÉ VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS CELESTINO RIOS E SOUZA
Data: 12/09/2025 07:21:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. CARLOS CELESTINOS RIOS E SOUZA
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

RESUMO

Este estudo, envolvendo a Arqueologia e a Educação Patrimonial, se desenvolve na mesorregião do Oeste potiguar, se concentrando na microrregião Alto Oeste, mais especificamente, nos sítios arqueológicos encontrados no município de Marcelino Vieira (RN). A partir de uma análise bibliográfica sobre a Arquelogia, a pesquisa incorpora uma abordagem interativa, que integra alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual “Padre Bernardino Fernandes”, localizada no referido município. A pesquisa utiliza o método da Educação Patrimonial, proposto pelo “Guia Básico da Educação Patrimonial” (1999), que define o próprio objeto patrimonial como principal fonte de informação, em que tencionamos estabelecer uma relação de afetividade entre os estudantes e os sítios arqueológicos, através de um processo de descobertas e construção do conhecimento, de forma a oportunizar o reconhecimento do valor histórico e cultural do patrimônio em questão. Aulas teóricas e práticas, fundamentadas em um diálogo com a Arqueologia, por meio de uma análise empírica e qualitativa dos sítios, constituem uma parte crucial do processo que, ao final, se consolida com a elaboração de um guia educativo, como produto didático, destinado a orientar visitas pedagógicas a esses locais, de modo que esse processo jogue luz nesse aspecto da história local, possibilitando a descoberta do valor patrimonial desses espaços de memória.

Palavras-chave: Arqueologia. Educação Patrimonial. Sítios Arqueológicos. Guia Educativo. Marcelino Vieira (RN).

ABSTRACT

This study, involving Archaeology and Heritage Education, takes place in the mesoregion of the Western Potiguar and focuses on the Alto Oeste microregion, more specifically on the archaeological sites located in the municipality of Marcelino Vieira (RN), Brazil. Based on a bibliographic analysis of Archaeology, the research incorporates an interactive approach that engages 6th-grade students from the “Padre Bernardino Fernandes” State School, located in the aforementioned municipality. The study adopts the Heritage Education method proposed in the *Basic Guide to Heritage Education* (1999), which defines the heritage object itself as the main source of information. The aim is to establish an affective relationship between students and archaeological sites through a process of discovery and knowledge construction, fostering the recognition of the historical and cultural value of the heritage in question. Theoretical and practical lessons, grounded in dialogue with Archaeology and supported by an empirical and qualitative analysis of the sites, constitute a crucial part of the process, which ultimately culminates in the production of an educational guide as a didactic resource to support pedagogical visits to these sites. This process sheds light on this aspect of local history and enables the appreciation of the heritage value of these spaces of memory.

Keywords: Archaeology. Heritage Education. Archaeological Sites. Educational Guide. Marcelino Vieira (RN).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Marcelino Vieira em relação a capital do estado.....	54
Figura 2	Sítio arqueológico João Brandinho I.....	57
Figura 3	Vista aérea do sítio arqueológico João Brandinho I.....	57
Figura 4	Sinais de dano patrimonial no sítio arqueológico Areias.....	58
Figura 5	Machadinha indígena de pedra polida.....	59
Figura 6	Machadinha indígena de pedra polida.....	60
Figura 7	Mão de pilão de pedra polida.....	60
Figura 8	Mapa 01 – Localização dos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira (RN).....	61
Figura 9	Mapa 02 – Localização do sítio arqueológico Areias.....	62
Figura 10	Reprodução dos grafismos do Areias, feitos por Cabral e Nasser (1964).....	64
Figura 11	Visão do contexto geoambiental do sítio arqueológico Areias.....	64
Figura 12	Detalhe do contexto geoambiental do sítio arqueológico Areias.....	64
Figura 13	Visão geral de painel gráfico do sítio Areias.....	65
Figura 14	Detalhes de painel gráfico do sítio Areias, com danos aos grafismos.....	65
Figura 15	Mapa de localização espacial (com perímetro e distribuição dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico João Brandinho I.....	66
Figura 16	Visão do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho I.....	66
Figura 17	Detalhe do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho I.....	66
Figura 18	Visão de painel gráfico do sítio arqueológico João Brandinho I.....	67
Figura 19	Visão de painel gráfico do sítio arqueológico João Brandinho I.....	67
Figura 20	Detalhe de gravuras rupestre do sítio arqueológico João Brandinho I.....	67
Figura 21	Detalhe de gravura rupestre do sítio arqueológico João Brandinho I.....	67

Figura 22 Mapa de localização espacial (com perímetro e distribuição dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico João Brandinho II..... 68
Figura 23 Visão do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho II..... 69
Figura 24 Detalhe do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho II..... 69
Figura 25 Visão de painel gráfico do sítio arqueológico João Brandinho II 69
Figura 26 Detalhe de gravuras rupestre João Brandinho II..... 69
Figura 27 Outro detalhe de gravura rupestre do João Brandinho II..... 69
Figura 28 Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação dos setores com painéis gráficos) sítio arqueológico João Brandinho III..... 70
Figura 29 Visão do contexto geoambiental do João Brandinho III..... 71
Figura 30 Detalhe do contexto geoambiental do João Brandinho III..... 71
Figura 31 Visão de painel gráfico do João Brandinho III..... 71
Figura 32 Detalhe de painel gráfico João Brandinho II..... 71
Figura 33 Detalhe de extração de que compromete a integridade do sítio..... 72
Figura 34 Detalhe de extração de que compromete a integridade do sítio..... 72
Figura 35 Desplacamento rochoso causado por possível impacto de explosão..... 72
Figura 36 Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico Picos..... 73
Figura 37 Visão do contexto geoambiental do Picos..... 74
Figura 38 Visão de painel gráfico do Picos..... 74
Figura 39 Visão de painel gráfico do Picos..... 74
Figura 40 Visão de painel gráfico do Picos..... 74

Figura 41	Detalhe de gravuras rupestre do Picos.....	75
Figura 42	Detalhe de gravuras rupestre do Picos.....	75
Figura 43	Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Riacho do Letreiro.....	76
Figura 44	Visão do contexto geoambiental do Riacho do Letreiro.....	77
Figura 45	Detalhe do contexto geoambiental do Riacho do Letreiro Areias.....	77
Figura 46	Painel gráfico do sítio Riacho do Letreiro.....	77
Figura 47	Detalhes de painel gráfico do sítio Riacho do Letreiro.....	77
Figura 48	Reprodução dos grafismos do sítio Riacho do Letreiro.....	79
Figura 49	Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Rio do Mestre.....	79
Figura 50	Visão do contexto geoambiental do Rio do Mestre.....	80
Figura 51	Visão do contexto geoambiental Rio do Mestre.....	80
Figura 52	Visão de painel gráfico do sítio Rio do Mestre.....	80
Figura 53	detalhes de painel gráfico do sítio Rio do Mestre.....	80
Figura 54	Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Saquinho.....	81
Figura 55	Visão do contexto geoambiental do Saquinho.....	82
Figura 56	Visão da região de concentração das gravuras.....	82
Figura 57	Visão de painel gráfico do Saquinho.....	83
Figura 58	Visão de painel gráfico Saquinho.....	83
Figura 59	Detalhe de gravuras rupestre do Saquinho.....	83
Figura 60	Detalhe de intenso processo abrasivo na rocha.....	83
Figura 61	Grafismo rupestre com morfologia assemelhada a um “esqueleto” no sítio arqueológico João Brandinho II, município de Marcelino Vieira-RN.....	84
Figura 62	Mural externo do Museu Histórico e Cultural Passagem do Freijó.....	87

Figura 63 Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II, em 07\12\2024..... 94
Figura 64 Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II, em 07\12\2014..... 95
Figura 65 Exposição temática da intervenção pedagógica..... 98
Figura 66 Exposição temática da intervenção pedagógica..... 99
Figura 67 Exposição temática da intervenção pedagógica..... 99
Figura 68 Exposição temática da intervenção pedagógica..... 100
Figura 69 Exposição temática da intervenção pedagógica..... 101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14

2 HISTÓRICO SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL..... 18

2.1 Os primórdios da Arqueologia no Brasil..... 19

2.2 A influência dos museus e das pesquisas amadoras na Arqueologia brasileira na segunda metade do século XIX..... 21

2.3 As pesquisas arqueológicas no século XX: a chegada da cientificidade..... 25

2.4 A Arqueologia brasileira no século XXI..... 30

2.5 A Arqueologia no Rio Grande do Norte..... 37

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O CONTEXTO ESCOLAR..... 41

3.1 O contexto inicial da Educação Patrimonial no Brasil..... 41

3.2 A Educação Patrimonial e o ensino de História no Ensino Fundamental..... 46

3.3 Guia básico da Educação Patrimonial do Iphan: uma possibilidade de abordagem metodológica..... 49

4 O CONTEXTO LOCAL: O MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS..... 55

4.1 Os sítios arqueológicos de Marcelino Vieira (RN)..... 62

4.1.1 Sítio arqueológico Areias..... 63

4.1.2 Sítio arqueológico João Brandinho I..... 66

4.1.3 Sítio arqueológico João Brandinho II..... 68

4.1.4 Sítio arqueológico João Brandinho III..... 71

4.1.5 Sítio arqueológico Picos..... 74

4.1.6 Sítio arqueológico Riacho do Letreiro..... 76

4.1.7 Sítio arqueológico Rio do Mestre..... 80

4.1.8 Sítio arqueológico Saquinho..... 82

4.2 Os sítios e seus significados..... 84

4.3 O procedimento: os sítios arqueológicos levados ao contexto escolar através da Educação Patrimonial..... 89

4.3.1 Primeiro momento (06\11\2024): conhecendo os principais conceitos (2 aulas – 100 minutos)..... 90

4.3.2 Segundo encontro (13\11\2024): a atuação do arqueólogo e a pesquisa arqueológica (2 aulas – 100 minutos)..... 91
4.3.3 Terceiro encontro (04\12\2024): Os sítios arqueológicos e os indígenas Panati (2 aulas – 100 minutos)..... 93
4.3.4 Quarto encontro (07\12\2024): Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II (3 aulas – 150 minutos)..... 95
4.3.5 Quinto encontro (19\12\2024): a montagem da exposição (6 aulas – 300 minutos em dois momentos, manhã e tarde)..... 97
4.3.6 Sexto encontro (20\12\2024): a exposição “O legado nas pedras: os povos originários e os Sítios Arqueológicos em Marcelino Vieira” (3 aulas – 150 minutos)..... 99
4.4 Produto educacional: guia educativo de visitação aos sítios arqueológicos..... 103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 107
REFERÊNCIAS 111
APÊNDICE: Guia educativo para visitas pedagógicas nos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira (RN)..... 115

1 INTRODUÇÃO

Dentre os conteúdos abordados da disciplina de “História”, no Ensino Básico, mais especificamente, nos anos finais do Ensino Fundamental, a Pré-história[1] representa um período que ocupa poucas páginas dos livros didáticos e, proporcionalmente às outras quatro convencionais “Idades da História” – Antiga, Média, Moderna e Contemporânea – é um dos temas que menos são dedicadas horas aulas trabalhadas, mesmo sendo o mais longo entre esses cinco tradicionais períodos que compõem o viés eurocêntrico da História que, ainda, é prevalecente no ensino da disciplina no Brasil.

Apesar disso, é um dos assuntos que mais desperta a atenção dos estudantes, sobretudo, na faixa etária e série em que é regularmente abordado no Ensino Fundamental, pois normalmente, com idades entre 11 e 12 anos, esses alunos do 6º ano estão em uma fase de mudanças e descobertas, o que lhes aguça a curiosidade de compreensão do mundo que os cerca.

A pouca demanda de tempo dispensado ao currículo, abordando a Pré-história, possivelmente se dá, pelo fato de ser um período cronológico, onde se encontra considerável dificuldade de acesso e análise das fontes e, até mesmo, desconhecimento da existência delas que, muitas vezes, estão mais próximas do que supomos. Assim, a Arqueologia é a ciência que mais contribui com a História, no sentido de descortinar esse passado, tornando-a essencial no processo de compreensão e produção do conhecimento histórico a respeito dessa temática.

Do ponto de vista da História humana, não se faz possível reconhecer nem dar significado ao passado sem que elementos que remetam a esse, estejam minimamente preservados, de modo a possibilitar a análise desses elementos que, um dia, tocaram de alguma forma o passado (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999).

Em se tratando da produção de conhecimento sobre a História Pré-colonial do Brasil, a preservação dos sítios arqueológicos, assim como dos seus vestígios materiais e visuais, que ligam o passado ao presente, se torna indispensável, pois possivelmente, estão nesses sítios as únicas fontes de informação disponíveis sobre a produção cultural e os sujeitos históricos que deixaram nas pedras esse legado.

---

[1] Neste trabalho será utilizado o conceito de História Pré-colonial brasileira, portanto, período anterior a chegada dos portugueses em 1500. Nota do autor.

No Brasil, as pesquisas arqueológicas passam por uma crescente que já vem, há pouco mais de duas décadas, onde o Nordeste se destaca com estudos voltados, principalmente, para os registros rupestres, devido a sua grande ocorrência. Na região Nordeste, vale destaque os estudos sobre Arqueologia no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí; na serra do Araripe, no Ceará; em Pernambuco, no Vale do Catimbau; na região central da Bahia, na serra das Paridas; e no Rio Grande do Norte, onde serão enfatizados os trabalhos desenvolvidos na microrregião Alto Oeste do estado (Santos Júnior, 2022).

Hoje, sabe-se que o território correspondente ao estado do Rio Grande do Norte já era habitado por seres humanos há cerca de 9.400[2] anos AP (Santos Júnior, 2020, p. 33). Numerosas são as marcas deixadas por esses habitantes da História Pré-colonial brasileira em praticamente todas as regiões do estado, evidências essas que se manifestam na forma de objetos de material lítico, de cerâmica e de registros rupestres, encontrados em mais ou menos 947 sítios arqueológicos, registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Neste estudo, a princípio, foi utilizada uma análise a respeito do surgimento e desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil, que levou a uma discussão sobre essa perspectiva em âmbito local, isto é, sobre as pesquisas feitas em Arqueologia no Rio Grande no Norte, onde foi dedicada especial atenção para a mesorregião do Oeste potiguar, mais pontualmente, na microrregião de Pau dos Ferros (Alto Oeste), na qual está inserido o município de Marcelino Vieira que conta, até o momento, com um conjunto de oito sítios arqueológicos[3], onde foi possível encontrar vestígios da presença humana pretérita, materializados, principalmente, através da simbologia rupestre, na forma de grafismos encontrados, na grande maioria das ocorrências, em afloramentos graníticos.

Esses sítios arqueológicos configuram justamente o cerne do presente trabalho. Neles estão presentes os símbolos que permitem uma conexão com os indivíduos que os produziram, possibilitando uma interpretação do contexto em que viviam.

---

[2] Datações feitas na década de 1990 pela Universidade Federal de Pernambuco em sítios arqueológicos nos municípios de Carnaúba dos Dantas e Parelhas (Santos Júnior, 2020, p. 33).

[3] Areias, João Brandinho I, João Brandinho II, João Brandinho III, Picos, Riacho do Letreiro, Rio do Mestre e Saquinho. Nota do autor.

A pesquisa não se restringe a um exame sobre a produção acadêmica existente a respeito do tema, outrossim, foi realizada uma análise de campo de forma qualitativa sobre os sítios arqueológicos em questão. Neste processo de análise empírica, foi possível integrar as turmas “A” e “B” do 6° Ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual “Padre Bernardino Fernandes”, localizada no município de Marcelino Vieira e, para tal, foram realizadas aulas teóricas e de campo, que foram instrumentalizadas pela metodologia do *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999) que, nessa fase, orientou o procedimento de interação com os sítios arqueológicos locais, com a finalidade de promover o processo de reconhecimento do valor patrimonial deles.

A dissertação é composta por cinco seções que concatenam os objetivos geral e específicos. Essas seções se apresentam com as seguintes abordagens: na primeira, a introdução, foi exposta a temática do estudo, os objetivos da pesquisa e o contexto da pesquisa.

Na segunda temos o primeiro capítulo de fato, onde foi estabelecido um “diálogo com a Arqueologia”, no qual foi proposto um sobrevoo, partindo da origem e o desenvolvimento das pesquisas no Brasil, passando pelo contexto arqueológico regional, no estado do Rio Grande do Norte, enfatizando trabalhos envolvendo a microrregião do Alto Oeste, na qual se inserem os sítios arqueológicos de Marcelino Vieira, foco da análise.

Nessa dialógica com a Arqueologia, a pesquisa trabalhou o conceito que foi originalmente importado como Arqueologia Pré-histórica, termo esse que foi muito bem reconfigurado por André Prous em “Arqueologia brasileira”, como “Arqueologia pré-colonial”, que seria um termo mais adequado ao contexto americano e, sobretudo brasileiro, no caso, pois supera a ambiguidade que ainda paira sobre o conceito de Pré-História (Vasques; Miller, 2021)

Na seção seguinte temos o segundo capítulo, que se dedica a uma reflexão sobre a Educação Patrimonial, focada em sua relação com o contexto escolar. Nesta etapa foi utilizada como referência, o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), que traz uma metodologia fundamentada na constatação de que o próprio elemento patrimonial representa o principal meio de obtenção de conhecimento sobre si e o contexto em que se insere (Horta. Grunberg e Monteiro, 1999).

O modelo metodológico do *Guia Básico da Educação Patrimonial* do Iphan, propõe a “utilização do objeto cultural como fonte primária de conhecimento”. Esse

método traz uma abordagem em quatro etapas: a **observação,** que será uma etapa sensorial, voltada para estimular uma interpretação que atribua um significado ao objeto; **registro,** etapa mais descritiva e de levantar apontamentos das análises feitas na etapa anterior; a **exploração,** fase de investigação aprofundada do objeto, onde surgirão questionamentos, hipóteses; e a **apropriação,** onde irrompe uma releitura do objeto, agora, com os significados próprios, gerados por um envolvimento afetivo, provocando atribuição de valor ao objeto (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999).

No terceiro capítulo, que ocupa a quarta seção, a pesquisa abordou o contexto local, no qual foi apresentada a análise a respeito do conjunto dos Sítios Arqueológicos, bem como expostos os resultados da intervenção educativa, a partir de um procedimento mediado pelo *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999) nos anos finais do Ensino Fundamental em Marcelino Vieira (RN).

Neste processo, as aulas de campo foram fundamentais, visto que, foi possível compreender que o contato direto do aluno com expressões e manifestações culturais, fontes ou evidências de um passado individual ou coletivo, promove a apropriação do conhecimento de forma adequada, pois “nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou” (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999, p. 7).

Na quinta e última seção foram expostas as conclusões de nossa pesquisa, reforçando os objetivos pautados e os resultados alcançados, bem como a reflexão sobre a importância e continuidade da pesquisa.

Por fim, a pesquisa se materializou em um produto educacional, na forma de um guia educativo, que visa orientar outros agentes educacionais a realizarem essa abordagem em diferentes contextos e momentos, com o propósito de estabelecer um processo contínuo de letramento patrimonial, promovendo a valorização e o reconhecimento dos sítios arqueológicos enquanto patrimônio cultural local.

2 HISTÓRICO SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO BRASIL

Etimologicamente, o substantivo Arqueologia, assim como tantos outros do nosso vocabulário, deriva do imenso legado linguístico grego, sendo a junção dos termos “arkhoios” e “logos”, que significam respectivamente, “antigo” e “estudo, resultando na palavra “arkhaiologia”, que teria como significado literal “estudo daquilo que é antigo” (Nascentes, 1955, p. 44).

No dicionário *on line* Michaelis (2025) da língua portuguesa, pode ser observado o conceito de Arqueologia, definindo-a como: “ciência que trata das culturas e civilizações antigas e desaparecidas, estudando-as por meio de artefatos, fósseis, habitações, monumentos e outros testemunhos materiais que delas restaram”.

É notória a curiosidade que a Arqueologia desperta no senso comum das pessoas e o efeito que a simples menção ao termo causa nos alunos que estão iniciando seus estudos sobre a história da humanidade nos anos finais do Ensino Fundamental. Em ato contínuo é possível verificar esse efeito nos jogos de videogame ou as premiadas produções cinematográficas, em que o principal atrativo parecem ser aventuras épicas, envolvendo caça a tesouros perdidos e relíquias mágicas, se desdobrando em cenários exóticos e com um arqueólogo ou arqueóloga no papel de personagem protagonista, salvando o mundo de vilões mal intencionados, com a mesma facilidade com a qual decifram enigmas sobrenaturais.

No entanto, a constatação aristotélica de que a arte imita a vida (mimesis), expressa em sua obra Poética, não se aplica a este caso, em que a realidade é bem menos idealizada – no sentido romântico – e, certamente, o arqueólogo se expõe bem menos ao risco de perder a vida em sua atuação profissional (Aristóteles, 1973, p. 440).

Não obstante, mesmo favorecendo a concepção de um estereótipo do arqueólogo enquanto um caçador de tesouros e que trabalha de forma solitária, obras de ficção como a franquia *Indiana Jones,* podem evidenciar alguns aspectos positivos para a área do conhecimento em questão, senão vejamos dois: promover a popularização da Arqueologia e suscitar o despertar de uma curiosidade em se conhecer as civilizações antigas, gerando por consequência, uma ação educativa a partir da possibilidade de se estabelecer um diálogo entre conceitos como os de patrimônio cultural, sítio arqueológico, preservação patrimonial, entre outros.

Ainda no que tange a popularização da profissão do arqueólogo e a difusão do interesse do grande público sobre a ciência que, muitas vezes, fica restrita à academia, o pesquisador André Prous (1992, p.1) já demonstrava uma inquietação, quando, ao apresentar sua análise da Arqueologia brasileira, deixa evidente essa preocupação: “talvez o público estranhe que um livro seja dedicado à Arqueologia brasileira. Existiria, portanto, alguma coisa do remoto passado indígena que mereça o mesmo interesse que as grandes civilizações do México e do Peru?”

É, principalmente, devido a essa problemática, que se faz cada vez mais necessária, a difusão do estudo sobre as populações Pré-cabralinas, contribuindo, dessa forma, para se conhecer mais sobre a Pré-história do Brasil e para a obliteração de preconceitos tão presentes quanto daninhos em nossa sociedade a respeito dos povos originários. Superar certos estigmas que, ainda, são frequentes em nossa sociedade, é urgente, uma vez que se constata um paradoxo inconcebível em sermos um país onde a diversidade cultural se apresenta como um fator preponderante e definidor da nossa identidade nacional e, assim mesmo, existir um etnocentrismo sobrepujante e que procura inferiorizar determinadas culturas.

2.1 Os primórdios da Arqueologia no Brasil

Aquilo que viria a suscitar o que conhecemos hoje como Arqueologia brasileira, pode ter o seu começo ainda no período inicial da colonização portuguesa, a partir dos relatos de viajantes, funcionários da coroa portuguesa, expedicionários, jesuítas e bandeirantes; os reputados “cronistas do descobrimento” que, ao deixarem registradas suas narrativas sobre o “Novo Mundo” e seus habitantes em cartas, relatórios, diários e obras, nos legaram uma profusa contribuição com as suas visões a respeito da cultura a qual tiveram contato e, mesmo que, com um olhar voltado menos para a Arqueologia do que para a Antropologia, forneceram relevantes informações etnográficas, principalmente, sobre artefatos da cultura material que, inclusive, viriam a ser encontrados ou não, justamente em futuras pesquisas arqueológicas (Bonetti, 2010).

É fundamental termos em mente que o Brasil representava um território novo aos olhos dos colonizadores e viajantes europeus, que as práticas voltadas para a produção de conhecimento sobre as culturas dos habitantes originários, não eram do interesse das autoridades oficiais da Coroa até então, pois como nos diz André Prous,

o “resultado só poderia despertar o já incipiente nativismo brasileiro. No máximo, oficiais da Coroa coletavam objetos exóticos para o Gabinete Real” (Prous, 1992, p. 5). É bem verdade que são poucos os relatos de cronistas quinhentistas que, de fato, demonstravam uma preocupação arqueológica manifesta, as raras exceções, fazem menção, principalmente, a registros rupestres e a presença dos sambaquis.

A grande maioria dos relatos que tocam nesses pontos, fazem referência ao uso de montes formados pela acumulação de conchas e mariscos para a produção da cal, matéria-prima fundamental na construção civil do período, sem mencionar ou questionar suas origens. Também vale destacar que, tampouco, se tinha um método científico consciente, com vistas à produção de conhecimento sobre os povos do passado desse Brasil colonial, até mesmo porque, apenas no século XVIII, com as escavações de Pompéia é que teremos a origem da Arqueologia na Europa:

> Mas não se deve esquecer que também na Europa a arqueologia nasce somente no século XVIII (escavações de Pompéia) e que as culturas ‘primitivas’ não são ainda consideradas dignas do interesse científico, apesar da utilização do mito do ‘bom selvagem’ pelos filósofos iluministas (Prous, 1992, p.5).

Nos parece tratar-se muito mais de reflexos da presença do pensamento da Renascença europeia, que se manifestava em um interesse crescente pelo estudo das terras recém-encontradas, descrevendo com detalhes a Geografia, a flora, a fauna e os povos encontrados nas novas regiões.

Essa curiosidade, característica do Renascimento europeu, muito embora não configure uma metodologia formalmente estabelecida, todavia, é possível identificar peculiaridades intelectuais e práticas renascentistas como, por exemplo, a observação direta da natureza e dos povos indígenas; a coleta de amostras de plantas, animais e a produção cultural dos indígenas; a busca pela compreensão e documentação de suas experiências empíricas e, sobretudo, nota-se nesses exploradores coloniais, uma postura condescendente em conhecer o novo e com uma abordagem interdisciplinar voltada à compreensão das diversas facetas desse Novo Mundo, na busca por reunir informações de diferentes campos e obter uma visão mais abrangente e precisa.

Podemos ver um exemplo em trecho da clássica correspondência de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal:

> [...] Nosso Senhor nos deu ali água em abundância e muito boa, que sai por um rio muito grande e de boa água, a que o Capitão pôs o nome de Rio de Abril. Água que a mim me pareceu da montanha. Pois toda aquela que bebemos era de boa água, somente faltou-nos vinho, que quase nos não pareceu mister. Terra, Senhor, é de muitos bons ares (...), frios e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo de agora, os frios que cá faz são como os de lá. [...] (Caminha, 1500).

Neste trecho, Caminha descreve detalhadamente as características naturais da terra encontrada, incluindo a qualidade da água, as condições climáticas e a paisagem da região. Ele demonstra uma atitude de admiração e interesse pela nova terra, pormenorizando detalhes e comparando-a com as regiões conhecidas de Portugal. Essa postura de curiosidade intelectual e observação meticulosa das novas terras, é característica dos cronistas do descobrimento e reflete a influência do movimento renascentista em suas práticas e relatos.

2.2 A influência dos museus e das pesquisas amadoras na Arqueologia brasileira na segunda metade do século XIX

Já no século XIX, a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, vem acompanhada de uma intensa efervescência que propicia transformações profundas de ordem não apenas política e econômica, mas também social e cultural. Com o Brasil, agora, na condição de sede da corte, uma mudança de perspectiva no tocante a administração, com vistas a viabilizar um reconhecimento mais aprofundado do território e permitir uma otimização na exploração, vai se refletir na atuação de naturalistas de várias nacionalidades, que promoveram estudos sobre a flora, a fauna e até mesmo as culturas Pré-cabralinas ao longo desse século (Barreto, 2000).

Ainda que permanecesse como uma práxis não voltada a rigor para a Arqueologia por parte dos naturalistas, com efeito, foi um empreendimento que promoveu um impacto profundo no desenvolvimento das atividades científicas do período, tais como a Antropologia, Paleontologia, Etnografia e não menos, para a Arqueologia. Eles introduziram e aplicaram métodos científicos rigorosos na coleta, análise e documentação de dados, estabelecendo padrões que seriam seguidos por gerações futuras (Barreto, 2000).

O médico e naturalista dinamarquês, Peter Wilhelm Lund, por exemplo, documentou minuciosamente as descobertas de suas investigações na região de Lagoa Santa, Minas Gerais e, muito embora tenha sido definido como um amador, é

por muitos considerado o pai da Paleontologia no Brasil, área em que, de fato, promoveu descobertas até então inéditas, tais como ter escavado dezenas de espécies animais, há muito extintas, como o famoso tigre-dente-de-sabre. No entanto, a sua grande contribuição para a Arqueologia brasileira, foi a revelação em suas pesquisas paleontológicas de fósseis humanos do Período Pleistocênico, algo que até então era impensável (Barreto, 2000).

Todavia, o reconhecimento de que seus achados humanos teriam pertencido ao Pleistoceno, não se deu de imediato; Lund sequer usou o termo "Pleistoceno" especificamente em seus escritos, pelo fato de que, naquela época, ainda não se tinha essa classificação formal estabelecida no meio científico. Essa notoriedade sobre o seu legado, foi um processo que levou décadas de discussões e evoluiu com o desenvolvimento da Geologia, Paleontologia e Arqueologia (Prous, 1992).

Até mesmo, o próprio Lund acabou por interromper suas pesquisas e teorias a respeito de um ser humano americano desse período geológico, como nos lembra Prous:

> O patriarca de Lagoa Santa enclausurou-se no silêncio, evitando até receber visitas ilustres como a do naturalista Richard Burton. No século XX, com a aceitação da possibilidade de um homem americano pleistocênico, a controvérsia sobre a contemporaneidade de animais extintos e do homem de Lagoa Santa estendeu-se até os anos de 1970 (Prous, 1992, p.7).

Ainda na segunda metade do século XIX, nesse processo inicial da formação de um campo científico de caráter inerente à Arqueologia, é importante reconhecer a contribuição do então imperador Dom Pedro II. O monarca foi relevante não apenas como entusiasta ou uma espécie de mecenas, a partir de sua chegada ao trono em 1840, patrocinando expedições a exemplo das do próprio Lund, mas principalmente, com o fomento e a ampliação de algumas das primeiras instituições científicas do Brasil, com destaque para o Museu Nacional do Rio de Janeiro que – embora tenha sido fundado ainda por Dom João VI, em 1818 – a partir da década de 1870, teve expandidas significativamente suas coleções e suas áreas de pesquisa, incluindo a Arqueologia, tornando-se um centro de referência para o estudo das ciências naturais e humanas no Brasil (Prous, 1992).

Naquele momento de concepção da Arqueologia brasileira, também merece destaque o protagonismo dos Museus Paulista e Paraense. O primeiro, fundado após

a queda da monarquia, portanto já no Período Republicano; enquanto que o segundo fundado, em 1866, com atuação voltada, principalmente, para a História Natural e Etnografia, também passa por um processo de ampliação nos anos iniciais pós-Proclamação da República (1889), com um progresso notável conduzido pelo zoólogo suíço Emílio Goeldi, período em que a instituição passa a desempenhar papel fundamental no tocante ao desenvolvimento e ao suporte à pesquisas arqueológicas na Região Amazônica (Prous, 1992).

Muito embora o interesse em conhecer as culturas dos povos originários tenha, naquele momento, assumido um lugar de relevância, o caráter do conhecimento a ser produzido a esse respeito, se apresentava muito mais com uma perspectiva puramente científica do que uma preocupação genuína em promover uma integração das culturas indígenas com o projeto de construção de uma identidade nacional. É importante lembrar que as teorias racistas e eugenistas, povoavam os centros de produção intelectual, assim como os debates políticos, tendo inclusive, entre grandes nomes das ciências do período, quem defendesse abertamente a extinção dos povos indígenas como condição para o progresso do país (Prous, 1992).

O estudo dos sambaquis, por exemplo, acabou por gerar um longo debate entre os estudiosos pioneiros sobre essa temática, sendo um dos objetos de estudos arqueológicos mais abordados até as primeiras décadas do século XX (Barreto, 2000).

Ainda no tocante a esse assunto, o debate, por vezes, assumiu um aspecto de disputa de narrativas científicas entre as instituições de fomento a pesquisas, se manifestando, mais notadamente, entre os Museus Nacional e Paulista, em torno da divergência em reconhecer a origem cultural dos sambaquis (Prous, 1992).

Embora Peter Lund não tenha trabalhado diretamente no Museu Nacional, é inegável sua ligação com a instituição, devida em parte ao fato de uma parcela considerável de suas descobertas terem sido incorporadas às coleções do museu; mas pelo fato de suas contribuições paleontológicas e arqueológicas terem se tornado referência e acabaram por influenciar um número grande de estudiosos vinculados a instituição, influência essa que fez a entidade compor a vanguarda dos estudos que argumentavam que os concheiros do litoral eram resultados da ação humana, portanto culturais (Barreto, 2000).

Em oposição a essa perspectiva, o Museu Paulista, dirigido entre 1895 e 1916 pelo médico e naturalista alemão, Hermann von Ihering, só mais tardiamente – início do século XX – reconheceu que os sambaquis não eram de origem natural, logo

construídos por populações humanas pré-históricas (Prous, 1992).

Um fato um tanto irônico a respeito dessa longa controvérsia, vale destaque, pois embora tenha interrompido suas pesquisas por volta de 1850, a opinião de Peter Lund foi fundamental para o reconhecimento da origem cultural de sítios arqueológicos semelhantes aos sambaquis do litoral brasileiro, tanto em seu país de origem, Dinamarca, quanto em outros países da Europa (Prous, 1992). Vejamos esse fato curioso nas palavras de Prous:

> Na Dinamarca, sítios semelhantes despertavam a atenção dos naturalistas desde 1850, e o jovem pesquisador J.A. Worsaae levantou a hipótese de que se tratava de depósitos de lixo humano. Na discussão científica que se seguiu, a opinião de Lund, consultado em 1852 por uma comissão oficial, foi determinante para o reconhecimento da origem artificial desses sítios dinamarqueses e, logo depois, de outros países europeus. A argumentação do patriarca de Lagoa Santa baseava-se na comparação com os sambaquis brasileiros, que considerava de origem indígena. Curiosamente, a situação se inverteria trinta anos depois. A carta de Lund sobre os sambaquis não havia sido divulgada no Brasil, onde o problema não interessava a ninguém, até depois de 1870. Quando os primeiros curiosos quiseram admitir que os concheiros do litoral de São Paulo ou Santa Catarina eram sítios arqueológicos, fundamentaram-se na existência de concheiros de origem humana, reconhecidos cientificamente na Dinamarca (Prous, 1992, p.7).

Pode-se dizer que, praticamente, da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, os alicerces da Arqueologia no Brasil são edificados pelo trabalho de "amadores"[4] que tinham origem em outras áreas do conhecimento, tais como a Paleontologia e a Antropologia, além da atuação de naturalistas e exploradores. Tal constatação não necessariamente representa um demérito, ao invés de se enxergar por essa ótica, seria mais coerente entender que foi graças ao trabalho desses entusiastas, que ocorreu a pavimentação de um caminho que seria trilhado por profissionais da Arqueologia, iniciando por volta de 1950 (Prous, 1992).

Sem dúvidas, a maior contribuição dos amadores, foi a fundamentação do campo arqueológico no Brasil, descobrindo sítios, preservando artefatos e criando acervos e registros que se tornaram a base sobre a qual os arqueólogos profissionais puderam se assentar. Sem o trabalho inicial desses pioneiros, a Arqueologia no Brasil teria se desenvolvido de forma mais lenta, e muitos dos achados arqueológicos do país, poderiam ter sido perdidos ou negligenciados. Eles estabeleceram as bases

[4] A palavra 'amador' tem, para muitos 'profissionais' brasileiros, uma conotação negativa, que não existe em outros países, onde estes recebem um treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais (Prous, 1992, p. 11).

necessárias para que a disciplina fosse eventualmente formalizada, profissionalizada e expandida (Prous, 1992).).

2.3 As pesquisas arqueológicas no século XX: a chegada da cientificidade

Entre 1950 e 1965, ocorre um período de transição para uma Arqueologia profissional, período esse, ainda bastante marcado pelo trabalho de amadores, que contribuíram com a atuação de uma vida toda dedicada ao campo da Arqueologia, mesmo que, por vezes, tenham agido com imperícia oriunda de uma óbvia falta de metodologia, qualidade essa que é intrínseca ao profissional dotado do proceder científico (Prous, 1992).

Entre esses amadores, podemos destacar a atuação do imigrante alemão e médico, Guilherme Tiburtius, se notabilizando por suas pesquisas que combinavam interesse pessoal e rigor técnico, atuando sobretudo, com os sambaquis de Santa Catarina e Paraná. Mesmo sem formação acadêmica específica em Arqueologia, seu trabalho lançou as bases para pesquisas futuras e ajudou a institucionalizar a preservação do patrimônio arqueológico no sul do Brasil, feito esse que se materializou com a fundação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, cujo acervo de Tiburtius, adquirido em 1963, representou seu lastro (Prous, 1992).

Por essa época, foi criada a regulamentação que viria a ser a base da proteção patrimonial brasileira. Em 1961, o Decreto-Lei nº 3.924, de 26 de julho, trouxe a primeira legislação específica para o patrimônio arqueológico, estabelecendo normas para a exploração, proteção e pesquisa dos sítios arqueológicos e proibindo a remoção ou destruição de vestígios sem autorização do governo.

Embora no período do Estado Novo da Era Vargas, tenha sido promulgado o Decreto-Lei nº 25/1937, este ainda não se tratava de uma lei voltada especificamente para a Arqueologia, apesar de ter instituído o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – e estabelecido as diretrizes para a preservação de bens culturais e arqueológicos no Brasil. O documento também normatizou a proteção dos sítios arqueológicos, através do tombamento e definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico de forma ampla, incluindo as obras de arte, os documentos, os objetos e monumentos arqueológicos e paleontológicos.

Se por um lado a promulgação dessas leis promoveu conflitos de ordem

laboral entre arqueólogos amadores e profissionais, por outro, elas irão representar os fundamentos legais para a proteção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, dando início a uma política de preservação cultural no país, muito embora saibamos que nem sempre a existência das leis por si só, bastam para que uma determinação legal seja eficaz, pois, muitas vezes, faltam subsídios que permitam a aplicabilidade jurídica, como os próprios recursos humanos com capacitação necessária, como foi no caso de Tiburtius, que sofreu o impacto dessa profissionalização da Arqueologia a despeito de sua atuação como amador, frente ao surgimento das leis de proteção patrimonial, como nos deixa claro Prous:

> Guilherme Tiburtius foi uma das vítimas da profissionalização da arqueologia: acusado de destruir sítios (realizou algumas escavações com João José e I.K. Bigarella), teve de parar suas atividades no Paraná, quando a proteção legal contra o vandalismo era ainda pouco eficiente e não havia um número suficiente de arqueólogos. Como consequência, grande parte do acervo cultural litorâneo desse estado foi destruído, sem que existisse ao menos alguém para salvar o material encontrado (Prous, 1992, p.12).

Com o surgimento das primeiras regulamentações voltadas ao patrimônio e à realização de pesquisas arqueológicas, tem-se, de fato, o início da cientificidade dessa área do conhecimento. A normatização do trabalho arqueológico evidenciou a necessidade da profissionalização do arqueólogo, uma vez que a preservação dos acervos arqueológicos tornava-se urgentemente essencial, sobretudo após o impedimento legal da atuação dos amadores, que deixou sítios e coleções sem atividade e sem uma salvaguarda adequada.

No entanto, é importante destacar que a regulamentação específica da profissão de arqueólogo só viria a ocorrer décadas depois, com a promulgação da Lei nº 13.653, de 2018, que finalmente reconheceu e normatizou oficialmente essa atividade no Brasil.

Esse contexto culminou com a vinda para o Brasil de vários profissionais de diferentes nacionalidades, sobretudo norte-americanos e franceses, que promoveram pesquisas, em colaboração com as principais instituições científicas do país, como os Museus Nacional de São Paulo e o Emílio Goeldi, do Pará, além das Universidades do Paraná e de São Paulo (USP), onde foi criada uma Comissão de Pré-História, em 1952, cuja criação se deve ao advogado por formação, jornalista e com contundente atuação política, Paulo Junqueira Duarte. Com a criação da Comissão de Pré-História, hoje, Instituto de Pré-História da USP, ele instituiu o

primeiro órgão específico voltado à pesquisa arqueológica, com um enfoque mais técnico e científico, algo que até então, era raro no Brasil (Prous, 1992, p. 13).

Esse importante intelectual teve um papel de bastante relevância, atuando tanto na proteção do patrimônio arqueológico, quanto para a formação das futuras gerações de arqueólogos profissionais. Seus projetos colaboracionistas com cientistas estrangeiros, como o casal Annette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire, renomados professores e arqueólogos franceses, desempenharam um marco na introdução de técnicas científicas modernas na prática da Arqueologia, elevando o nível da pesquisa arqueológica do país e abrindo caminho para a formação de novos pesquisadores (Prous, 1992).

Após a morte prematura de Joseph Emperaire, em um acidente, enquanto promovia escavações no Chile, Annette deu continuidade ao seu trabalho no Brasil e, além de contribuir com a formação de especialistas na área da Arqueologia, deixou um legado riquíssimo, principalmente, com suas pesquisas de campo onde, através de estudos detalhados em sepulturas, na região de Lagoa Santa, foi responsável por encontrar, entre outros achados arqueológicos, o famoso fóssil de Luzia, em 1975, que viria a ficar notabilizado por ser uma das evidências de vida humana pregressa mais antigas já encontrada nas Américas e que, inclusive, ainda gera bastante controvérsias a respeito da povoação do continente (Barreto, 2000; Prous, 1992).

Outro importante nome que merece destaque, é o de Luiz de Castro Faria que, embora possuísse formação inicial em Direito, dedicou a maior parte de sua carreira à Antropologia e à Arqueologia, sendo amplamente reconhecido como um arqueólogo profissional, devido ao seu trabalho de campo, a sua produção acadêmica e sua atuação nas principais instituições brasileiras voltadas à preservação e pesquisa arqueológica. Sua relevância no processo de cientifização da Arqueologia no Brasil, é imensa, aplicando paradigmas metodológicos, promovendo a interdisciplinaridade e institucionalizando a pesquisa arqueológica no país. Seu trabalho no Museu Nacional e no Iphan, além de suas contribuições como professor e pesquisador, ajudou a consolidar a Arqueologia como uma ciência moderna e respeitada no Brasil, influenciando e formando gerações futuras de arqueólogos (Prous, 1992).

A exemplo de Paulo Duarte, Castro promoveu um intercâmbio intelectual com pesquisadores estrangeiros, com destaque para o arqueólogo norte-americano, Wesley Robert Hurt. A parceria entre eles foi importante para a modernização das práticas arqueológicas no Brasil, com Hurt trazendo dos Estados Unidos, técnicas

mais avançadas de escavação, e Castro Faria, aplicando essas metodologias em sítios brasileiros. Entre essas técnicas, talvez, as mais revolucionárias tenham sido o uso de datação por Carbono-14 e a introdução de um sistema de escavações com enfoque estratigráfico mais metódico, permitindo o registro estratigráfico de cada artefato, o que possibilita reconstruir a sequência cronológica de ocupação do sítio (Prous, 1992, p. 13).

Neste contexto, é indispensável também citar a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que, embora tenha durado um período relativamente curto – de 1965 a 1971 – foi pioneiro no Brasil, com o objetivo de promover a pesquisa arqueológica de forma sistemática e coordenada. O PRONAPA foi concebido sob a supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em parceria com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, além de outras universidades e instituições de pesquisa, tendo como um dos principais colaboradores, Wesley Robert Hurt. O programa tinha como uma das metas, mapear e catalogar os sítios arqueológicos no Brasil, promovendo uma articulação entre esses objetos de estudos que, até então, eram mal conhecidos e documentados de maneira fragmentada (Prous, 1992, p. 16).

Ainda no tocante a influência dos arqueólogos estrangeiros na construção da Arqueologia enquanto ciência, não se pode deixar de mencionar o casal Clifford Evans e Betty J. Meggers. Suas pesquisas na Amazônia ajudaram a redefinir o conhecimento sobre as civilizações pré-históricas da região, com uma abordagem metodológica moderna, trouxeram maior rigor às investigações arqueológicas no país. Prous foi categórico, ao reiterar o quão imprescindível foi a contribuição desses arqueólogos estrangeiros para a cientificidade desse campo no Brasil, na segunda metade do século XX, quando diz que:

> Podemos considerar que, desde 1964-1966, a maior parte dos trabalhos sobre material lítico inspirou-se na orientação dos Emperaire, enquanto aqueles que se referem à cerâmica obedecem às normas elaboradas pelos Evans. Quase todos os arqueólogos que assumem hoje postos de responsabilidade no Brasil devem sua formação, e por vezes sua vocação, aos Emperaire, aos Evans ou a Hurt, pesquisadores cujas qualidades humanas e científicas tornaram-nos tanto amigos quanto mestres dos que trabalharam com eles (Prous, 1992, p.14).

A respeito das inovações metodológicas introduzidas nas pesquisas por parte dos profissionais estrangeiros, pode-se dizer que elas representaram um verdadeiro

“divisor de águas”, pois transformaram a forma como as escavações e análises eram conduzidas, além de promover uma abordagem mais técnica e comparativa dos estudos. A introdução da estratigrafia, por exemplo, ajudou a estabelecer uma cronologia mais rigorosa e precisa para os sítios arqueológicos, em vez de escavações mais superficiais e desordenadas (Barreto, 2000).

O novo método permitiu que os arqueólogos estudassem as diferentes fases de ocupação com maior precisão, contribuindo para uma melhor compreensão do contexto temporal dos sítios. Além da abordagem estratigráfica, outras inovações metodológicas, introduzidas pelos arqueólogos estrangeiros, entre 1950 e 1970, transformaram a prática da Arqueologia no país. Desde o uso da datação por Carbono-14, da prática de uma abordagem interdisciplinar, passando pelo desenvolvimento de uma Arqueologia comparativa, e somando-se a sistematização de publicações científicas sobre as descobertas, foram essas mudanças que possibilitaram a integração da Arqueologia brasileira ao cenário científico internacional (Barreto, 2000).

Em 1980 é fundada a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), que desempenhou um papel crucial na organização e no fortalecimento da comunidade arqueológica, promovendo congressos, eventos e publicações científicas que permitiram maior articulação entre os profissionais e o intercâmbio de conhecimento (Prous, 1992).

No tocante a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico, foi implementada a regulamentação do licenciamento ambiental, a partir da década de 1980, tornando-se obrigatório o estudo arqueológico prévio antes da execução de grandes obras de infraestrutura, como estradas, hidrelétricas e projetos de mineração, o que deu origem a Arqueologia de Contrato. Esse processo ampliou significativamente o número de sítios arqueológicos registrados e trouxe novos desafios para a proteção do patrimônio cultural (Barreto, 2000).

Conjuntamente, a Arqueologia começou a expandir seu foco de estudo para além dos tradicionais sítios pré-históricos, com os sambaquis e a arte rupestre. Houve um crescente interesse pela Arqueologia Histórica, “vertente da Arqueologia que trata do estudo das sociedades no contexto da presença da escrita”[5]. Na região Amazônica,

[5] BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Arqueologia histórica..

pesquisas com estudos voltados para as civilizações complexas que habitaram a região, ganharam destaque, como as culturas Marajoara e Tapajônica (Neves, 2012).

Podemos perceber que a criação das primeiras leis que regulamentaram as pesquisas arqueológicas, as colaborações entre instituições e as parcerias entre arqueólogos brasileiros e estrangeiros, não apenas elevaram a qualidade das pesquisas no país, mas fomentaram a formação de novas gerações de profissionais capacitados.

Esse período não apenas fortaleceu a preservação do patrimônio arqueológico, bem como integrou o Brasil ao cenário global da Arqueologia, promovendo uma ciência arqueológica moderna e respeitada. Assim, a Arqueologia brasileira ingressava definitivamente em uma fase de cientificidade, caracterizada por um rigor metodológico e pelo avanço significativo na compreensão das sociedades que habitaram o território brasileiro ao longo dos milênios (Barreto, 2000)

2.4 A Arqueologia brasileira no século XXI

Ao fechar das portas do século XX, com uma base científica já solidificada e uma crescente produção em termos de pesquisa e atuação profissional, ocorreu naturalmente um processo de revisionismos, certamente, oriundo da ocorrência de novas descobertas arqueológicas, mas seguindo uma tendência momentânea da Arqueologia Ocidental. Teorias antes dominantes, passam a ser rivalizadas ou contestadas, o que causa um impacto transformador no século seguinte levando a Arqueologia a se tornar mais consciente da relevância social que possui.

Tomemos como exemplo importante de revisionismo arqueológico no final do século XX, a contestação das pesquisas de Betty J. Meggers sobre as antigas civilizações da Amazônia. Até a década de 1990, predominava na Arqueologia a teoria da "Limitação ambiental", fruto das conclusões do trabalho de Meggers. A versão sustentava que o solo com pouco potencial agrícola e as condições naturais da Amazônia, impunham restrições ao desenvolvimento de grandes civilizações. Segundo essa perspectiva, as populações indígenas da Amazônia eram vistas como grupos pequenos e relativamente simples, adaptados a um ambiente que limitava a agricultura em larga escala e a construção de sociedades organizadas (Barreto, 2000).

Entre o fim do século XX e início do XXI, escavações arqueológicas lideradas por pesquisadores como Eduardo Góes Neves, mostraram evidências, de que as populações pré-coloniais da Amazônia viveram em grandes aldeias e desenvolveram sistemas organizados de agricultura, manejo de recursos naturais e arquitetura. Os sítios arqueológicos revelaram vastas redes de assentamentos interligados por estradas e infraestrutura hidráulica, sugerindo uma estrutura social e política muito mais complexa do que se pensava anteriormente (Neves, 2012).

Esse revisionismo arqueológico transformou a compreensão sobre as populações pré-coloniais da Amazônia, mostrando que elas eram capazes de transformar e gerenciar o ambiente de maneira sustentável e de criar sociedades muito mais sofisticadas do que se acreditava. As novas evidências levaram a rejeição da teoria da "Limitação ambiental" e abriram um novo campo de estudos sobre as civilizações amazônicas, agora vistas como cultural e tecnologicamente mais avançadas (Neves, 2012)

Inovações metodológicas caracterizam o processo de modernização da Arqueologia no século XXI, permitindo maior precisão científica, abertura interdisciplinar, eficiência nas escavações e análises de artefatos, que asseguram obter resultados mais detalhados e contextualizados, o que resultou em uma abordagem mais inclusiva para a Arqueologia.

No momento atual, a Arqueologia de Contrato se apresenta com relevância profunda, sobretudo no âmbito das mudanças e permanências nos contextos social e cultural. Inclusive tem sido tema de discussões e preocupações acadêmicas, pois desempenha um campo que ocupa um lugar de interposição, do ponto de vista da construção de narrativas, especialmente históricas:

> Apesar do poder do arqueólogo estar embasado no reconhecimento do saber científico e da integridade moral desta classe de especialistas, a possibilidade de ele ser permeado por interesses de grupos distintos (como o governo, empreiteiras, ou grupos interessados em reafirmar identidades étnicas passadas) estará sempre presente porque o patrimônio arqueológico (em sua materialidade) faz parte de um contexto de valores contemporâneos. O fato de a arqueologia ser uma ciência interpretativa, podendo gerar reconstruções alternativas do passado, só vem aumentar a possibilidade de interferências “externas” ocorrerem (Barreto, 2000, p.48).

Essa preocupação contemporânea chega a transcender a Arqueologia em si, uma vez que do ponto de vista social, esse poder de interferência pode ser utilizado

como mecanismo de manipulação de narrativas que podem resultar em subjugamento de determinados grupos em detrimento de outros, como ocorre com uma frequência endêmica no Brasil. Daí nos reportemos ao caso da teoria da “Limitação ambiental” que, durante muito tempo, fomentou uma concepção extremamente estigmatizante e profundamente depreciativa das populações indígenas remanescentes no país (Barreto, 2000).

Esse compromisso com sua relevância social, nos leva a compreender a importância da transparência e do rigor ético na prática da Arqueologia moderna. Revisitar e entender as origens históricas e as influências teóricas que moldam o conhecimento arqueológico, ajuda a fortalecer a disciplina, tornando-a mais sólida como ciência social e mais relevante para o público, o que implica em uma prática mais nítida e reflexiva, que valoriza a consistência teórica e a responsabilidade ética no campo da Arqueologia. É preciso ver o quanto impactante pode ser o compromisso ético do arqueólogo no tocante a sua relevância social, no sentido de contribuir com a interrupção de questões traumáticas que envolvem a constituição e o reconhecimento da nossa identidade nacional.

Com a reconsideração de antigas versões predominantes e novas descobertas da Arqueologia moderna, uma das mais significativas revisões foi a identificação da “terra preta”, um tipo de solo antropogênico, altamente fértil, que permitiu o cultivo intensivo em várias partes da Amazônia. Esse solo foi produzido por populações indígenas ao longo de séculos e é uma evidência de que os povos da região desenvolveram técnicas avançadas de manejo agrícola, contrariando a ideia de que a Floresta Amazônica não era capaz de sustentar grandes populações. A Amazônia passou a ser vista como um espaço de ocupação humana altamente sofisticado, o que transformou o foco das pesquisas arqueológicas na região. Antes, os arqueólogos buscavam apenas evidências de pequenos grupos nômades, e passaram a buscar compreender as estruturas de aldeias organizadas, redes de assentamentos e o uso intensivo do solo, como a terra preta (Neves, 2012).

Esse panorama aumenta de forma significativa a dimensão da questão ambiental, que se apresenta como pauta urgente quando se fala em mudanças climáticas, e até na sobrevivência da nossa espécie. Não obstante, aponta para uma direção possível da superação de problemas contundentes em nossa sociedade com relação a estereótipos que inferiorizam os nossos povos indígenas. Basta entender a importância que os povos indígenas tiveram na constituição da biodiversidade da

Floresta Amazônica, consequentemente, possuem um impacto significativamente promissor no tocante a resolução de problemas que envolvem as condições climáticas do planeta.

A esse respeito, o escritor e ativista indígena, membro da Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak vem, há bastante tempo, dedicando seu ativismo. Tem sido um grande defensor da ideia de que os povos indígenas sempre tiveram uma relação profunda e sustentável com a natureza e critica o modelo de pensamento ocidental que, com frequência, subestima o valor das culturas indígenas. Esse pensamento ecoa a crítica que o revisionismo arqueológico faz às antigas visões de que a Amazônia seria incapaz de sustentar grandes e sofisticadas civilizações, podendo ser reverberada como forma de reconhecer o valor do legado e da existência dos povos originários, cumprindo a função social que hoje é mister da Arqueologia nacional (Krenak, 2019).

Outra importante perspectiva da Arqueologia nacional que não poderíamos deixar de problematizar, diz respeito ao surgimento dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, sendo marcante a constatação de que – mesmo com todo esse contundente percurso pelo qual passou essa área do conhecimento, possuindo resquícios de sua gênese ainda no Período Colonial, passa pela atuação dos “amadores” e culmina com seu reconhecimento científico nas décadas de 1950 e 1960 – é somente no início do século XXI, que teremos a expansão real da formação inicial arqueológica, bem como a oferta da continuidade dessa qualificação profissional.

É bem verdade que, ainda na década de 1970, foi criado o primeiro curso de Graduação em Arqueologia, na Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), que nos seus anos iniciais, o curso foi transferido para a instituição Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), ambas de ensino privado, que conferiam o título de bacharel e se localizavam no Rio de Janeiro (Bezerra, 2008).

Todavia, foi o único curso de graduação existente no país durante mais de duas décadas, entre os anos de 1975 e 2000, o que não significa dizer que antes da década de 1970, não existia a formação reconhecida nessa área do conhecimento, até porque já foi exposto que, após o período de atuação dos “amadores”, ocorreu o processo que culminou com a cientificidade da Arqueologia brasileira, sobretudo com o advento das missões estrangeiras a partir da década de 1950, e do PRONAPA (Bezerra, 2008).

No entanto, a graduação difere de outras opções formativas pelo fato de propiciar uma formação com maior profundidade e amplitude, permitindo ao bacharel,

o contato com uma estrutura curricular diversamente interdisciplinar, com ênfase significativa na instrução prática, além do fato de que, tendo uma duração entre 4 e 5 anos, permite uma preparação extensa e detalhada de forma que oportuniza o tempo necessário para o desenvolvimento de múltiplas competências e a exploração de outras subáreas da Arqueologia (Bezerra, 2008, p. 145).

Com o encerramento do curso da FAMARO/FINES, tivemos um curto período de hiato na formação de bacharéis, onde as pós-graduações eram as únicas opções para a qualificação de arqueólogos, mais precisamente, até o ano de 2004, quando tivemos uma ampliação significativa na oferta principalmente da graduação de forma melhor difundida por praticamente todas as regiões do país (Bezerra, 2008).

Em se tratando da implementação de cursos de graduação em Arqueologia, temos segundo Sousa (2019), a existência de 14 cursos[6] distribuídos em todas as regiões do Brasil. Nesse sentido, entre os anos de 2004 e 2008, tivemos o período de maior instituição destes, quando foram criados nove cursos distribuídos da seguinte forma: “dois no Norte (UNIR e UEAM); quatro no Nordeste (UNIVASF, UFPI, UFPE e UFS); um no Centro-Oeste (UCG); e dois no Sul (UFPEL e FURG) (Bezerra, 2008, p. 140)”.

O contexto político e desenvolvimentista do período nos ajuda a entender essa súbita expansão, especialmente com programas como o REUNI, que possibilitou o incentivo para a criação de cursos superiores em regiões menos atendidas e, paralelamente, o aumento de obras de infraestrutura, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conjuntamente com a aplicação das leis de preservação arqueológica, como a Lei Federal n° 3.924/61, que geraram maior demanda por profissionais na área. Além disso, a valorização do patrimônio cultural e a necessidade de formar especialistas em regiões ricas em sítios arqueológicos, como o Norte e o Nordeste, foram fatores determinantes (Bezerra, 2008).

De acordo com o *site* Arqueologia e Pré-História (2019), do ano de 2009 até o presente, outros cinco cursos de graduação surgiram no país, UFOPA, UNIMES,

[6] Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES); Universidade do Estado do Amazonas (UEAM); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

UNEB, UERJ e UFMG. Anteriormente a 2018, era possível obter a habilitação em Arqueologia através de outras graduações, que introduziam em seu currículo, disciplinas afins, como Pré-história e Arqueologia, a exemplo dos cursos de História e Antropologia. Contudo, a aprovação da Lei Federal nº 13.653, de 18 de abril de 2018, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo, no seu artigo segundo, estabelece:

> Art. 2º O exercício da profissão de arqueólogo é privativo:
> I - dos diplomados em bacharelado em Arqueologia por escolas oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação;
> II - dos diplomados em Arqueologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação pertinente;
> III - dos pós-graduados por escolas ou cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação, com área de concentração em Arqueologia, com dissertação de mestrado ou tese de doutorado sobre Arqueologia e com pelo menos dois anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas;
> IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data de publicação desta Lei, contem com, pelo menos, cinco anos consecutivos, ou dez anos intercalados, no exercício de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas;
> V - dos que, na data de publicação desta Lei, tenham concluído cursos de especialização em Arqueologia reconhecidos pelo Ministério da Educação e contem com, pelo menos, três anos consecutivos de atividades científicas próprias do campo profissional da Arqueologia, devidamente comprovadas.

No que tange aos cursos de Pós-Graduação em Arqueologia, a lei citada coloca em patamares distintos, do ponto de vista do reconhecimento profissional, os cursos a nível de especialização e os cursos a nível de mestrado e doutorado, como deixa claro o inciso V. As especializações, a exemplo das graduações, também podem ser encontradas em praticamente todas as regiões brasileiras, em sua maioria, são ofertadas por instituições privadas que, mesmo antes da legislação de 2018, viram o número de cursos diminuir até se tornar inconstante, o aumento da criação de cursos de graduação, mestrado e doutorado podem explicar em parte, esse declínio (Caromano; Trindade; Cascon, 2014).

Anteriormente à regulamentação profissional, a especialização era bastante procurada, sobretudo, no contexto de desenvolvimento acelerado vivido pelo país, a partir da primeira década deste século, visto que possibilitava o exercício da atividade voltada para gestão do patrimônio, principalmente, o licenciamento ambiental, uma vez que, com a realização de grandes obras de infraestrutura sendo construídas Brasil afora, a Arqueologia de Contrato se tornou um grande atrativo.

Contudo, com a criação da Lei Federal nº 13.653/2018, a Pós-Graduação *latu sensu* passou a ser do interesse notadamente de profissionais na educação do Ensino Básico em busca de qualificação voltada para atuar com a Educação Patrimonial, por profissionais de outras graduações que desejam atuar em nível técnico, além daqueles que buscam na especialização uma preparação inicial para adentrarem no mundo da Arqueologia posteriormente se profissionalizando através de um mestrado ou doutorado (Bezerra, 2008).

No tocante aos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu,* a demanda destes seguiu os moldes das graduações, isto é, tiveram um aumento a partir de meados dos anos 2000 e, estão disseminados em quase todas as regiões do país. Atualmente, temos a oferta do título de mestre em Arqueologia em sete universidades, UFRJ, USP, UFS, UFPI, UFPE, UNIVASF e UFRB, e existem ainda outras três instituições que conferem o título de Mestre em Antropologia com habilitação em Arqueologia (UFMG, UFPA e UFPEL). No que se refere ao Doutorado, quatro instituições possibilitam a diplomação em Arqueologia (USP, UFRJ, UFS, UFPE), tendo ainda, outras três universidades que permitem a titulação em Antropologia, mas com a habilitação também em Arqueologia (UFMG, UFPA, UFPEL) (Sousa, 2019).

É notável o crescimento na demanda de profissionais em Arqueologia nas últimas décadas e a fragmentação espacial da oferta dos cursos de formação, também se observa que, com a regulamentação da profissão em 2018, alguns problemas foram superados, não obstante, novos dilemas também se manifestaram. Um levantamento feito por Caromano; Trindade; Cascon (2014, p. 211) se torna evidência de uma problemática tanto inquietante quanto atual:

> Entre os alunos egressos dessas instituições, há um aparente equilíbrio entre as atividades atualmente desempenhadas; 23% voltam a ser alunos em outros níveis de pós-graduação (doutorado ou pós-doutorado), 23% direcionam-se para a iniciativa privada (como consultores em projetos de Arqueologia de contrato) e 22% ingressassem na atividade docente.

Tendo em vista que um número elevado dos egressos do mestrado e doutorado irão atuar como docentes nos Cursos de Graduação, bem como na Pós-Graduação e em projetos de Arqueologia Preventiva (contrato), cada vez mais tem se acentuado o debate a respeito das questões éticas envolvendo a academia e a formação em Arqueologia, frente as necessidades do mercado. Existe uma certa preocupação de que a formação de novos profissionais, seja mais tecnicista e, portanto, voltada para

atender as demandas desse mercado, afastando-se de valores críticos e éticos (Caromano; Trindade; Cascon, 2014).

Para tentar mitigar esses problemas, faz-se necessário o debate a respeito de regulamentações mais rígidas, maior transparência nos processos de licenciamento ambiental e integração mais incisiva entre academia, profissionais e comunidades locais envolvidas nesses processos.

2.5 A Arqueologia no Rio Grande do Norte

A exemplo do contexto nacional, no Rio Grande do Norte, a atuação de amadores e profissionais de outras áreas, caracterizou o início da atuação dos pesquisadores em Arqueologia neste ente da federação.

Embora seus trabalhos ainda não contassem com respaldo científico formal da Arqueologia, esses pesquisadores tiveram uma contribuição notável para a área. Um exemplo significativo foi a atuação do amador e autodidata José de Azevedo Dantas que, na década de 1920, realizou as primeiras descobertas de sítios arqueológicos com pinturas rupestres em terras potiguares, na região Seridoense do atual município de Carnaúba dos Dantas (Vasques; Miller, 2021).

Seguindo também a conjuntura da Arqueologia nacional, é mais ou menos na mesma época e mesmo contexto que as pesquisas no estado passam a ter um caráter científico. Nesse processo, vale destaque a participação do Instituto de Antropologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, posteriormente recebendo a denominação de Museu Câmara Cascudo (MCC) que, a partir de 1965, passa a contar em seu quadro de funcionários, com o pesquisador Nássaro Antônio de Souza Nasser, como chefe do setor de Arqueologia e que, em 1968, entre outras responsabilidades, a ele foi delegada a função de organizar um museu específico de Arqueologia dentro do referido Instituto (Santos, 2022).

Embora não tenha dado início em sua carreira acadêmica propriamente na Arqueologia, pois enveredou primeiro pela Geografia, Nássaro Nasser buscou profissionalizar-se na área, cujo interesse veio através do contato com a Antropologia, por meio de cursos de capacitação e aperfeiçoamento do PRONAPA, programa ao qual integrou, a partir de 1965, sendo inclusive o responsável por coordená-lo em âmbito estadual.

No mesmo período, também foi representante da diretoria do Iphan nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, funções essas exercidas com tal notoriedade, que lhe foi atribuída a responsabilidade de supervisionar e dirigir as escavações arqueológicas, além de organizar as pesquisas e estudos realizados no estado do RN até o início da década de 1970. Sua passagem pelo PRONAPA possibilitou o contato e a oportunidade de receber treinamento do renomado casal Evans (Santos, 2022).

Após sua saída do programa, Nasser deu continuidade a sua qualificação indo cursar mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1973, onde integrou o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA e o Departamento de Arqueologia. Em sua volta para a UFRN, no fim da década de 1970, o Instituto de Antropologia da UFRN tinha se tornado Museu e problemas, possivelmente, de ordem político-burocráticos, o privaram da ingerência da qual gozava outrora, resultando em sua mudança de departamento dentro da UFRN, o que o afastou do agora Museu Câmara Cascudo (Santos, 2022, p. 15). De acordo com Jacqueline Souza Silva e Glaudson Freire sobre o contexto que envolveu a saída de Nássaro do Museu Câmara Cascudo:

> A mudança de instituto para museu, naquela conjuntura de transformações políticas do ensino universitário, significou a impossibilidade do MCC, como museu e órgão suplementar, de lotar professores em seu quadro de funcionários, o que desencadeou uma série de constrangimentos e foi por muito tempo apontado como a principal razão dos problemas enfrentados pelo museu nos anos subsequentes (Silva; Albuquerque, 2021, pp. 120-121).

Outro importante pesquisador que deixou sua contribuição junto ao MCC, foi o francês Armand Laroche, que possuía formação inicial em História Natural, mas passou a se interessar pela Arqueologia, quando foi curador de um pequeno museu integrado ao Ginásio Pernambucano, em Recife. Laroche buscou qualificar-se em Arqueologia para atender aos requisitos que essa ciência uma vez modernizada e formalizada exigia (Silva; Albuquerque, 2021).

No fim da década de 1970, com a saída de Nássaro Nasser do Museu Câmara Cascudo, Laroche foi contratado e passou a atuar junto a instituição, indo residir no Rio Grande do Norte, a partir de 1978, período em que iniciou sua produção científica em Arqueologia naquele estado, se notabilizando por ter deixado uma vasta contribuição, sobretudo, no que se refere a publicação de artigos relacionados a estudos sobre morfologia de objetos líticos, com destaque para escavações em um abrigo sob rocha na Região Serrana do estado, no município de Martins, abrigo esse

conhecido, atualmente, como “Casa de Pedra” onde foi encontrada uma profusão de artefatos líticos e cerâmicos (Silva; Albuquerque, 2021).

Ainda no período em que esteve no MCC, Armand Laroche ajudou a criar, na década de 1980, um Curso de Especialização em Arqueologia, cujos discentes, atuando como bolsistas do MCC e do CNPq, promoveram pesquisas em municípios como Macaíba, Senador Georgino Avelino e no distrito de Soledade, em Apodi, além de terem publicado alguns artigos, principalmente sobre tecnologia lítica (Vasques; Miller, 2021).

No início da década de 1990, foi criado no Departamento de História da UFRN, o Laboratório de Arqueologia (LARQ) que, sob a coordenação inicial de Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, se tornou referência das pesquisas arqueológicas no estado, sobretudo, na região litorânea, onde foi responsável pela descoberta e, principalmente, pela proteção de vários sítios arqueológicos em regiões como Barra de Cunhaú, Vila Flor, Arês, Nísia Floresta, nas dunas de Genipabu, em Extremoz, entre outros. A relevância do seu trabalho, além de garantir a salvaguarda de sítios arqueológicos que corriam risco de desaparecerem, aponta evidências sobre o povoamento litorâneo do estado do Rio Grande do Norte contribuindo para o entendimento de como se deu a dinâmica de povoamento do território brasileiro (Vasques; Miller, 2021).

No ano de 2000, foi fundado na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o Laboratório de Arqueologia o Homem Potiguar (LAHP), que surgiu a partir do Núcleo de Estudos Arqueológicos de Mossoró. O LAHP, entre outros objetivos, visa subsidiar pesquisas arqueológicas, além de promover a salvaguarda dos sítios, bem como permitir o acondicionamento adequado aos vestígios provenientes dessas pesquisas. Contudo, o aspecto mais relevante do surgimento do laboratório, parece ser a amplificação da pesquisa arqueológica, especialmente, para as regiões interioranas do estado, com destaque para a mesorregião Oeste onde se encontra a bacia hidrográfica do rio Apodi-Mossoró (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2019).

Abrimos, aqui, o parêntese para destacar que, em julho de 2024, foi iniciada a obra de construção do Centro de Pesquisa da Pré-História (CPPH), no Campus Central da UERN, em Mossoró (RN). O novo centro irá contar com uma ampla estrutura, com salas de pesquisas, espaços para preservação de acervos e laboratórios modernos, que elevará a instituição a um patamar de referência nacional

em Arqueologia, juntamente com duas outras do estado do Rio Grande do Norte, UFRN e Museu Câmara Cascudo (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2024).

Prova da importância do LAHP para o desenvolvimento da Arqueologia local e compreensão da nossa Pré-história, foi a localização de uma quantidade substancial de sítios arqueológicos naquela região, desde a sua fundação, com destaque para a atuação notável do arqueólogo Valdecir dos Santos Júnior, professor do Departamento de História da UERN e atual coordenador do LAHP. Suas pesquisas possibilitaram, além da contribuição na produção acadêmica, a difusão desse conhecimento além dos muros da academia, pois também estão chegando ao Ensino Básico, cumprindo assim, parte da função social da ciência.

Dentre as pesquisas de Valdeci Saltos, destacamos suas contribuições nas quais temos um interesse especial, que diz respeito aos sítios arqueológicos encontrados no Município de Marcelino Vieira (RN), nos quais é possível observar a presença de vários grafismos rupestres feitos com as técnicas de raspagem simples e picotagem (Santos Júnior, 2022).

É justamente a existência desses espaços que motivou o trabalho aqui proposto, que objetiva em síntese, informar, sensibilizar e engajar a comunidade na preservação do legado cultural local, representado pelos sítios arqueológicos, utilizando para tanto a Educação Patrimonial, através do contexto escolar, mais precisamente, nos anos finais do Ensino Fundamental, cuja execução, abordagem e uma análise mais detalhada dos próprios sítios arqueológicos, serão apresentadas nos próximos capítulos desta dissertação.

3 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O CONTEXTO ESCOLAR

O movimento modernista brasileiro, inaugurado pela Semana de Arte Moderna de 1922, marcou uma ruptura com os padrões culturais eurocêntricos e estabeleceu as bases para uma nova valorização da identidade nacional. Liderado por nomes como Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Cândido Portinari, Antônio Bento e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Modernismo procurou resgatar elementos genuinamente brasileiros, promovendo uma visão crítica e inovadora sobre o papel do patrimônio cultural no processo de construção da identidade coletiva. Essa postura pioneira, influenciou diretamente o surgimento de políticas de proteção patrimonial e abriu caminho para práticas de Educação Patrimonial que hoje permeiam o Ensino Básico (Iphan, 2014).

A influência modernista no reconhecimento do valor do patrimônio nacional, também, reverbera na Educação Patrimonial. Enquanto os modernistas se preocupavam em traduzir a essência brasileira em obras de arte e discursos literários, a Educação Patrimonial surge com a proposta de formar cidadãos capazes de reconhecer, valorizar e preservar o legado histórico e cultural do país. A interdisciplinaridade, elemento central no Modernismo, igualmente permeia a Educação Patrimonial, que combina História, Arqueologia, Antropologia, Geografia, Artes e outras áreas do conhecimento, para conectar as novas gerações ao patrimônio cultural e suas múltiplas significações (Iphan, 2014).

Assim, fica claro que o legado modernista vai além das expressões artísticas e literárias, influenciando, de maneira determinante, a institucionalização de políticas de proteção ao patrimônio e inspirando práticas educativas que promovem o respeito e a valorização da diversidade cultural brasileira. A relação entre Modernismo e Educação Patrimonial, evidencia o papel fundamental desse movimento na consolidação de uma consciência nacional voltada ao reconhecimento de sua própria história e cultura.

3.1 O contexto inicial da Educação Patrimonial no Brasil

Em outubro de 1931, na Grécia, por ocasião da Primeira Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, foi publicada a Carta de Atenas, um dos primeiros documentos de caráter internacional, que versava sobre a preservação do patrimônio cultural que, quando trata de diretrizes relativas à

responsabilidade dos Estados pela “conservação dos monumentos e a colaboração internacional”, deixa evidente o entendimento de que passa pela educação o sucesso de tal empreendimento, ao estabelecer que:

> A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (Carta de Atenas, 1931, p. 4).

No Brasil, os efeitos das recomendações da Carta de Atenas seriam sentidos ainda na mesma década, quando se manifestam no texto da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, na forma do artigo 148, ao estabelecer que:

> Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Brasil, 1934).

Já em 1936, o membro do movimento modernista, Mário de Andrade que, à época, atuava além das produções artísticas e literárias, ocupando também um lugar de intelectual e gestor público, desempenhou papel fundamental na sistematização de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro, defendendo o registro e a valorização de manifestações culturais materiais e imateriais.

Sua gestão no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, foi marcada por ações precursoras, que inspiraram a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937, atualmente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão que consolidou a proteção do patrimônio cultural como uma política pública no Brasil (Iphan, 2014). Ao sugerir a criação de um órgão dentro do Sphan, dedicado exclusivamente à coordenação dos museus nacionais, Mario de Andrade deixa manifesto a sua concepção do caráter educativo do qual seriam dotados os mesmos:

> Aproveitei a ocasião para lembrar a criação dum desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os

> museus que expõem os progressos da construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico (Iphan, 2014, p. 6).

Ainda no ano de 1937, a mais recente constituição outorgada pelo “Estado Novo” de Vargas, além de assegurar que estariam sob tutela do Estado os monumentos, os colocam equiparados ao patrimônio nacional e, estabelecem medidas punitivas para os casos em desacordo com a lei. Vejamos o que estabelecia o texto constitucional quando tratava “Da Educação e da Cultura” no artigo 134:

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Brasil, 1937).

Observa-se que, embora ainda não houvesse na legislação uma regulamentação no que diz respeito a implantação formal da Educação Patrimonial no ensino público, já existia um amplo entendimento de que ações educativas representavam o meio mais eficiente, no sentido de assegurar a preservação do patrimônio cultural nacional, como explicitou de forma categórica, Rodrigo Melo Franco de Andrade – que dirigiu o Sphan entre 1937 e 1967– quando declarou: “em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular” (Iphan, 2014, p. 6).

Em 1975, surge o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com uma proposta de implementar ações pedagógicas voltadas para a preservação do patrimônio, assim como objetivando ampliar a própria definição de patrimônio cultural e aliar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento socioeconômico, garantindo que a cultura fosse um elemento ativo na construção de uma identidade nacional e no progresso das comunidades. Ele ajudou a consolidar a noção de que o patrimônio cultural não se limita a edifícios ou objetos, mas inclui práticas, saberes e tradições que são parte da identidade de um povo (Iphan, 2014).

As ideias e ações do CNRC influenciaram a criação de políticas públicas mais amplas e modernas no campo do patrimônio cultural no Brasil como, por exemplo, o Projeto Interação, que trouxe uma iniciativa inovadora, realizada entre os anos de 1981 e 1986. Criado pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação (MEC), o projeto tinha entre seus objetivos, promover a “educação patrimonial “e a valorização

da cultura local, por meio da participação da comunidade e dos professores em todos os níveis educacionais. Tinha-se a compreensão de que a cultura local era algo intrínseco e manifesto em todos os outros aspectos da comunidade, fossem eles de ordem econômica, social e político, logo, indissociável do processo educacional (Iphan, 2014).

É nesse período que é inaugurado no Brasil, o uso da expressão “Educação Patrimonial”, embora ainda não sendo constitucionalmente mencionada, foi formalmente apresentada não apenas como conceito, mas igualmente como uma proposta metodológica, essencialmente pedagógica, sendo concretizada na formulação de políticas públicas na esfera educacional. O surgimento da Educação Patrimonial no país, está intimamente ligado às transformações nas políticas de preservação do patrimônio cultural e ao reconhecimento da importância de envolver a sociedade na valorização e proteção dos bens culturais. Vejamos o contexto em que surge a Educação Patrimonial concomitantemente com a criação do CNRC:

> Paralelamente, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, ocorre em 1983 a introdução no Brasil da expressão Educação Patrimonial como uma metodologia inspirada no modelo da heritage education, desenvolvido na Inglaterra. Em 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN durante a década passada (Iphan, 2014, p. 13).

A publicação do *Guia Básico de Educação Patrimonial* acaba se tornando um marco daquele momento, pois se apresenta como uma referência que contempla as primeiras diretrizes metodológicas para a prática da Educação Patrimonial em distintos espaços educativos. Oriundo de uma profunda análise conceitual e teórica, mas principalmente, de abordagens práticas nos mais diversos contextos educacionais e culturais do país, o guia propõe a utilização do “objeto cultural como fonte primária de conhecimento” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 7).

Seu método propõe uma abordagem em quatro etapas: a **observação,** que será um estágio sensorial, voltado para atribuir um significado ao objeto; **registro,** período mais descritivo, no sentido de se levantar apontamentos da análise feita no ponto anterior; a **exploração,** fase de investigação aprofundada do objeto onde surgirão questionamentos e hipóteses; e a **apropriação,** que irrompe uma releitura do

objeto agora com os significados próprios gerados por um envolvimento afetivo, provocando atribuição de valor a esse objeto (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

No ano de 2004, identificando que as ações educativas na área de preservação, necessitavam de melhor organização e estrutura, o Iphan cria por meio do Decreto nº 5.040/04, a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), que surge com a incumbência de elaborar diretrizes e políticas nacionais para a Educação Patrimonial, definindo os princípios e objetivos que orientam as ações nessa área, buscando integrar a Educação Patrimonial às políticas públicas de educação e cultura, garantindo que o tema seja abordado de forma transversal e contínua. Essa Lei de 2004, ainda estabeleceu uma nova estrutura regimental para o Iphan, reorganizando suas unidades administrativas, bem como definindo o quadro demonstrativo dos cargos e funções dentro do órgão. No entanto, em 2009, o documento foi revogado pelo Decreto nº 6.844, que reestruturou toda essa configuração organizacional, com vistas a promover o fortalecimento da Educação Patrimonial (Iphan, 2014).

De um ponto de vista mais pragmático, a normativa de 2009 impulsionou a Educação Patrimonial no Brasil, ao vincular a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento (DAF), fortalecendo a promoção, coordenação e avaliação de programas educativos, ampliando o escopo para incluir o patrimônio imaterial e adotando modelos de gestão participativos, resultando em projetos comunitários, valorização de saberes tradicionais e parcerias intersetoriais para uma Educação Patrimonial mais abrangente e inclusiva (Iphan, 2014).

Atualmente, a Educação Patrimonial no Brasil, é regida principalmente pelo artigo 216, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a proteção do patrimônio cultural e a participação da sociedade nesse processo. Além disso, os artigos 205 e 215 reforçam a importância da educação e da cultura como direitos fundamentais, enquanto os artigos 23 e 24 definem as competências dos entes federativos na preservação do patrimônio (Brasil, 1988; 2017).

Ainda que não seja um dispositivo constitucional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, é o documento normativo que orienta a Educação no Brasil e, embora aborde de forma geral conceitos e práticas que estão diretamente relacionados à Educação Patrimonial e que também estão alinhadas com os princípios constitucionais de promoção da formação social do indivíduo e

valorização da cultura e da diversidade, a BNCC não traz em sua estrutura, o emprego direto do termo, tampouco contempla em sua configuração estrutural dos “objetivos de conhecimento”, a referenciação que explicite uma ideia de continuidade curricular nessa formação educativa específica, como bem observa Maria do Carmo da Silva e Nathaly Maria dos Santos (2024, p. 8):

> Por mais que haja um esforço para contemplar a Educação Patrimonial na BNCC, sugerindo uma certa gradação: a partir do contato inicial do aluno com os patrimônios relacionados à cidade até – ao chegar no 5º ano – trabalhar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, há um esmorecimento nos demais anos do ensino fundamental e do ensino médio.

Em certa medida, essa problemática contraria o entendimento do guia do Iphan, quando esse diz que a Educação Patrimonial “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”. Esse problema se revela ao passar uma sensação de ruptura desse processo educacional permanente no transcorrer das séries que compõem o ensino básico (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p. 4).

3.2 A Educação Patrimonial e o ensino de História no Ensino Fundamental

A proposta de Educação Patrimonial no ensino de História explorada nesta pesquisa, segue os princípios defendidos por Circe Bittencourt (2010), que sugere a necessidade de desnaturalizar a história ensinada nas escolas. Para Bittencourt, é essencial que o ensino de História não se restrinja à transmissão de conhecimentos prontos, mas envolva o estudante de maneira crítica, permitindo-lhe perceber a construção das narrativas históricas e as múltiplas interpretações que delas podem emergir.

Nesse sentido, o uso de sítios arqueológicos e outros bens culturais como recursos pedagógicos abre espaço para que o aluno compreenda o patrimônio não como algo fixo, mas como um produto histórico repleto de significados que variam conforme o olhar do sujeito e do contexto social. Ao engajar os alunos diretamente com os vestígios materiais do passado, busca-se, assim, aproximá-los da complexidade da construção histórica e das disputas em torno da memória coletiva (Bittencourt, 2010.

Bittencourt (2010) defende que, para formar sujeitos críticos, é fundamental que o ensino de História no contexto escolar permita ao estudante participar ativamente da construção do saber. No caso da Educação Patrimonial, esse princípio é intensificado, pois os alunos são convidados a vivenciar a história ao interagir com o patrimônio material e imaterial de sua comunidade, promovendo uma aprendizagem que vai além do simples memorizar de informações.

No que tange a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes gerais sobre a educação, embora não mencione diretamente o termo "Educação Patrimonial", seus princípios e objetivos fornecem uma base legal para a implementação de práticas que valorizem o patrimônio cultural, a diversidade e a formação cidadã. Vejamos o que diz a LDB a esse respeito, já em seu artigo primeiro:

> Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Neste contexto, conclui-se que a Educação Patrimonial pode ser entendida como uma aplicação prática desses princípios no meio escolar. Com amparo nessa perspectiva, compreendemos que no ensino de História, a Educação Patrimonial se apresenta com amplas possibilidades de sucesso no tocante não apenas a aquisição de habilidades e competências técnicas, mas também na formação integral do cidadão e por consequência, da sociedade. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4) sobre esse ponto de vista:

> A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Em se tratando pontualmente do Ensino Fundamental, destacamos inicialmente, três competências específicas de História, elencadas pela BNCC, as quais espera-se que os estudantes adquiram, são elas as competências 1, 2 e 4; vejamos:

> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais,

> políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
> 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
> 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017, p. 402).

Está claro que as três competências estão diretamente relacionadas à Educação Patrimonial, pois todas enfatizam o patrimônio cultural como parte integrante da formação histórica e cidadã, ao promover o reconhecimento, a análise e a valorização da cultura como elemento fundamental para a compreensão da História e da identidade coletiva.

Doravante, é possível compreender o quão relevante é a abordagem da Educação Patrimonial na formação educacional e social no ensino de História, nas etapas da Educação Básica, sobretudo, quando se trata dos anos finais do Ensino Fundamental, mais precisamente, no sexto ano dessa modalidade, onde reside o foco do presente objeto de estudo, pois nessa etapa de ensino, a História e seus conceitos, são revisitados a partir de uma abordagem mais aprofundada e, por conseguinte, resulta em processos mais complexos de serem assimilados, muitos dos quais a Educação Patrimonial pode tornar mais acessíveis de serem compreendidos (Brasil, 2017).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial, quando incorporada ao ensino de História, possibilita um alargamento das formas de compreensão do passado, ao transformar bens culturais em fontes primárias de conhecimento. Essa perspectiva amplia o repertório do estudante, que passa a lidar não apenas com narrativas escritas, mas também com vestígios materiais e simbólicos, promovendo uma aprendizagem ativa e significativa. Tal prática reforça o papel do aluno como sujeito histórico, capaz de reconhecer-se como parte integrante do processo de construção da memória coletiva (Teixeira, 2016).

Além disso, a utilização do patrimônio em sala de aula contribui para a valorização da identidade local, uma vez que permite a compreensão de que a História não se restringe às grandes personalidades ou aos eventos de projeção nacional, mas é também constituída pelas experiências cotidianas de comunidades específicas. Ao aproximar os estudantes de seu patrimônio imediato, o ensino de História fortalece

laços de pertencimento, ao mesmo tempo em que promove reflexões sobre a relação entre a dimensão local e os processos históricos mais amplos (Teixeira, 2016).

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter crítico da Educação Patrimonial no ensino de História. Ao evidenciar que determinados bens culturais são valorizados enquanto outros permanecem invisibilizados — como ocorre com os sítios arqueológicos diante das narrativas oficiais de memória —, o estudante é levado a compreender que o patrimônio resulta de escolhas sociais e culturais, permeadas por relações de poder. Essa abordagem contribui para formar sujeitos mais conscientes, capazes de refletir criticamente sobre identidade, patrimônio e cidadania.

Cabe destacar, ainda, que essa perspectiva encontra respaldo nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que enfatiza a valorização da pluralidade cultural e a integração das realidades regionais no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a inserção da Educação Patrimonial no ensino de História no Ensino Fundamental não apenas dialoga com a legislação educacional brasileira, mas também reafirma a função social da escola como espaço de formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na preservação do legado cultural (Brasil, 1996).

3.3 Guia básico da Educação Patrimonial do Iphan: uma possibilidade de abordagem metodológica

A priori, é preciso que se diga que a proposta metodológica de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), não está condicionada especificamente ao ensino de História, tampouco se limita ao ambiente escolar. Outrossim, é versada de possibilidades tão amplas quanto o é a própria diversidade cultural do Brasil. Tal proposta se materializou na obra publicada pelo Iphan (1999), e representou um marco como uma das primeiras proposições dotada de todo um proceder metodicamente elaborado, a partir de experiências em diversos contextos culturais Brasil afora. Sua relevância se nota, ainda, devido a sua aplicabilidade e possibilidades de reprodução acessivelmente didáticas. Na concepção das autoras do Guia do Iphan, podemos entender a Educação Patrimonial com a seguinte definição:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação

> Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p. 4).

Indiscutivelmente, tratando-se a Cultura de um processo dinâmico e ininterrupto, no que diz respeito a sua produção, se faz necessário que a prática da Educação Patrimonial no Ensino Básico, da mesma forma, assuma essa condição de continuidade, pois como consta no tópico 2.1, o que se nota, é que existem interrupções dentro das unidades temáticas da BNCC direcionadas ao Ensino Fundamental, de maneira que, apenas iremos encontrar referências ao termo "patrimônio cultural e/ou histórico", dentro dos objetivos do conhecimento e habilidades do 3º e 5º ano (Silva, Santos, 2024).

No tocante ao 6º ano, onde se insere o público alvo dessa pesquisa, em seus "objetos de conhecimento", a BNCC menciona "hábitos, costumes e aspectos culturais" de povos da Antiguidade africana, europeia e americana, no entanto, não cita a expressão "Patrimônio cultural e/ou histórico", o que nos passa uma impressão de trivialidade em relação ao emprego da Educação Patrimonial nessa série, em específico.

Uma vez entendido que o patrimônio cultural não é estático, mas está em constante transformação, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e culturais ao longo do tempo, e que não se trata apenas de um conjunto de objetos ou monumentos, mas de uma rede dinâmica de significados e práticas que refletem a vida das pessoas ao longo do tempo. A metodologia proposta pelas funcionárias do Iphan, está centrada na convicção de que "nada substitui o objeto real como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou" (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p. 7).

Nessa abordagem, as autoras também evidenciam o caráter acessível e democrático próprios do seu proceder, pois não estaria condicionada a ocorrência de um conhecimento especializado para a sua prática, a saber, a interpretação de objetos e fenômenos culturais é uma habilidade que pode ser desenvolvida por qualquer pessoa, desde que sejam utilizadas as capacidades básicas de observação e análise, o que converge exatamente para as ideias e ações propostas pelo CNRC, na década de 1980 e para o Projeto Interação, que tinham como princípio norteador, o envolvimento de toda a comunidade, através da promoção de "ações destinadas a

proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade" (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p. 7; Iphan, 2014, p. 10).

Desse modo, é possível analisar a prática dessa ação educativa que se manifesta basicamente em quatro etapas metodológicas, a saber: **observação, registro, exploração e apropriação**. Vejamos os conceitos que envolvem essas etapas.

A palavra "observação", pressupõe uma ação que conota passividade, no sentido de não haver interferência, pois pode passar a ideia de que quem observa, está simplesmente a contemplar algo, não havendo, portanto, aparente atividade. No entanto, quando analisada a etimologia do verbo "observar", é possível identificar que ele vem do latim "observare", que seria a junção do prefixo "ob" que equivale a "diante de", com o verbo "servare", que significa ""guardar, preservar ou manter", o que formula a ideia de "guardar atentamente" ou "manter diante dos olhos" (Nascentes, 1955, p. 359).

A partir dessa compreensão, "observar" assume uma denotação que envolve uma postura ativa, pois quando se mantém alguma coisa atentamente diante dos olhos, como quando observamos um elemento cultural, por exemplo, somos impelidos ao esforço cognitivo de interpretarmos o significado desse elemento, o que nos leva a adotar uma postura dinâmica e participativa, logo, uma função ativa mentalmente, mas passiva em atos ou interferências.

A etapa da **observação** representa o primeiro contato com o patrimônio, onde se busca perceber e identificar os elementos que o compõem. É essencialmente, um estágio que enfatiza as percepções sensoriais no que tange a se construir uma leitura a partir da sensibilidade para com os detalhes, formas, cores, texturas, sons e significados do elemento patrimonial. Esse processo tende a ser sistematicamente investigativo, através de exames detalhados, questionamentos e inferências é possível formular uma interpretação do objeto cultural (Horta; Grunberg e Monteiro, 1999, p. 9).

Uma característica interessante dessa etapa, é o fato de resultar em uma operação, envolvendo aspectos individuais e subjetivos, do ponto de vista cognoscitivo, pois é a partir do arcabouço cumulativo de conhecimento do observador, que se formula uma leitura própria, a partir do patrimônio cultural ao qual está a se

analisar. Outro ponto a ser destacado a esse respeito, é que essa leitura, preliminar nessa fase do processo, não necessariamente corresponderá a uma verdade óbvia, tendo em vista que a própria subjetividade analítica envolvida, inevitavelmente, impossibilita a existência e a exigência de uma verdade imperativa.

Assim, a etapa da observação configura-se como um momento fundamental para a construção de uma relação sensível e crítica com o patrimônio cultural. Por meio da percepção atenta e da investigação sistemática, o observador não apenas reconhece os elementos materiais e simbólicos que compõem o objeto cultural, mas também inicia um diálogo com as memórias, histórias e significados a ele associados. Essa fase preliminar estabelece as bases para uma leitura posterior, mais aprofundada e contextualizada do patrimônio, permitindo que nas etapas subsequentes, se amplie a compreensão e se fortaleça a conexão entre o sujeito e o bem cultural.

Como segunda etapa metodológica, temos **o registro** que, em síntese, consiste na consolidação das análises e percepções coletadas na primeira etapa, a da **observação**. Nessa etapa, as compreensões sensoriais e emocionais obtidas durante a observação, são organizadas e documentadas, o que pode incluir anotações, desenhos, fotografias, gravações de áudio ou vídeo, e outras formas de registro que capturem os detalhes do patrimônio cultural.

Essa etapa permite o desenvolvimento de um vínculo intimista com o patrimônio cultural, pois quando o observador se propõe a descrever (registrar) a sua percepção de um determinado elemento cultural, utilizando múltiplas linguagens possíveis, ele naturalmente aprofunda essa relação e faz surgir uma conexão afetiva e cognitiva, que se estabelece por meio da documentação do objeto e da reflexão sobre as percepções iniciais. Esse procedimento serve como estrutura para análises mais detalhadas que resultarão na produção de uma interpretação construída após uma busca minuciosa pelos significados do patrimônio, o que nos leva para a terceira etapa da metodologia, a **exploração**.

Na **exploração**, o elemento cultural inevitavelmente esteve submetido à uma interpretação imagética, além disso, bem como foi alvo de uma análise mais substancial. No entanto, essa fase vai além da descrição dos elementos físicos e sensoriais, pois busca compreender o patrimônio em suas dimensões simbólicas, sociais e históricas, envolvendo a investigação, a interpretação e a reflexão sobre os

significados, histórias e valores associados ao patrimônio, promovendo uma compreensão mais profunda e multifacetada.

Por meio de pesquisas, entrevistas, reflexões e diálogos, nesse momento, busca-se compreender propriedades materiais e visíveis do patrimônio, assim como suas representações e relações com a comunidade envolvida. Esse momento ainda representa uma reflexão com aspectos, agora, associados a uma ação coletiva, pois possibilita o diálogo entre múltiplas perspectivas, permitindo que diferentes interpretações sejam compartilhadas e debatidas. A Exploração, portanto, transforma a observação inicial em uma ação aprofundada, analítica e geradora de hipóteses, fortalecendo o vínculo afetivo e intelectual com o patrimônio cultural.

Por fim, na quarta e última etapa dessa metodologia, temos a **apropriação,** que representa a consolidação do processo de interação com o patrimônio cultural, transformando o conhecimento e a conexão emocional construídos nas etapas anteriores em ações concretas e significativas. É o estágio onde uma releitura do objeto cultural irrompe carregada de intersubjetividades, promovendo a ideia de que o patrimônio é um legado coletivo, fortalecendo o vínculo emocional e identitário entre os indivíduos e o patrimônio cultural.

A etapa da **apropriação** consolida o vínculo afetivo e identitário entre os indivíduos e o patrimônio cultural, transformando-o em um elemento central na construção da memória e da identidade. Por meio de ações concretas e participativas, o patrimônio deixa de ser um objeto distante para se tornar parte integrante da vida cotidiana, carregado de significados pessoais e compartilhados. Esse processo fortalece o senso de pertencimento, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento do patrimônio como um legado que reflete e sustenta a identidade de uma comunidade. Assim, a apropriação não apenas preserva o patrimônio material e imaterial, mas também revitaliza sua importância simbólica, garantindo que ele faça sentido para as gerações presentes e futuras (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 9-11).

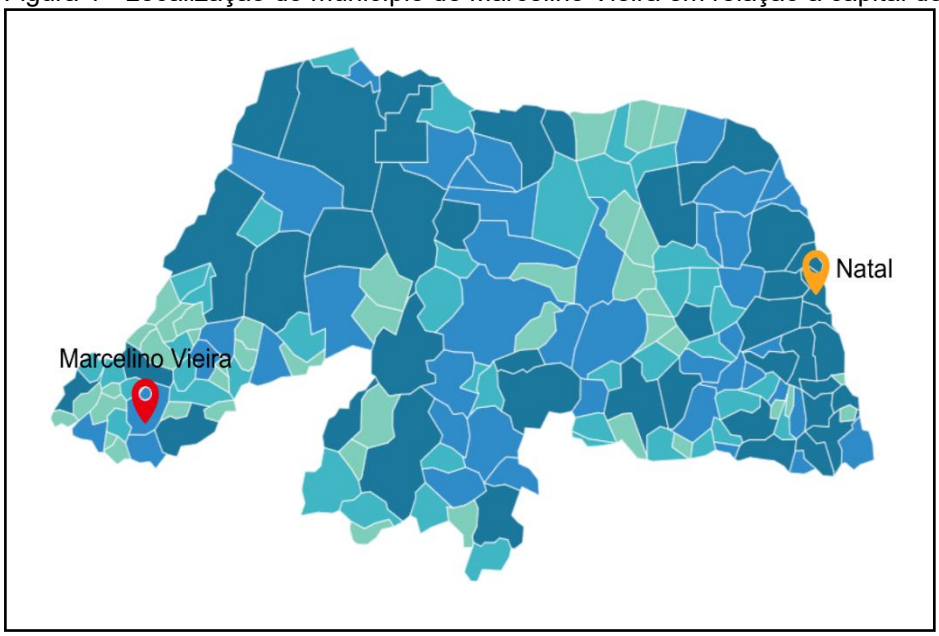
“Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina...?” Essa provocação de Paulo Freire presente em *Pedagogia da Autonomia,* sintetiza de forma muito clara um aspecto essencial da Educação Patrimonial, que diz respeito a necessidade de os conteúdos educacionais fazerem sentido dentro da realidade dos educandos (Freire, 1996, p. 17).

Naturalmente, para que essa metodologia alcance o resultado esperado, isto é, para o estabelecimento de uma conexão com o cotidiano dos indivíduos e a ocorrência do processo de reconhecimento de valor patrimonial, é indispensável a existência de um plano adequado a essas finalidades. Objetivos e competências a serem adquiridas, devem nortear o processo metodológico em questão, onde a articulação entre etapas teóricas, expositivas e aulas de campo, proporcione uma experiência que culmine na produção de uma ação tangível, de modo que o conhecimento produzido ao longo de todo o processo, possa ser reproduzido e multiplicado. Nesse sentido, a Metodologia da Educação Patrimonial aqui abordada, foi aplicada em duas turmas do 6º ano da Escola Estadual “Padre Bernardino Fernandes”, em Marcelino Vieira (RN), e envolveu a existência de patrimônios materiais locais referentes aos sítios arqueológicos presentes na comunidade.

4 O CONTEXTO LOCAL: MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA E OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Marcelino Vieira é um município localizado na região mesorregião Oeste e microrregião Alto Oeste do Rio Grande do Norte, já próximo à divisa com Ceará e a Paraíba, distante 26 km da cidade polo regional, Pau Dos Ferros, e cerca de 403 km de distância da capital, Natal. Atualmente, conta com uma população de 8.092 habitantes, possui uma área de 345,711 km², e tem como atividades econômicas primárias, a agropecuária e o comércio (Figura 1) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025).

Figura 1 - Localização do município de Marcelino Vieira em relação a capital do Estado.



Fonte: IBGE, com alterações do autor.

A existência de sítios arqueológicos com gravuras rupestres no município, veio a se tornar oficialmente pública em 1964, quando os pesquisadores Nássaro Nasser e Elizabeth Mafra Cabral, publicaram o resultado de pesquisas realizadas em parte da região Oeste do Rio Grande do Norte (Santos, 2022). Na ocasião, foi registrada a presença de quatro sítios arqueológicos: João Brandinho, Sítio Saquinho, Riacho do Letreiro e outro que não recebeu denominação própria, mas que foi descrito pelos pesquisadores como: “em terreno do Patrimônio de Santo Antônio” (Cabral; Nasser, 1964).

Os quatro espaços em questão, constam no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), no *site* do Iphan, onde se pode ler nas fichas individuais, o nome de Elizabeth M. Cabral, como responsável pelo registro, em 26 de setembro de 1963.

Em 2002, pesquisas coordenadas pelo arqueólogo e professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Valdeci dos Santos Júnior, registraram a existência de cinco sítios arqueológicos em Marcelino Vieira: João Brandinho I, Sítio Saquinho, Riacho do Letreiro, João Brandinho II e Sítio Picos. Nota-se a presença de dois novos sítios em relação à pesquisa de 1964: João Brandinho II e Sítio Picos. No entanto, percebe-se a ausência do sítio “em terreno do Patrimônio de Santo Antônio” que, a propósito, iremos nos referir como “Areias”, pois se encontra em localidade que recebe esse topônimo (Santos, 2022).

Nota-se, portanto, que, a despeito das incongruências entre os achados das pesquisas realizadas em 1963 e 2002, até o início deste estudo o município contava com a identificação de seis sítios arqueológicos.

No entanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, uma das contribuições mais significativas foi a identificação de dois novos sítios arqueológicos. A confirmação foi realizada pelo arqueólogo Valdeci dos Santos Júnior, professor da UERN e coordenador do LAHP, que confirmou se tratar de fato de dois sítios inéditos, procedendo ao levantamento das informações necessárias para o posterior reconhecimento institucional.

Um dos novos sítios arqueológicos fica localizado na zona rural, à cerca de 6 km da sede do município, próximo ao rio do Mestre, em propriedade homônima, pertencente à família de Antônio Joaquim. Se trata de um lajedo de rocha granítica com cerca de 363 m², no qual é possível observar a presença de gravuras produzidas com a técnica de raspagem, e com representações similares às encontradas nos outros seis sítios arqueológicos de Marcelino Vieira.

O outro sítio identificado, localiza-se na zona rural, nas terras da Fazenda João Batista (antiga Fazenda João Gomes), a aproximadamente 200m do João Brandinho I. O lugar consiste em um lajedo granítico, fortemente impactado pela ação das intempéries, o que resultou em intenso desplacamento da camada superficial da rocha. Esse processo de degradação pode ter comprometido significativamente a quantidade e a visibilidade dos grafismos existentes.

Considerando a identificação recente de um terceiro sítio arqueológico dentro da área da Fazenda João Batista, propõe-se uma reconfiguração da nomenclatura atualmente atribuída aos dois sítios localizados nessa mesma propriedade, anteriormente denominados João Brandinho I e II. A proposta justifica-se pelo fato de que o novo sítio identificado se localiza geograficamente antes dos dois já registrados, tornando necessário reorganizar a sequência de numeração para refletir com maior precisão a disposição espacial dos sítios no terreno, para fins de melhor identificação.

Nesse sentido, a partir de diálogos com o Professor Valdeci dos Santos Júnior, sugeriu-se a seguinte reconfiguração na nomenclatura dos sítios localizados na Fazenda João Batista: passaria a ser identificado como João Brandinho I o sítio arqueológico mais próximo da sede do município (o mais recentemente identificado); como João Brandinho II, aquele que ocupa a posição intermediária e que foi registrado na primeira pesquisa realizada por Nasser e Cabral (1964), sendo também o maior entre os três, e o único registrado no CNSA do Iphan; e por fim, como João Brandinho III, o sítio mais afastado em relação à zona urbana de Marcelino Vieira.

As considerações até aqui apresentadas, nos levam a concluir que o município de Marcelino Vieira possui, até o momento (2025), oito sítios arqueológicos, entre os oficialmente registrados, segundo dados das pesquisas de Cabral e Nasser (1964), de Santos Júnior (2022) e os dois recentemente identificados em nossa pesquisa.

No que se refere à configuração geoespacial e morfológica dos sítios arqueológicos analisados, é possível identificar algumas características recorrentes entre eles. A primeira diz respeito ao tipo de registro presente: todos exibem, exclusivamente, gravuras rupestres, executadas por meio das técnicas de raspagem e, em alguns casos, de picoteamento, sem ocorrência de pinturas.

Outro aspecto comum, é a proximidade dos sítios a fontes naturais de água, recurso fundamental à sobrevivência humana. Por fim, observa-se uma convergência temática nas representações gravadas, com destaque para os grafismos geométricos, especialmente os círculos concêntricos ou raiados, identificados em todos os sítios investigados (Santos Júnior, 2022).

Entre os suportes litológicos onde se encontram as gravuras, sete se destacam por apresentarem uma característica peculiar em comparação às ocorrências em outras microrregiões: a recorrente utilização de lajedos, superfícies rochosas planas que se sobressaem na paisagem pelas suas formas e dimensões (Figuras 2 e 3).

Enquanto os registros na maioria dos sítios de outras microrregiões ocorrem em rochas verticais – como na Mesorregião Central do Estado – os lajedos utilizados chegam a apresentar grandes extensões, como é o caso do João Brandinho II, que atinge 53.500 m² (Santos Júnior, 2022).

Figura 2 - Sítio Arqueológico João Brandinho I.

Fonte: Autor, 2024.

Figura 3 - Vista aérea do Sítio Arqueológico João Brandinho I.

FONTE: Google Earth, 2025.

O único que difere dessa peculiaridade é o sítio Areias, que se configura em um suporte vertical, na forma de um bloco isolado de granito, onde se encontram

registros feitos com raspagem simples e há presença de cúpulas. Esse sítio, em especial, apresenta um fato preocupante, pois identificamos a ocorrência de danos às gravuras, com inscrições feitas com tinta industrializada sobre os grafismos.

A princípio, algo nos levou a crer que o fato teria sido motivado mais pelo desconhecimento sobre a existência ou reconhecimento do sítio, e menos por vandalismo deliberado. Foi quando conversamos com o autor da avaria, uma vez que o identificamos a partir do nome próprio escrito no bloco de granito (Figura 4).

Figura 4 - Sinais de dano patrimonial no sítio arqueológico Areias.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

Ao ser questionado sobre o conhecimento da existência do sítio, ouvimos dele a seguinte declaração: “não sabia não...”, “eu nem me toquei daqueles desenhos lá...”, e ainda: “eu mesmo vou fazer isso, uma horinha vou tirar com solvente, limpar para preservar, muito importante saber disso aí”. Essa fala reforça o silenciamento que ainda recai sobre esses bens patrimoniais, e evidencia como o reconhecimento cultural desses espaços, por meio da informação e da educação, pode ser eficaz para sua preservação.

O fato é, que, tenha sido produzido intencionalmente ou não, o dano a esse sítio arqueológico, caracteriza mais uma consequência da invisibilização do patrimônio arqueológico local.

Acerca da ação antrópica, os vestígios dessa presença pretérita, podem ser encontrados em praticamente toda a mesorregião Oeste[7], onde foram registrados até o ano de 2022, 70 sítios arqueológicos (Santos Júnior, 2022)

Além do contexto geral e das semelhanças gráficas entre os sítios do município, outros vestígios materiais sugerem uma possível relação cultural entre os grupos que habitaram essas áreas. Tratam-se de artefatos líticos, encontrados nas imediações dos sítios Saquinho e Rio do Mestre.

Nas margens de um afluente do Rio Apodi, que constitui o principal recurso hídrico adjacente ao sítio Saquinho, foi localizada por um agricultor local uma lâmina de machadinha confeccionada em pedra polida, como mostra a Figura 5:

Figura 5 - Machadinha indígena de pedra polida.

Fonte: Diego Fernandes, 2025.

Já nas proximidades do sítio Rio do Mestre foram encontrados por moradores da região dois objetos líticos: uma segunda lâmina de machadinha e outro artefato, possivelmente, utilizado como moedor ou pilão de alimentos, como mostram as Figuras 6 e 7:

[7] A mesorregião do Oeste do Rio Grande do Norte compreende 7 microrregiões (Mossoró, Chapada do Apodi, Médio Oeste, Vale do Açu, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal). (IBGE, 1990).

Figura 6 - Machadinha indígena de pedra polida.

Fonte: Diego Fernandes, 2025.

Figura 7 - Mão de pilão em pedra polida.

Fonte: Diego Fernandes, 2025.

A semelhança entre os materiais utilizados e a tecnologia empregada na produção desses instrumentos, sugere, no mínimo, uma afinidade cultural entre os grupos responsáveis por sua confecção. Em se tratando do conjunto de sítios em Marcelino Vieira, ainda não se tem como precisar uma cronologia sobre a sua produção cultural, uma vez que não houve investigação arqueológica nesse sentido. No entanto, uma pesquisa feita em 2016, com gravuras encontradas no município de

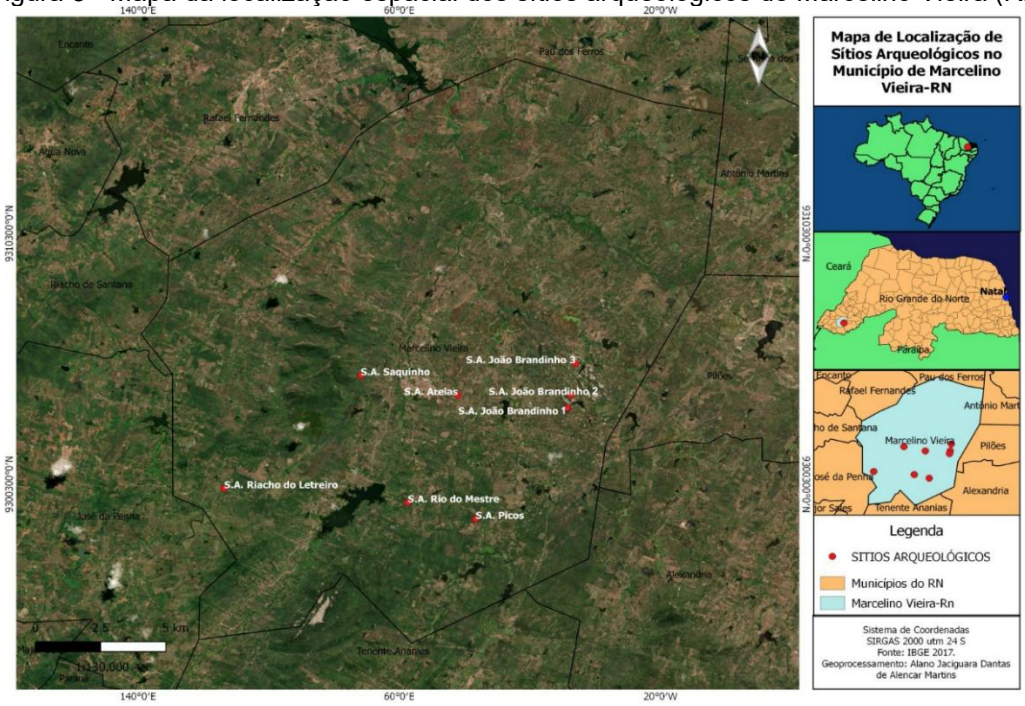
Caraúbas[8], estabeleceu uma datação de 5.040 AP, sugerindo, portanto, uma estimativa referencial do período inicial da habitação humana naquela região (Santos Júnior, 2022).

Esse cenário, em articulação com estudos sobre os povos originários da região Oeste Potiguar, sugere que essa produção cultural pode estar relacionada às primeiras culturas que ocuparam o território em questão, sendo possivelmente atribuída aos indígenas Panati, da grande nação Tarairiú, aos quais também se associa, com bastante frequência, o exônimo Tapuias. Segundo Santos Júnior (2008), os indígenas Panati "habitaram uma boa parte do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, principalmente na área geográfica que abrange os municípios de Marcelino Vieira, Pau dos Ferros, São Miguel, Encanto, Rafael Fernandes e Doutor Severiano".

4.1 Os sítios arqueológicos de Marcelino Vieira (RN)

O munícipio de Marcelino Vieira conta em seu patrimônio arqueológico com a identificação de oito sítios arqueológicos, entre aqueles identificados por Cabral e Nasser (1964), por Santos Júnior em 2002, e os dois últimos identificados nesta pesquisa, cuja localização pode ser observada na Figura 8.

Figura 8 - Mapa da localização espacial dos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira (RN).



Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

[8] Distante 87,77 km do município de Marcelino Vieira em linha reta. Nota do autor.

O mapa destaca a localização dos oito sítios arqueológicos distribuídos no município de Marcelino Vieira.

4.1.1 Sítio Arqueológico Areias

Ele foi inicialmente identificado por Elizabeth Mafra Cabral e Nássaro Nasser em suas pesquisas de 1963, que resultaram na publicação intitulada “Informações sobre as Inscrições Rupestres do Estado do Rio Grande do Norte”, no ano posterior. No entanto, à época, o local não recebeu uma denominação específica, sendo descrito apenas como situado “em terreno do Patrimônio de Santo Antônio”. Na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), no *site* do Iphan, consta com a denominação “RN - MA – 02”, assim, passamos a utilizar a denominação da localidade onde está inserido. O sítio está localizado cerca de 500 m a sudeste da cidade de Marcelino Vieira (para quem transita no sentido de Alexandria à Pau dos Ferros), a 75 m da via RN 079, em propriedade homônima, conforme mostra a Figura 9:

Figura 9 - Mapa de localização espacial (e perímetro) do sítio arqueológico Areias.

Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

Diferentemente dos demais sítios do município, que se caracterizam pela ocorrência em lajedos graníticos sub-horizontais, o sítio Areias apresenta um suporte vertical: um bloco isolado de granito. Nesse afloramento foram identificadas gravuras

rupestres produzidas por meio das técnicas de raspagem simples e percussão associada ao polimento, incluindo a presença de cúpulas. Embora compartilhe semelhanças técnicas com outros sítios da região, o local se destaca pelo registro de depredações que atingiram diretamente as inscrições rupestres.

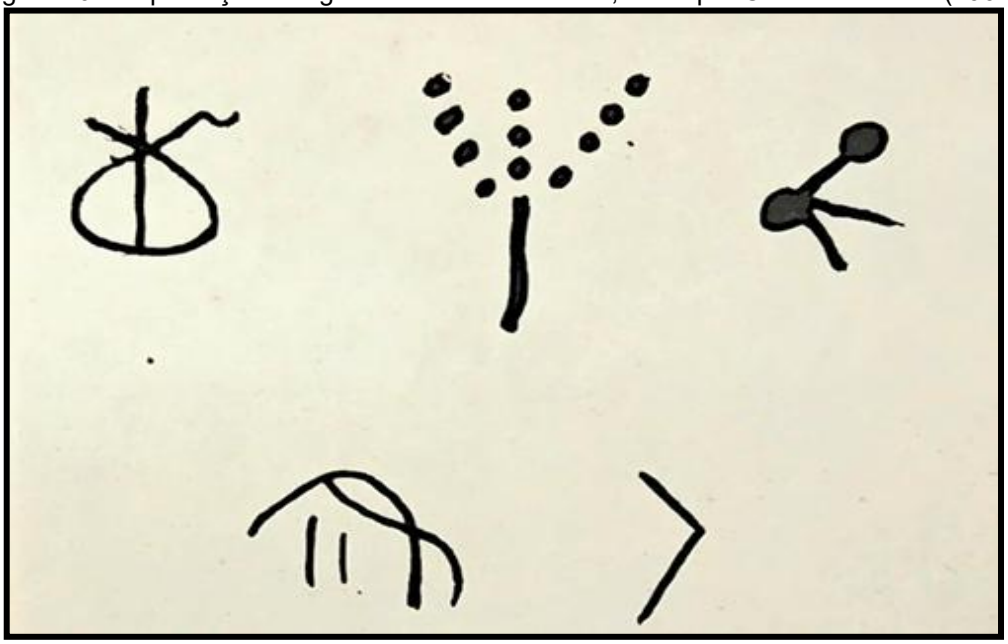
Foram identificadas interferências realizadas com tinta na cor branca sobre os grafismos originais. O autor da intervenção foi localizado e, ao ser questionado, alegou desconhecimento sobre o valor arqueológico do local. Suas falas evidenciaram que a ação não foi motivada por vandalismo intencional, mas pela falta de informação e reconhecimento cultural do sítio, o que ilustra uma problemática recorrente: a invisibilidade do patrimônio arqueológico local e a urgência de ações educativas e de valorização da história indígena regional como forma de preservação.

As inscrições feitas com tinta branca sobre as gravuras, dificultam a sua observação com clareza, no entanto, é possível perceber a presença de muitas incisões cupulares e, um em especial que se assemelha a uma figura que sugere a representação de um órgão genital feminino.

Na primeira pesquisa de que se tem notícia, realizada no município, em 1963, Cabral e Nasser fizeram registros fotográficos, desenhos e breves descrições dos sítios e dos grafismos encontrados. No caso do sítio Areias, não constam fotografias, mas a representação dos registros através de alguns desenhos e descrições (Figura 10). Vejamos o que diz a descrição dos pesquisadores publicada em 1964:

> SITIO 2: Bloco de granito, localizado a nordeste em terreno do patrimônio de Santo Antonio e a uns 100 m do leito da estrada que liga João Brandinho a Marcelino Vieira (direita em direção a Marcelino Vieira).
> TIPO: Inciso.
> FORMAS: Linha quebrada em delta, série de furos circulares formando três filas e convergindo para um ponto comum, daí se fundindo e formando uma linha reta.

Figura 10 - Reprodução dos grafismos do sítio Areias, feitos por Cabral e Nasser (1964).



Fonte: Cabral e Nasser (1964).

Vejamos agora alguns registros fotográficos (Figuras 11 a 14) do sítio arqueológico Areias realizados durante a pesquisa:

Figura 11 - Visão do contexto geoambiental do sítio arqueológico Areias.

Figura 12 - Detalhe do contexto geoambiental do sítio arqueológico Areias.

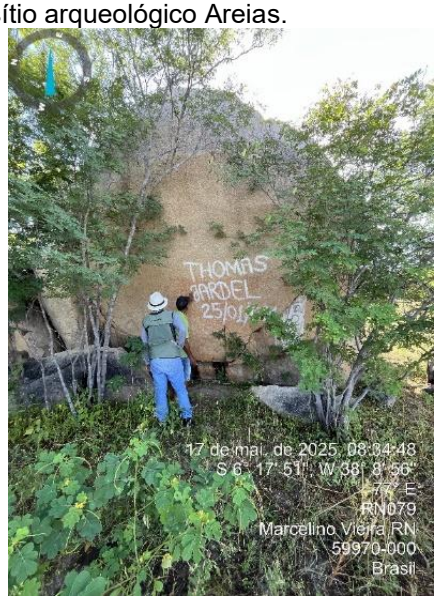
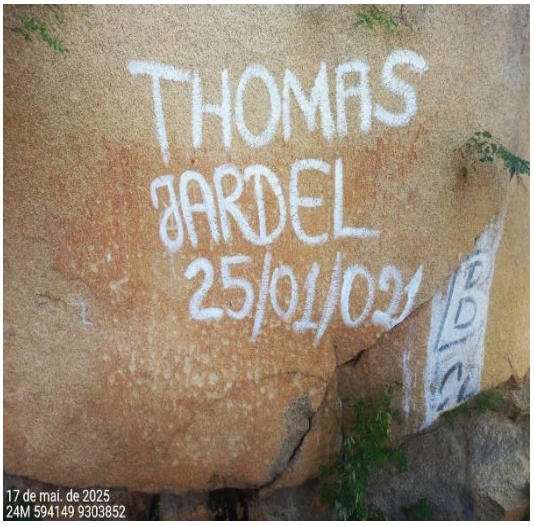


Figura 13 - Visão lateral do sítio Areias.

Figura 14 - Detalhes de painel gráfico do sítio Areias, com danos aos grafismos.



Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

A situação observada no sítio Areias, constitui uma evidência clara da importância e urgência de iniciativas como a que este trabalho propõe, no sentido de salvaguardar esses bens arqueológicos. Atualmente, medidas corretivas estão sendo adotadas sob a orientação do arqueólogo Valdeci dos Santos Júnior, visando mitigar os danos identificados.

4.1.2 Sítio Arqueológico João Brandinho I

Situado na antiga Fazenda João Batista, na zona rural de Marcelino Vieira (RN), é um dos dois novos sítios arqueológicos identificados na pesquisa. O afloramento granítico onde se encontram os grafismos, está localizado a uma distância de 6,2 km a leste de quem parte da prefeitura municipal, seguindo pela via “RN 079”, ficando na margem esquerda da estrada vicinal que passa pela barragem do córrego de João Brandinho. O lajedo é um dos que possuem maiores dimensões, tendo em torno de 27.000 m² de área.

Esse sítio apresenta gravuras rupestres produzidas com as técnicas de raspagem simples e percussões, possuindo uma peculiaridade, devido à presença de um conjunto expressivo de representações circulares e formas geométricas não reconhecíveis. As figuras ocupam majoritariamente a parte inicial do lajedo, agrupando-se em seis concentrações, como indica o mapa abaixo (Figura 15):

Figura 15 – Mapa de localização espacial (com perímetro e distribuição dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico João Brandinho I.

Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

As imagens a seguir, ilustram a configuração visual do sítio, contribuindo para a compreensão de seu contexto arqueológico, como pode ser observado nas Figuras 16 a 21:

Figura 16 - Visão do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho I.

Figura 17 - Detalhe do contexto geoambiental do sítio arqueológico João Brandinho I.

Figura 18 - Visão de painel gráfico do sítio arqueológico João Brandinho I.

Figura 19 - Visão de painel gráfico do sítio arqueológico João Brandinho I.

.

Figura 20 0 Detalhe de gravuras rupestre do sítio arqueológico João Brandinho I.

Figura 21 - Outro detalhe de gravura rupestre do sítio arqueológico João Brandinho I.

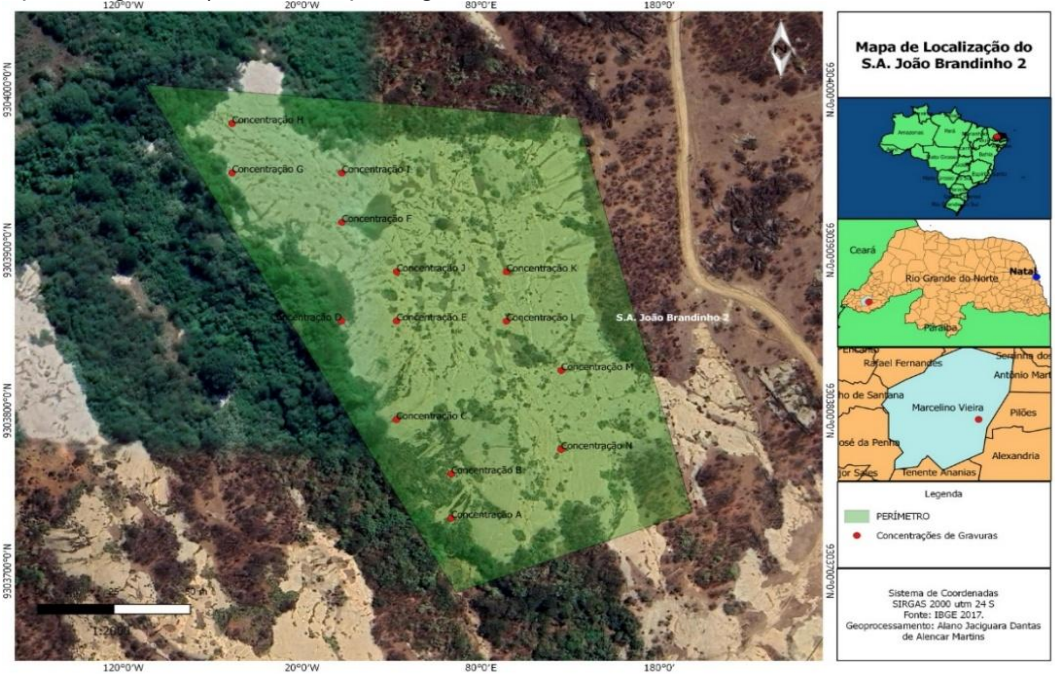
Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

4.1.3 Sítio Arqueológico João Brandinho II

O Sítio Arqueológico João Brandinho II está localizado a cerca de 6,3 km da sede do município, na zona rural, na Fazenda João Batista, mais precisamente na margem direita do “Córrego de João Brandinho”, a poucos metros do Sítio João Brandinho I (Figura 22).

Destaca-se por ser um dos sítios mais emblemáticos, tanto por sua estrutura morfológica singular quanto por seu valor simbólico, já que reúne o maior número de concentrações de grafismos e apresenta, com maior nitidez, figuras antropomórficas e zoomórficas. O sítio foi registrado pela primeira vez nas pesquisas de Cabral e Nasser (1964), apenas como “João Brandinho” e, mais recentemente, catalogado junto ao LAHP pelo arqueólogo Valdeci dos Santos Júnior, em 2002:

Figura 22 – Mapa de localização espacial (com perímetro e distribuição dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico João Brandinho II.



Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

Do ponto de vista morfológico, o sítio se destaca pela sua formação geológica, sendo um extenso lajedo granítico, com 26.000 m² a mais que o anterior.

Com relação as características de relevo, na parte mais alta do lajedo, além da ampla visibilidade do entorno, uma pequena depressão existente, acumula água nos períodos chuvosos formando uma pequena “lagoa” que possui 97m de perímetro e 1m de profundidade, características essas que podem ter contribuído para sua escolha como espaço de ocupação ou uso ritual por grupos humanos pretéritos.

As dimensões e disposição do lajedo favorecem o registro de gravuras rupestres, que aparecem em cerca de 14 concentrações, com ampla variedade temática, sendo possível encontrar figuras geométricas, grafismos não reconhecíveis, representações zoomórfica, fitomórficas e antropomórficas, bem como pode-se notar a presença de cúpulas.

Um dos registros mais notáveis do lugar, uma figura antropomórfica, no senso comum, remete à imagem de um esqueleto humano que, devido a essa aparência singular, despertou o imaginário da população local, que acabou criando um significado mítico para essa figura. Vejamos alguns exemplos do sítio arqueológico João Brandinho II nas Figuras 23 a 27:

Figura 23 - Visão do contexto geoambiental do João Brandinho II.

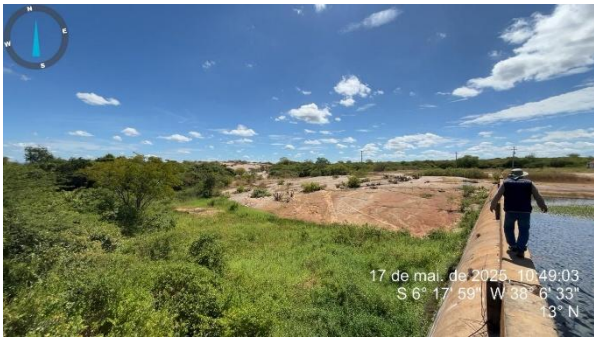


Figura 24 - Detalhe do contexto geoambiental do João Brandinho II.

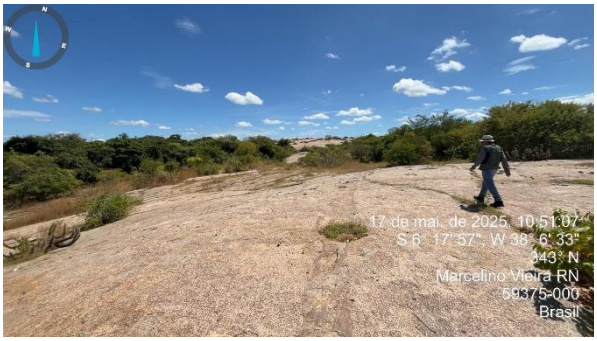


Figura 25 - Visão de painel gráfico do João Brandinho II.

Figura 26 - Detalhe de gravura antropomórfica do João Brandinho II.

Figura 26 - Detalhe de gravuras rupestre João Brandinho II.

Figura 27 - Outro detalhe de gravura rupestre do João Brandinho II.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

4.1.4 Sítio Arqueológico João Brandinho III

Esse sítio é, sem dúvidas, o que nos causou maior preocupação, devido ao seu estado de conservação. Localizado às margens da mesma estrada que o liga aos sítios João Brandinho I e II, situa-se a uma distância de 1,5 km do João Brandinho II. Assim como os dois anteriores, também se configura em um suporte de rocha granítica (Figura 28):

Figura 28 - Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação dos setores com painéis gráficos) sítio arqueológico João Brandinho III.

Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

Esse sítio não consta nas primeiras pesquisas realizadas na região por Cabral e Nasser em 1963, ele só veio a ser identificado em pesquisas de Valdeci Santos em 2002 que, na ocasião, já menciona em ficha de levantamento, a dificuldade em se perceber a presença dos grafismos, poucos e já bastante apagados pela ação do intemperismo (Figuras 29 a 32).

Figura 29 - Visão do contexto geoambiental do João Brandinho III.

Figura 30 - Detalhe do contexto geoambiental do João Brandinho III.

Figura 31 - Visão de painel gráfico do João Brandinho III.

Figura 32 - Detalhe de painel gráfico João Brandinho II.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

No entanto, o que causou maior incômodo, foi a constatação de extração de rochas, matéria-prima para a fabricação de paralelepípedo, sendo possível identificar provável utilização de explosivos, o que pode ter ocasionado a aceleração do processo de desplacamento da quase totalidade do suporte rochoso em questão e dos outros ao entorno (Figuras 33 e 34).

Figura 33 - Detalhe de extração de que compromete a integridade do sítio.

Figura 34 - Detalhe de extração de que compromete a integridade do sítio.

Fonte: Diego Fernandes, 2025.

Naquele espaço, os grafismos que ainda resistem, tornaram-se quase imperceptíveis, revelando um avançado grau de deterioração. Além disso, observa-se claramente a exploração depredatória do local. É possível encontrar o nome de uma pessoa gravado, provavelmente com o uso de instrumento metálico, semelhante aos empregados na extração para fabricação de paralelepípedos.

Também foram identificados vestígios que sugerem que tremores, possivelmente, causados por explosões realizadas nas proximidades, provocaram desplacamentos nas camadas superficiais das rochas. Além desses impactos, cabe destacar que a própria atividade de extração de matéria prima pode ter comprometido de forma irreversível parte dos registros rupestres anteriormente existentes no local, como mostra a Figura 35:

Figura 35 – Desplacamento rochoso causado por possível impacto de explosão.

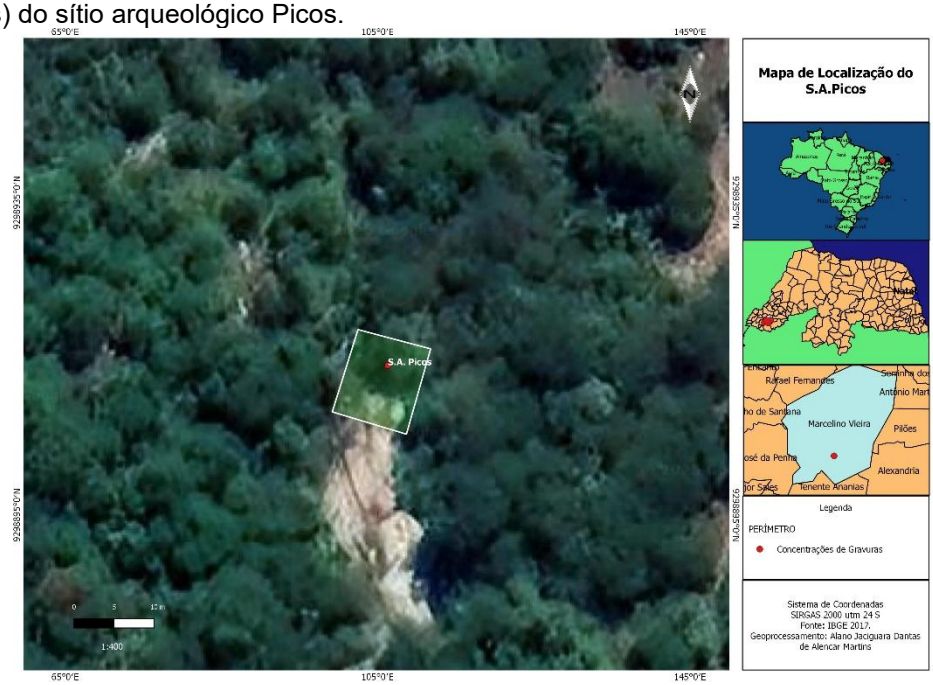
Fonte: Diego Fernandes, 2025.

4.1.5 Sítio Arqueológico Picos

O sítio arqueológico Picos localiza-se na comunidade homônima situada na zona rural do município de Marcelino Vieira (RN). Está a uma distância de 5.6 km da sede do município, e foi identificado nas pesquisas do arqueólogo Valdeci dos Santos Júnior, em 2002. Na região há a presença de formações rochosas, em meio a vegetação característica da caatinga arbustiva.

O sítio arqueológico (Figura 36) ocupa uma área de lajedos localizados às margens de um pequeno riacho, chamado pelos locais de Riacho dos Letreiros, que deságua no Rio do Mestre, um dos que alimentam o reservatório de abastecimento municipal. A área é composta por três concentrações de gravuras que apresentam uma grande variedade de símbolos geométricos e abstratos:

Figura 36 - Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação dos setores com painéis gráficos) do sítio arqueológico Picos.



Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

O suporte onde se encontram os grafismos, é igualmente composto por rochas graníticas, que representa uma superfície naturalmente propícia para o trabalho de raspagem simples e percussões, técnicas empregadas nas gravações encontradas (Figura 37 a 40). O conjunto de gravuras rupestres do sítio Picos é notável pela diversidade de formas:

Figura 37 - Visão do contexto geoambiental do Picos.

Figura 38 - Visão de painel gráfico do Picos.

Figura 39 - Visão de painel gráfico do Picos.

Figura 40 - Visão de painel gráfico do Picos.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

As figuras mais comuns são círculos concêntricos e quadrados, com alguns desenhos geométricos adicionais, como espirais e linhas retas, que cortam ou se estendem para fora dos círculos. Em várias partes do sítio, existem símbolos não identificáveis, cujas interpretações permanecem em aberto (Figuras 41 e 42):

Figura 41 - Detalhe de gravuras rupestre do Picos.

Figura 42 - Detalhe de gravuras rupestre do Picos.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

As gravuras são, em sua maioria, de baixo relevo, indicando que a técnica utilizada exigiu um trabalho meticuloso de raspagem da rocha para revelar as figuras. No entanto, devido à ação do tempo e das chuvas, muitas das gravuras sofreram erosão, com algumas praticamente desaparecendo. Além disso, algumas gravuras ficam submersas pelas águas do riacho durante o período chuvoso, o que impacta negativamente o nível de conservação das gravuras, que varia de regular a ruim.

Apesar de sua localização remota e de difícil acesso, o sítio enfrenta riscos de depredação, causados por visitantes curiosos ou caçadores que, ocasionalmente, acessam a área. Algumas inscrições recentes com iniciais de nomes e outros sinais de vandalismo, já foram identificados nas proximidades dos grafismos. Esses atos comprometem a preservação do local e demonstram a necessidade de medidas que possibilitem a conscientização no sentido de mitigar danos futuros oriundos da ação humana.

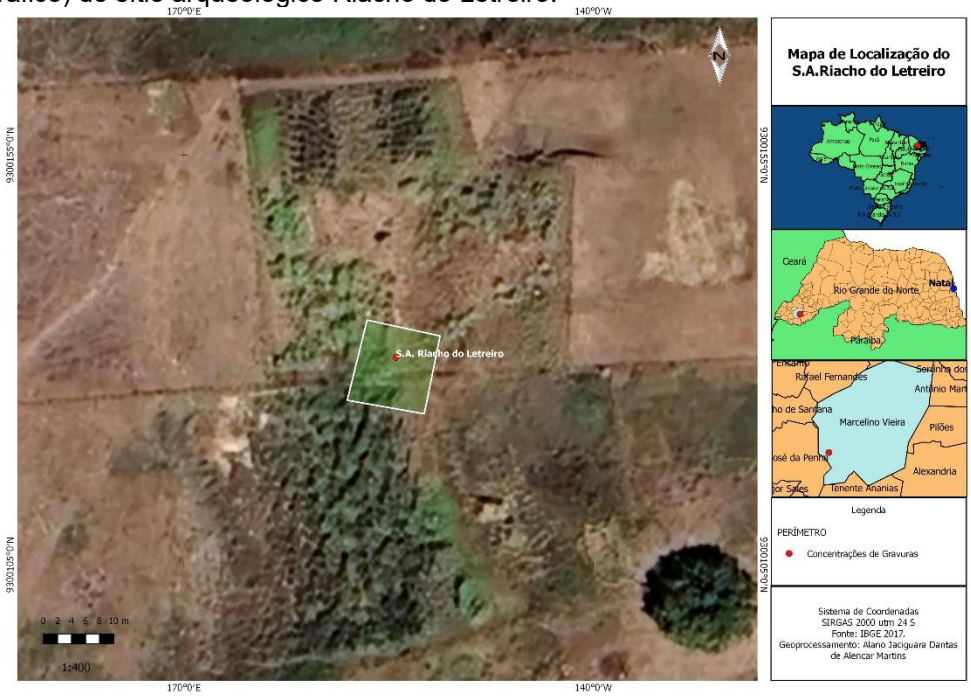
4.1.6 Sítio Arqueológico Riacho do Letreiro

Está localizado na zona rural do município de Marcelino Vieira, no Sítio Boa Vista, distante cerca de 9 km da sede do município, e à 1,5 km da Vila São Pedro, que faz divisa com o município de José da Penha, ainda no estado do Rio Grande do Norte (Figura 43).

O local apresenta duas pequenas concentrações de gravuras rupestres, localizadas em um bloco granítico e em um pequeno lajedo, ambos situados às

margens do Riacho do Letreiro. No local, há uma pequena barragem de tijolos, com cerca de 1 m de altura, que influencia diretamente na preservação das gravuras, especialmente, no período das chuvas, quando parte do sítio fica submerso:

Figura 43 - Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Riacho do Letreiro.



Fonte: IIBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

O sítio apresenta duas pequenas concentrações de gravuras rupestres, localizadas em um bloco granítico e em um pequeno lajedo, ambos situados às margens do Riacho do Letreiro (Figuras 44 a 46). No local, há uma pequena barragem de tijolos, com cerca de 1 metro de altura, que influencia diretamente na preservação das gravuras, especialmente, no período das chuvas, quando parte do sítio fica submersa.

Figura 44 - Visão do contexto geoambiental do Riacho do Letreiro.

Figura 45 - Detalhe do contexto geoambiental do Riacho do Letreiro Areias.

Figura 46 – Painel gráfico do sítio Riacho do Letreiro.

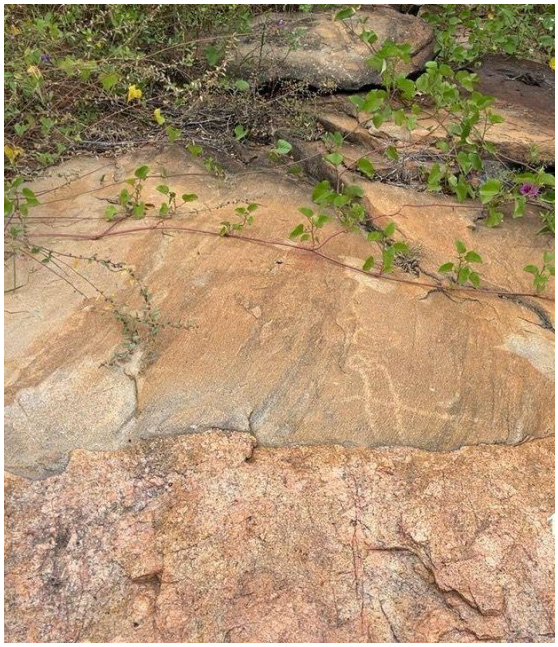
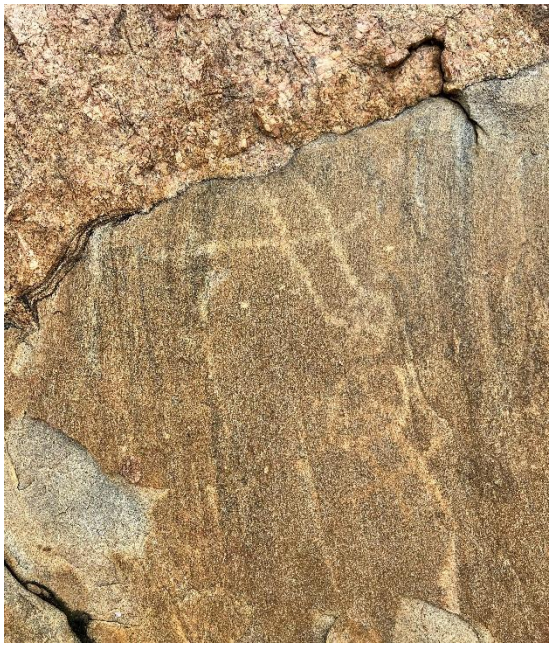


Figura 47 - Detalhes de painel gráfico do sítio Riacho do Letreiro.



Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

.

O conjunto é composto por gravuras em baixo relevo, realizadas por meio de raspagens sobre a rocha. As figuras, em número reduzido, são majoritariamente de caráter geométrico, incluindo retas, linhas curvilíneas e círculos, muitas delas, com formas não identificáveis ou sem associação simbólica clara. O estado de conservação das gravuras foi classificado como ruim, dentro de uma escala que varia entre bom, regular e ruim, sendo as principais causas o desgaste natural, por exposição prolongada ao Sol, ventos e, especialmente, pela ação da água durante o período chuvoso, que encobre parte das inscrições.

Um ponto curioso e que merece atenção, diz respeito a nomenclatura dos sítios arqueológicos da região, que pode gerar confusão, especialmente no que se refere ao sítio arqueológico Picos (próximo a um riacho denominado de Riacho dos Letreiros), e ao sítio arqueológico Riacho do Letreiro. Apesar da semelhança nos nomes, trata-se de dois locais distintos, situados em margens de riachos diferentes e com características próprias.

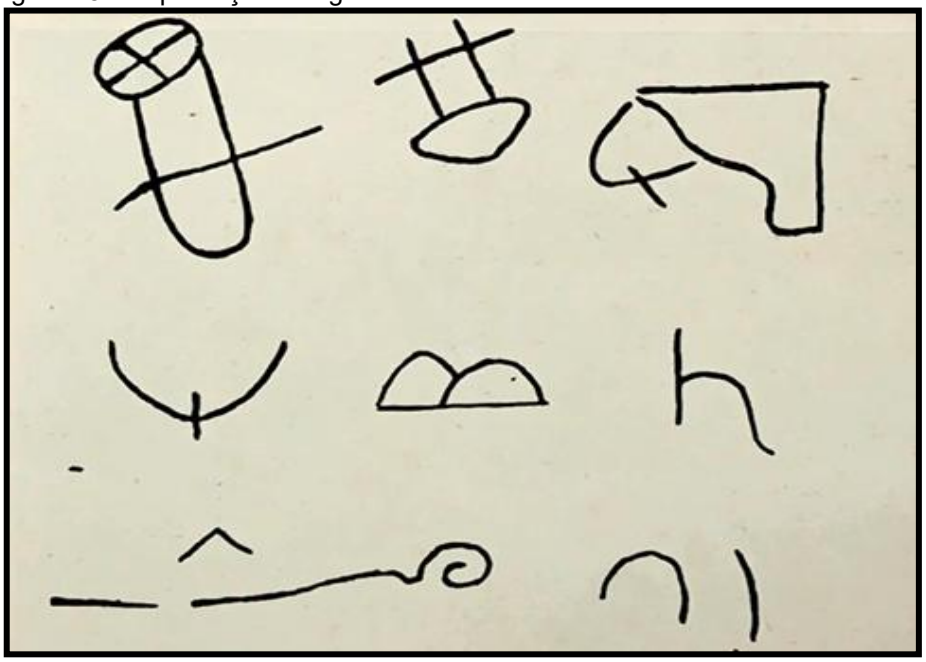
A confusão decorre da recorrência do termo “Letreiro”, amplamente utilizado por moradores de áreas próximas a sítios arqueológicos, para se referir às gravuras rupestres, associando visualmente os grafismos a letras ou inscrições. Essa prática toponímica popular, reflete uma percepção cultural importante, mas pode levar a erros na identificação e na catalogação dos sítios, especialmente quando os nomes são muito semelhantes.

Por essa razão, é essencial que a documentação arqueológica seja precisa quanto à localização geográfica, contexto ambiental e descrição das gravuras, a fim de evitar equívocos e garantir a correta distinção entre os diferentes sítios registrados.

O sítio está registrado no CNSA e foi identificado oficialmente, na pesquisa conduzida por Cabral e Nasser, publicada em 1964. Devido à ausência de fotografias, na ocasião, os pesquisadores publicaram as representações dos grafismos através de desenhos, e descrição dos mesmos, como mostra a figura 48:

> FORMAS: Linha reta cortada por linha curva, formando um curto tridente; figura oblonga cortada por traço em cruz e projetando-se em forma de falo; traços transversais que se projetam de uma silhueta cônica, grupo de pequenas setas apontando para baixo (Cabral; Nasser, 1964, p. 95).

Figura 48 - Reprodução dos grafismos do sítio Riacho do Letreiro.



Fonte: Cabral e Nasser (1964).

4.1.7 Sítio Arqueológico Rio do Mestre

Localizado a cerca de 6 km da sede do município de Marcelino Vieira, em uma propriedade rural homônima (Figura 49). Um dos dois sítios identificados na pesquisa, ocupa um lajedo de rocha granítica, com aproximadamente 363 m², posicionado nas imediações do curso do Rio do Mestre:

Figura 49 - Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Rio do Mestre.

Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

As manifestações rupestres registradas no local, são do tipo gravuras, produzidas por meio da técnica de raspagem, e apresentam padrões visuais e estilísticos compatíveis com os demais sítios já identificados no município de Marcelino Vieira (Figuras 50 a 53).

As figuras, em sua maioria, são de caráter geométrico, com formas lineares e curvas, estabelecendo uma relação estética e técnica com os demais sítios do entorno, o que permite integrá-las ao contexto da tradição Itacoatiara.

Figura 50 - Visão do contexto geoambiental do Rio do Mestre.

Figura 51 - Visão do contexto geoambiental Rio do Mestre.

Figura 52 - Visão de painel gráfico do sítio Rio do Mestre.

Figura 53 - detalhes de painel gráfico do sítio Rio do Mestre.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

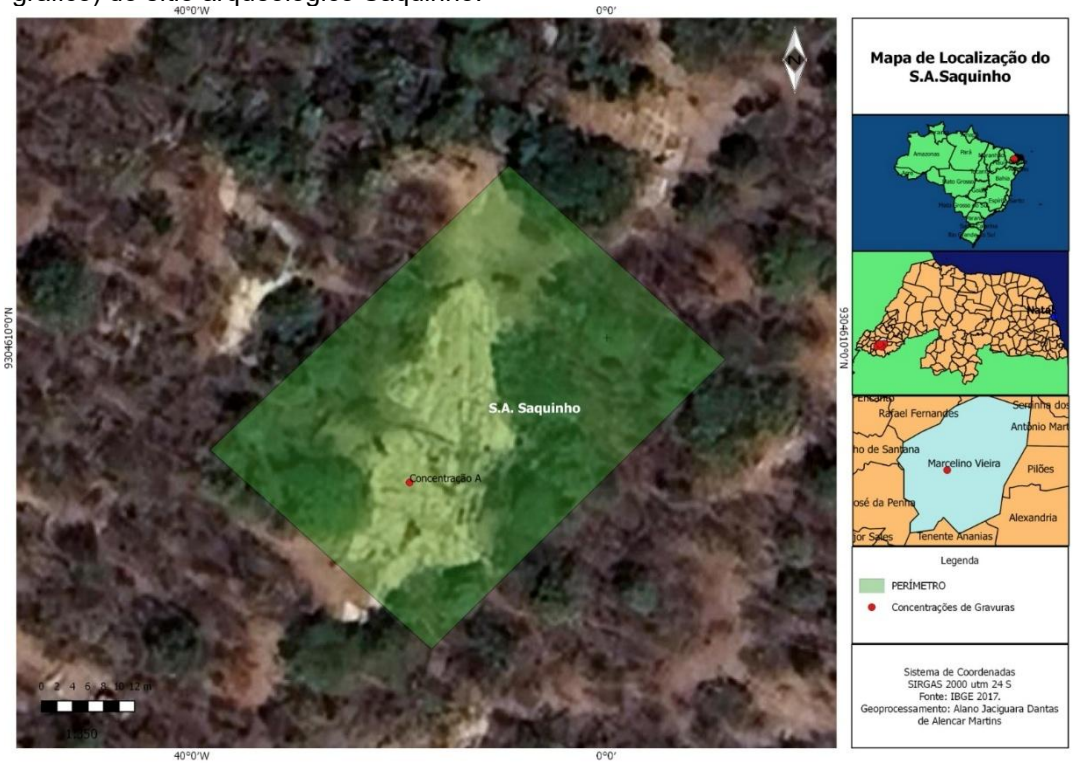
Nota-se que o suporte rochoso que abriga os grafismos já sofreu bastante ações do intemperismo, o que ocasionou o desplacamento da maior parte da estrutura do lajedo, restando poucos grafismos. Apesar de ainda não contar com o reconhecimento institucional oficial, por parte do Iphan, as evidências levantadas em

campo, somadas à avaliação técnica realizada pelo arqueólogo, Valdeci dos Santos Júnior, professor da UERN e coordenador do LAHP, atestam com segurança, o valor arqueológico do sítio. Durante sua visita, o professor realizou o registro fotográfico e a coleta de informações para o processo de reconhecimento formal. A identificação do sítio arqueológico Rio do Mestre, representa uma importante contribuição ao inventário arqueológico do Alto Oeste potiguar, reafirmando a necessidade de ações voltadas à proteção, estudo e valorização desses bens culturais, bem como à implementação de políticas de Educação Patrimonial junto às comunidades locais.

4.1.8 Sítio Arqueológico Saquinho

O Sítio (Figura 54) está localizado na zona rural de Marcelino Vieira, distante 1.770 m da sede do município, aos pés da Serra de São Sebastião, sobre um pequeno lajedo de rocha granítica, com aproximadamente 300m² de área:

Figura 54 - Mapa de localização espacial (com perímetro e identificação do setor com painel gráfico) do sítio arqueológico Saquinho.



Fonte: IBGE, modificado por Jaciguara Martins, 2025.

As gravuras encontram-se em um afloramento rochoso, próximo à base do serrote, em uma área relativamente isolada. O sítio abriga um conjunto de gravuras

rupestres em baixo-relevo, produzidas com a técnica de raspagem, atribuídas à tradição Itacoatiara.

O conjunto iconográfico do sítio Saquinho é diverso, formado predominantemente, por grafismos geométricos, como círculos, linhas e formas abstratas, além de figuras que sugerem representações antropomorfas e zoomorfas, sendo possível identificar, respectivamente, a silhueta de uma mão humana e a de uma pata animal.

O padrão visual das gravuras apresenta afinidade técnica e estilística, com os demais sítios arqueológicos identificados no município, indicando uma recorrência cultural e um repertório simbólico compartilhado.

A ação contínua das intempéries provocou significativo desplacamento na maior parte da superfície rochosa, que serve de suporte às inscrições, restando atualmente, uma concentração maior de grafismos na porção central do lajedo. Nessa área, os registros encontram-se em maior número e em bom estado de preservação, dispostos de maneira densa, com figuras que chegam a se sobrepor parcialmente.

Destaca-se, ainda, uma pequena seção da camada superficial da rocha, atualmente, isolada da área central em razão do desplacamento, na qual se observa uma figura incompleta, de execução mais profunda, característica do baixo-relevo. Essa figura, embora bastante desgastada, ainda conserva traços visíveis.

Próximo a ela, identificam-se duas pequenas áreas de intensa abrasão superficial, sugerindo uso frequente para atividades como polimento de artefatos líticos ou processamento de alimentos, como maceração de raízes ou sementes, como pode se comprovar nas Figuras 55 a 60:

Figura 55 - Visão do contexto geoambiental do Saquinho.

Figura 56 - Visão da região de concentração das gravuras.

Figura 57 - Visão de painel gráfico do Saquinho.

Figura 58 - Visão de painel gráfico Saquinho.

Figura 59 - Detalhe de gravuras rupestre do Saquinho.

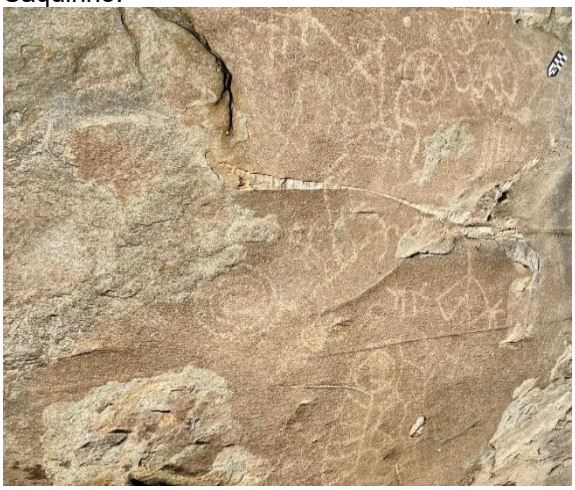


Figura 60 - Detalhe de intenso processo abrasivo na rocha.

Fonte: Arquivo de Diego Fernandes, 2025.

4.2 Os sítios e seus significados

Ao cair da noite do dia 10 de junho do ano de 1927, após uma contenda envolvendo intenso tiroteio entre um grupo formado por militares com alguns civis advindos da Vila de Vitória - hoje Marcelino Vieira - e um bando de criminosos liderados por Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, esses últimos decidiram por pernoitar num lugar próximo ao “Córrego de João Brandinho”, dentro da Fazendo João Batista, distante pouco mais de 6 km de Vitória (Dantas, 2005).

O lugar hoje, facilmente, chama a atenção de quem passa por uma estrada vicinal ao lado, pois, contíguo ao córrego, margeado pela caatinga, um grande lajedo se destaca, tanto pelas suas dimensões, quanto por possuir certa elevação, o que

permite uma visão privilegiada para quem se encontra em seu cume, característica que possivelmente justifica a escolha dos cangaceiros.

No entanto, o aspecto que nos causa interesse nesse lugar, é o fato desse lajedo contar com dezenas de gravuras rupestres na superfície das rochas graníticas que o constituem. As gravuras possuem temas variados, apresentando formas geométricas, desenhos não reconhecíveis, algumas figuras zoomórficas e uma imagem em particular, uma representação antropomórfica (Figura 61) que bastante se assemelha a um esqueleto humano (Santos Júnior, 2022, p. 116).

Figura 61: Grafismo rupestre com morfologia assemelhada a um “esqueleto” no sítio arqueológico João Brandinho II, município de Marcelino Vieira-RN.

Fonte: Valdeci Santos, 2018.

As considerações até aqui expostas, podem suscitar o leitor a se questionar: “além do fato de ocorrerem praticamente no mesmo lugar, qual a relação existente entre a pernoite do grupo de Lampião e o sítio arqueológico em questão, a ponto de estarem os dois em distintos contextos históricos, presentes na mesma análise? ” A resposta é bastante curiosa e nos da mostra da complexidade que a produção imagética pode assumir, dentro da reconstrução da memória e da representatividade cultural de um grupo social.

O fato é que a passagem do bando de Lampião pela localidade, foi tão traumática - chegando a envolver assaltos, pilhagem e até mortes - que se construiu no imaginário local, uma interpretação onde os grafismos encontrados no sítio arqueológico João Brandinho II, teriam sido obra do famoso cangaceiro, em especial,

a figura antropomórfica que, ao ser descoberta pelos antigos moradores da fazenda João Gomes (João Batista, atualmente), foi batizado de “O esqueleto de Lampião”.

Na conversa com alguns ex-moradores da fazenda e, praticamente, todos eles, ao serem questionados sobre a existências dos grafismos, se referem aos mesmos como “Os desenhos ou o esqueleto de Lampião”. Embora alguns tenham demonstrado aparente reconhecimento de certas incoerências, sobretudo cronológicas, entre os dois distintos eventos históricos, não conseguiram ou não se arriscaram a expressar uma explicação mais plausível.

Essas constatações, levam a concluir que, um fato histórico mais recente, de maior apelo em termos de popularidade e a própria influência de sujeitos políticos que representam a existência de uma narrativa histórica dominante, adquire tamanha supervalorização, de forma que, praticamente soterra a possibilidade de surgimento de narrativas alternativas, causando um silenciamento histórico.

A pluralidade de abstração envolvida na reconstrução da memória coletiva, logo se manifesta quando analisamos outros sítios arqueológicos, onde se percebe a atribuição de significados distintos do caso anterior. No caso dos sítios arqueológicos Picos, Rio do Mestre e Riacho do Letreiro, essa interpretação anterior não é compartilhada por moradores que vivem próximos ou que os conhecem.

Quando nos relatam suas concepções, demostraram claramente um reconhecimento sobre a origem indígena dos grafismos, no entanto, com ocorrência frequente de explicações que deixam clara a presença de inconsistências históricas ou cronológicas e, não raramente, nos deparamos com versões que envolvem aspectos fantasiosas, a respeito do contato entre seus antepassados e os povos originários da região.

Tivemos acesso a um relato, por parte de familiares e proprietários das terras onde se encontra o sítio na comunidade Rio do Mestre que, aparentemente, vem sendo repassado a gerações, que conta uma história em que um antepassado dessa família, teria capturado uma indígena, e que ela teria oferecido bastante dificuldade, pelo fato de contar “com asas e voar por entre as árvores”.

Relatos como este, embora claramente fabulosos, assim como os mitos e as lendas, nos permitem uma compreensão de como as pessoas tentam dar sentido ou explicar eventos históricos, isto é, eles não nos contam apenas "o que aconteceu", mas como as pessoas entendem o que aconteceu e o que isso significa para elas.

Ainda no Rio do Mestre, percebe-se, na forma como a família se relaciona com o sítio arqueológico presente em sua propriedade e como expressam em suas narrativas, que há um reconhecimento do valor histórico e cultural envolvido. Isso demonstra, em certa medida, uma consciência preservacionista, tanto que nos foi informado que o patriarca da família sempre teve a preocupação de apresentar os grafismos aos seus descendentes, como quem apresenta um bem patrimonial.

No entanto, quando se trata da representação desse patrimônio nas manifestações culturais coletiva, principalmente, quando se constata a prevalência de uma "história oficial" do município, não se percebe o reconhecimento de um legado cultural ancestral vinculado aos indígenas Panati.

Outro aspecto que desperta curiosidade, diz respeito a ferramentas e utensílios da cultura lítica indígena, encontrados ao longo do período de povoamento por pessoas não indígenas a partir do período colonial.

Durante a pesquisa foram localizados dois artefatos líticos em posse de descendentes do patriarca proprietário das terras, onde se localiza o sítio arqueológico Rio do Mestre, sendo uma lâmina de machadinha e um pilão, ambos já expostos. Percebe-se que se trata claramente de objetos produzidos a partir de matéria-prima lítica polida, que tinham finalidades utilitárias, podendo serem usadas como arma, na trituração de alimentos, para o corte, abate de animais, entre outros.

No entanto, é praticamente consenso entre seus proprietários e no imaginário local que esses objetos se trata de "coriscos" que, na definição popular, nada mais são do que rochas formadas naturalmente pela descarga elétrica da queda de um raio, isto é, de um relâmpago. Não raramente, esses objetos são dotados de significados místicos e considerados verdadeiros amuletos mágicos pela crença popular.

Marcelino Vieira veio a consolidar sua emancipação política em relação aos municípios de Alexandria e Pau dos Ferros, em 24 de novembro de 1953, momento esse, em que passa a não mais se chamar oficialmente, Vila Panati. Essa mudança de nomenclatura, ao se tornar Município, nos mostra que antes de receber o atual nome, em memória a um ex-líder político local, a comunidade possuía a antiga denominação, em referência aos habitantes originários da região, os indígenas Panati, o que chama a atenção, pelo fato dessa renomeação transparecer a preponderância de uma narrativa sobre outra, dentro das relações de poder (Carneiro Neto, 2003).

Os reflexos desta constatação irão se manifestar na forma como o poder público configura os espaços de memória locais, de modo que se percebe uma versão

supervalorizada invisibilizando outras. Tomemos como exemplo, o caso do museu municipal – Museu Histórico e Cultural Passagem do Freijó (MHCPF) – inaugurado em novembro de 2022, por ocasião das comemorações dos 69 anos de emancipação política, que não possui em seu acervo, até o momento (2025), nenhum elemento que remeta aos indígenas Panati, sendo a única exceção que faz referência a esses, uma pintura existente em um dos murais decorativos na parte exterior do museu, como mostra a Figura 62:

Figura 62 - Mural externo do Museu Histórico e Cultural Passagem do Freijó.

Fonte: Rafaela Reges, 2024.

Entende-se que esses aspectos são evidências de escolhas políticas que criam um mito fundador, isto é, uma narrativa histórica dominante, que ela, do mesmo modo que possui origem no campo da educação, nele também, pode vir a ser superada, seja no espaço escolar, seja no próprio museu através da Educação Patrimonial, em suas mais diversas possibilidades.

Marcelino Vieira possui, atualmente, sob sua jurisdição municipal, um povoado denominado de Vila Panati, distante 15 km da sede administrativa e, ao que tudo nos leva a crer, recebe essa denominação, pelo fato de se localizar aos pés da “Serra dos Panati” que, por sua vez, recebe esse nome em referência aos povos originários da região.

Nos diálogos realizados com os moradores desse povoado, não se percebe qualquer reconhecimento identitário com os habitantes originários da região. Por vezes, nota-se inclusive certa negação quanto a uma eventual descendência indígena por parte deles. Observa-se, ainda, que a população urbana se refere aos moradores daquela localidade como “indígenas” ou “índios”, essa designação tende a assumir

um tom depreciativo, mais associado a estigmas sociais do que ao reconhecimento de uma ligação ancestral.

A partir dessas constatações, percebe-se que os sítios arqueológicos, assim como todos os outros elementos culturais que os envolvem, são dotados de significados que refletem as distintas maneiras e tentativas de uma explicação sobre suas origens por parte dos sujeitos que possuem algum tipo de ligação com esses espaços. Entretanto, nota-se que essas manifestações não comungam de um amplo conhecimento no que diz respeito a comunidade, e são negligenciadas do ponto de vista da constituição do patrimônio cultural local, o que resulta em uma condição de invisibilidade histórica.

Dito isto, será apresentada uma abordagem executada no 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Padre Bernardino Fernandes (EEPBF), que se converteu em uma Proposta Didática, passível de ser replicada pelos mais diversos espaços educativos, com o intuito de jogar luz sobre os sítios arqueológicos e, consequentemente, revelar a existência de um passado indígena pouco reconhecido na História e na construção do Patrimônio Cultural do município.

4.3 O procedimento: os sítios arqueológicos levados ao contexto escolar através da Educação Patrimonial

Ao longo de aproximadamente 15 anos de atuação como profissional da educação — sendo boa parte desse tempo no município de Marcelino Vieira —, sempre me causou incômodo a ausência de reconhecimento identitário, por parte dos estudantes do sexto ano, em relação ao tema “Pré-História”.

Na tentativa de minimizar a sensação de estranhamento causada pelo distanciamento temporal, sempre busquei estratégias para aproximar os estudantes da temática. Por diversas ocasiões, realizei aulas de campo com os sítios arqueológicos locais, nos anos finais do Ensino Fundamental, em consonância com o que prevê o currículo escolar sobre esse conteúdo.

Uma recorrência em particular sempre me chamou a atenção: em todas as ocasiões: a grande maioria dos estudantes demonstrava desconhecimento quanto à existência de sítios arqueológicos no município. Essa percepção me levou a realizar, por dois anos consecutivos (2023 e 2024), um levantamento estatístico com alunos do 6º ano da Escola Estadual Padre Bernardino Fernandes, cuja média de respostas

indicou que cerca de 70% dos estudantes não tinham conhecimento da presença desse tipo de patrimônio na comunidade.

Foi justamente a inquietação provocada por essa realidade, que nos levou a buscar uma possibilidade de intervir nessa problemática, no sentido de jogar luz sobre essa parte da história local, de forma que a tirássemos dessa invisibilidade, aproximando-a da vivência dos educandos.

O contato prévio com as turmas se deu, ainda no primeiro semestre de 2024, momento em que pudemos avaliar conhecimentos prévios, identificar necessidades, avaliar níveis de aprendizagem e mensurarmos o grau de conscientização patrimonial a respeito do objeto de estudo. Foi também nessa oportunidade que confirmamos, estatisticamente, a fração de estudantes que não sabiam da existência dos sítios, o que nos fez atestar a necessidade de prosseguir com a abordagem ora proposta.

A intervenção pedagógica foi realizada entres os dias 06 de novembro e 20 de dezembro de 2024, com alunos das turmas “A” e “B” 6º ano da EEPBF, perfazendo 6 encontros, com cada turma (não inclui o contato prévio mencionado), divididos entre momentos de exposições teóricas, atividades práticas e aulas de campo, que proporcionaram 15 horas de interação com 60 estudantes.

Para a avaliação das atividades, foram utilizados instrumentos qualitativos, entre os quais a observação direta da participação dos estudantes, o registro das produções escritas e gráficas, bem como as falas e interações durante a execução das propostas. Como critérios, considerou-se não apenas a reprodução de conteúdo, mas principalmente o nível de envolvimento afetivo, a capacidade de estabelecer relações com a realidade local, a apropriação dos conceitos históricos mobilizados e a reflexão crítica diante do patrimônio arqueológico trabalhado. Dessa forma, a avaliação foi compreendida como processo formativo, em consonância com os princípios da Educação Patrimonial e do ensino de História.

4.3.1 Primeiro momento (06\11\2024): conhecendo os principais conceitos (2 aulas – 100 minutos)

Partindo de um diagnóstico já estabelecido, consideramos indispensável iniciar nossa abordagem por meio de aulas expositivas, nas quais foram discutidos os conceitos mais relevantes e recorrentes relacionados ao objeto de estudo. Dentre eles, destacam-se: arte rupestre, Arqueologia, Educação Patrimonial, História pré-

colonial, legado, patrimônio cultural, preservação, povos originários e indígenas, sítios arqueológicos e tombamento.

Nos diálogos que se desenvolveram a partir desse momento, alguns dos termos discutidos suscitaram debates acerca de suas contradições — especialmente os conceitos de “Pré-história” e, de forma mais intensa, a substituição do termo “índio” por “indígena” e/ou “povos originários”. Essas problematizações foram de grande importância, pois estimularam maior interação entre os estudantes ao abordar temas próximos de sua realidade e sensíveis ao contexto sociocultural, além de contribuírem para a desconstrução de preconceitos.

Após os debates foi realizada uma atividade em grupo com o objetivo de avaliar a compreensão dos principais conceitos trabalhados. A proposta consistiu em solicitar que cada grupo elaborasse e, posteriormente, apresentasse em cartolina, um mapa do patrimônio local. Nele, os participantes representaram, por meio de desenhos com lápis de cor, uma espécie de croqui com os elementos que consideravam parte do patrimônio cultural do município.

Ao fim dessa etapa, uma reflexão nos apontou duas observações em particular: primeiramente, identificamos que uma base conceitual foi estabelecida a contento, de forma que houve uma ampliação de conhecimentos nesse sentido; na segunda, percebemos que, ao apresentarem seus mapas do patrimônio local, os sítios arqueológicos só constavam em um dos croquis que foram expostos. Essa segunda observação, em especial, nos dá uma evidência contundente da ausência de reconhecimento dos sítios, como integrante do acervo patrimonial histórico e cultural do município.

Concluímos o encontro com um diálogo sobre a importância de reconhecer e preservar o patrimônio cultural local, sobretudo os elementos pouco conhecidos, já que sua invisibilidade reforça uma condição de vulnerabilidade diante da ausência de ações de preservação.

4.3.2 Segundo encontro (13\11\2024): a atuação do arqueólogo e a pesquisa arqueológica (2 aulas – 100 minutos)

Com uma base conceitual já construída, no segundo encontro, partimos para uma análise mais acentuada em alguns dos conceitos trabalhados, os relacionando com a atuação metodológica do profissional na produção do conhecimento. Para

tanto, o encontro foi composto por duas etapas metodológicas: uma teórica e outra prática.

No caso, aprofundamos nosso estudo dos sítios arqueológicos locais, através da atuação do arqueólogo e da Arqueologia enquanto ciência que nos permite desvendá-los e compreendê-los. A esse respeito, discutimos sobre as principais e mais básicas técnicas da prática arqueológica (escavação estratigráfica, análise, registro e catalogação de artefatos), no sentido de promover o entendimento sobre a investigação científica e orientá-los para um momento posterior que envolveu uma atividade empírica.

Essa discussão partiu de uma perspectiva nacional sobre a constituição do patrimônio arqueológico brasileiro, passando pela região Nordeste até chegar ao contexto local, que foi o principal foco de aprofundamento. Neste sentido foram apresentados um mapa com a localização dos sítios arqueológicos locais já registrados no Iphan, fotografias dos elementos que os compõem, bem como o percurso científico que levou à sua inclusão no patrimônio arqueológico em nível nacional, regional e local.

Nesse momento, vale mencionar que foi discutida a função e atuação do Iphan enquanto órgão da União responsável pela regulamentação das pesquisas e da preservação dos sítios arqueológicos. Como ação concreta dessa etapa realizamos uma atividade ao estilo “mão na massa”, na qual foi feita a “simulação de uma escavação”, que permitiu aos estudantes, terem uma compreensão prática da complexidade do proceder técnico que envolve o trabalho de campo em uma pesquisa arqueológica.

Avaliamos esse encontro como bastante construtivo, pois permitiu a quebra de um formato rotineiro de aulas expositivas, com a incrementação de um momento que envolveu dinâmica, interação e atividade prática extra sala de aula.

Do ponto de vista da aquisição de habilidades educacionais em História, para a série em questão, essa dinâmica possibilitou o contato prático com métodos aos quais está condicionada a produção do conhecimento arqueológico e histórico, como estabelece a BNCC com o código (EF06HI02)[9]: “Identificar a gênese da produção do

[9] Identificar diferentes formas de registro dos grupos humanos no tempo, como vestígios materiais, narrativas orais, imagens e documentos escritos. (BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017).

saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas" (Brasil, 2017, p. 421).

No tocante a metodologia da Educação Patrimonial proposta pelo *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999), nesse encontro, foi possibilitada no primeiro contato visual dos estudantes com os sítios arqueológicos locais, visto que algumas fotografias foram expostas em sala de aula, permitindo uma análise preliminar do objeto patrimonial, o que constitui o início da etapa da **"observação"**.

4.3.3 Terceiro encontro (04\12\2024): Os sítios arqueológicos e os indígenas Panati (2 aulas – 100 minutos)

Esse momento encerrou a etapa metodológica, com aulas essencialmente teóricas. Foi o encontro onde os estudantes adentraram com maior profundidade na etapa da "Observação" e tiveram o contato inicial com a segunda e a terceira etapas metodológicas propostas por Horta; Grunberg e Monteiro (1999), o "Registro" e a "Exploração". Na ocasião, o encontro foi composto de dois momentos expositivos que, apesar de tratarem de temáticas intrínsecas, propuseram a análise do contexto geral dos sítios em duas fases, que envolveram percepções e ações cronológicas em tempos diferentes.

Na primeira fase foi realizado um exame dos elementos que, no tempo presente, compõem os sítios arqueológicos, por meio de uma exposição de imagens que contemplava sua estrutura morfológica e a simbologia rupestre neles encontradas. A atividade possibilitou uma observação mais detalhada desses elementos, mediada por um diálogo amparado em conhecimentos técnicos básicos, abordando as técnicas empregadas, aspectos geológicos, tradições rupestres, possíveis significados e os procedimentos adequados para seu estudo e preservação.

Na fase posterior nos debruçamos na compreensão do contexto pretérito envolvendo os sítios, isto é, um estudo sobre os povos originários que nos legaram esse patrimônio, no caso, os indígenas Panati. Nesse momento, investigamos aspectos da vida social e cultural, práticas cotidianas, formas de organização social, espaço geográfico, produção cultural, costumes, entre outras facetas dos Panati; foram discutidos nessa fase, o que nos proporcionou uma imersão sociocultural que nos levou a atingir a terceira etapa da metodologia adotada, a "Exploração".

Como atividade prática, no sentido de consolidar a proposição conceitual e metodológica envolvidas, foi solicitado que, individualmente, cada estudante criasse com papel e lápis de colorir, seu “próprio registro rupestre”. Para tanto, orientamos que os grafismos encontrados nos sítios locais fossem usados como parâmetros, porém, que cada criação fosse de caráter particular e expressasse algum tipo de mensagem simbólica. Finalizamos o encontro com a apresentação oral dos “registros rupestres” por aqueles estudantes que se sentiram confortáveis em expô-los e concluímos com uma reflexão sobre quais as possíveis motivações, intenções dos indígenas em produzirem esses grafismos e a importância de preservá-los.

Para facilitar esse exercício de formulação de hipóteses, pedimos que imaginassem de que forma os desenhos elaborados por eles, poderiam fornecer informações sobre os seus autores em uma suposta pesquisa arqueológica num futuro distante. Um resultado marcante nos chamou a atenção durante o desenvolvimento desse encontro: dois estudantes do sexo masculino, em determinados momentos da exposição teórica, se expressaram oralmente, no sentido de manifestarem o reconhecimento de uma ancestralidade indígena.

Um deles, relatou ter ouvido dos seus pais que na família houve antepassados indígenas, enquanto o outro, que não é natural do município, informou que seu avô materno é indígena e reside em uma comunidade na Bahia.

Essa situação não teria nada de especial, não fosse o fato de que, no encontro preliminar que tivemos com as turmas – anterior aos três momentos até aqui relatados – foi feito o questionamento de forma oral e escrita se havia dentre os estudantes, alguém que se reconhecia como indígena ou descendente, não sendo manifestada naquele momento resposta afirmativa.

Assim, após os três encontros relatados, houve a manifestação de algum tipo de reconhecimento identitário, ao ponto que os estudantes se encontraram em um lugar de representatividade. Esse fato evidencia, indubitavelmente, que a quarta etapa da metodologia do Guia Básico do Iphan (1999), foi atingida em certa medida por esses dois estudantes em particular, a etapa da “Apropriação”.

Esse encontro, representou a última das três etapas de exposição teórica em sala de aula, que serviram de fundamentação para o momento seguinte, uma aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II.

4.3.4 Quarto encontro (07\12\2024): Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II (3 aulas – 150 minutos)

Esse momento representou uma das etapas essenciais do nosso procedimento, principalmente por promover uma aula que foge do modelo tradicional e que oportuniza ao estudante o contato com o objeto real e insubstituível, enquanto fonte de informação, como define o Guia Básico do Iphan (1999) que, por conseguinte, viabiliza a sua operacionalização metodológica, quando permite uma intensificação crucial nas etapas de **"observação, registro e exploração"**.

A respeito da escolha do sítio arqueológico João Brandinho II, três fatores foram especialmente, considerados: o primeiro diz respeito a acessibilidade, pois dentre os oito sítios, é o de mais fácil acesso. O segundo aspecto observado foi a imponência do afloramento, já que, sendo o maior e mais elevado dos lajedos, destaca-se principalmente pelo seu porte e dimensão, o que lhe confere maior visibilidade na paisagem, como mostra a Figura 63:

Figura 63 - Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II, em 07\12\2024.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

O terceiro e, talvez, mais importante, se refere a diversidade técnica e temática entre os registros rupestres, pois encontramos nesse espaço, o emprego da técnica da raspagem e do picoteamento com polimento, como também se observa maior multiplicidade de temas entre os desenhos, onde podemos encontrar desde formas geométricas, até representações zoomórficas e antropomórficas.

No início da aula, propôs-se uma reflexão sobre as problemáticas enfrentadas atualmente pelos povos indígenas no Brasil. Em seguida, realizou-se uma pintura no rosto dos estudantes com as cores vermelho e preto, ligadas a uma simbologia de proteção e sabedoria. Esse momento foi acompanhado de uma saudação indígena e de um pedido de licença em respeito à ancestralidade dos povos originários que habitaram aquele território, configurando um breve rito de caráter simbólico.

Nesse momento, o objetivo era promover uma experiência imersiva que permitisse uma compreensão da cosmovisão pela qual os povos originários se orientavam, tendo a consciência da relevância que este aspecto possuía em suas relações interpessoais e com o meio em que viviam. Com essa vivência, tencionamos estabelecer uma conexão emocional que, por sua vez, dialoga com a etapa da "**Apropriação**", na metodologia de Horta, Grunberg e Monteiro (1999), como pode se ver na Figura 64:

Figura 64 - Aula de campo no sítio arqueológico João Brandinho II, em 07\12\2014.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

Após essa etapa introdutória foi realizada uma atividade intitulada de "arqueólogo por um dia", que consistiu em dividirmos os estudantes em vários grupos de 5 membros, onde cada grupo recebeu um "Mapa" e tinham por objetivo, encontrar o registro rupestre que mais chamou a atenção durante as aulas expositivas, e que mais se destaca no lugar, aquele que os habitantes locais denominaram de "o esqueleto de Lampião".

A atividade possibilitou que os estudantes voltassem a sua atenção aos detalhes do sítio arqueológico, uma vez que para se orientarem por meio do mapa, foi necessário estabelecer uma conexão mais próxima e sensível com o espaço, o que consolidou uma relação com as etapas de **“Observação, exploração e apropriação”**.

Após a conclusão da atividade os alunos realizaram um exercício individual, de caráter mais pragmático, que intensificou a aplicação da metodologia do **“Registro”**. A atividade consistiu no preenchimento de um relatório, no qual cada estudante deveria descrever suas impressões sobre os aspectos geofísicos, a vegetação e os elementos culturais observados, incluindo o registro desses elementos na forma de desenhos. Naquele momento da ação educativa, houve a consolidação metodológica da proposta adotada, uma vez que se oportunizou uma vivência que contemplou de forma integrada as quatro etapas do procedimento: **Observação, Registro, Exploração e Apropriação.**

Nessa etapa, foram estimuladas diferentes dimensões da experiência educativa: sensível, cognitiva e metodológica. Cumprimos assim, uma fase essencial da proposta de Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 4), quando define que:

> A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Foram criadas as condições necessárias para que o objetivo proposto fosse alcançado: a promoção do reconhecimento e da valorização patrimonial do objeto de estudo. A avaliação quanto ao alcance desse objetivo foi realizada nos dois encontros finais, dedicados à preparação e à apresentação dos resultados em uma mostra temática, concebida pelos próprios estudantes sob nossa orientação.

4.3.5 Quinto encontro (19\12\2024): a montagem da exposição (6 aulas – 300 minutos em dois momentos, manhã e tarde)

No momento em que redigia esse texto, me deparei com a dúvida sobre a relevância de relatar ou não o encontro em que os estudantes, sob a nossa mediação,

realizaram a montagem da mostra com o resultado da intervenção, a ser exposto na escola.

A dúvida se desfez assim que percebemos o quão importante e contributivo foi esse momento, no que diz respeito a condição de protagonistas assumida pelos estudantes na execução desse processo, bem como possibilitou o estreitamento de uma relação que se conecta exatamente com a etapa de “Apropriação”, dentro do percurso metodológico.

Para a realização desse encontro, compreendemos que a participação dos 60 estudantes das turmas “A” e “B” seria desafiador, do ponto de vista logístico e operacional. Diante disso, adotamos uma medida que, embora inicialmente tenha gerado apreensão, revelou-se eficaz para viabilizar a proposta.

Além disso, a estratégia implementada funcionou como instrumento avaliativo, do ponto de vista da produção do conhecimento e possibilitou uma compreensão do nível de envolvimento afetivo gerado que, por sua vez, converge para à “apropriação” do objeto de estudo.

A medida adotada consistiu em permitir que a participação dos estudantes na elaboração e apresentação da mostra ocorresse de forma voluntária, permitindo o envolvimento apenas daqueles que se sentissem genuinamente motivados. Como resultado, 21 estudantes se dispuseram a contribuir com a construção da exposição, dos quais 16 se voluntariaram para atuar nas estações temáticas, realizando exposições orais sobre os conteúdos abordados.

Por se tratar de uma proposta não prevista no calendário letivo oficial da escola e, portanto, desvinculada de avaliação formal e atribuição de notas, havia o receio de que não houvesse adesão por parte dos estudantes. No entanto, essa expectativa não se confirmou. Ao contrário, a mostra foi construída pelos próprios alunos que, sob nossa supervisão, elaboraram os textos expositivos com base nos conhecimentos adquiridos no decorrer da intervenção pedagógica.

A mostra teve como tema: “O legado nas pedras: os povos originários e os sítios arqueológicos em Marcelino Vieira”. Na exposição os estudantes apresentaram suas descobertas sobre aspectos culturais, sociais e cotidianos dos indígenas Panati, destacando os sítios arqueológicos como representações do espaço vital daqueles povos e como vestígios do passado, que resistiram ao tempo e, hoje, nos permitem conhecê-lo, constituindo um legado significativo para as gerações atuais.

4.3.6 Sexto encontro (20\12\2024): a exposição “O legado nas pedras: os povos originários e os Sítios Arqueológicos em Marcelino Vieira” (3 aulas – 150 minutos)

A exposição foi distribuída em seis estações temáticas, sendo que cada uma abordou um aspecto específico, relacionado ao tema central. A seguir, descreveu-se as configurações e os conteúdos de cada estação:

- ESTAÇÃO 1: Por meio de um painel de imagens os visitantes foram introduzidos ao conceito de sítio arqueológico e, a partir disso, conheceram os sítios existentes no município, bem como seus principais elementos constitutivos.

- ESTAÇÃO 2: Apresentação de uma linha do tempo, com ponto de partida no Período Paleolítico, marcando o início do povoamento do território brasileiro. A linha abarcou eventos significativos da História Pré-colonial, contemplando desde marcos em escala nacional (como as datações das pinturas rupestres no sítio da Pedra Furada, no Piauí, e o povo de Lagoa Santa, em Minas Gerais), passando por referências regionais (como as datações da região de Caraúbas, no Rio Grande do Norte), até possíveis estimativas sobre o povoamento local, como podemos ver na Figura 65:

Figura 65 - Exposição temática da intervenção pedagógica.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

- ESTAÇÃO 3: Por meio de *slides* ilustrados, especialmente com mapas, os estudantes apresentaram o espaço geográfico, historicamente ocupado pelos indígenas Panati. No âmbito dessa temática foram abordados aspectos relacionados às práticas de sobrevivência, aos períodos de ocupação territorial, às dinâmicas migratórias, aos saberes tradicionais, às relações sociais e à última referência

documentada na bibliografia sobre a presença daquele povo na região, como mostra a Figura 66:

Figura 66 - Exposição temática da intervenção pedagógica.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

- ESTAÇÃO 4: Essa estação apresentava de forma interativa, saberes, costumes e aspectos do cotidiano dos indígenas Panati. Foram abordadas práticas agrícolas e os gêneros cultivados, além da exibição da réplica de uma maloca típica daquele povo.

Também houve a simulação de produção de grafismos rupestres, utilizando as técnicas de raspagem e picoteamento (Figura 67), bem como a exposição de um artefato lítico genuíno (uma lâmina de machadinha), assim como a demonstração de seu processo de fabricação. Por fim, foi criado um espaço em que os visitantes podiam registrar seu “próprio grafismo”, promovendo uma experiência interativa.

Figura 67 - Exposição temática da intervenção pedagógica.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

- ESTAÇÃO 5: Esse espaço foi dedicado à exposição do legado cultural dos povos originários (Figura 68). Por meio da apresentação de objetos, destacaram-se aspectos como a culinária tradicional e o conhecimento sobre ervas, especialmente as medicinais; o artesanato, incluindo adornos, utensílios de palha trançada, peças de cerâmica, sandálias, redes e esteiras; as crenças místicas incorporadas à cultura contemporânea, como as rezas, as rezadeiras e as lendas; além de um painel com diversas palavras do vocabulário cotidiano que têm origem na língua e cultura indígena:

Figura 68 - Exposição temática da intervenção pedagógica.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

- ESTAÇÃO 6: Esse último espaço foi destinado a uma reflexão sobre a importância da proteção e preservação dos sítios arqueológicos. Por meio de imagens que evidenciam danos ocorridos em três dos sítios, bem como os riscos decorrentes do represamento de um curso d'água em outro, buscamos sensibilizar o público visitante acerca do valor desses locais, que possibilitam o acesso a saberes ancestrais, como os apresentados na própria exposição.

Essa parte da exposição (Figura 69) evidenciou não apenas a necessidade de salvaguarda dos sítios arqueológicos, mas a urgência de registrar oficialmente os novos locais identificados, junto ao órgão responsável. A pesquisa demonstrou que,

mesmo com o registro formal, há casos de danos ocorridos por falta de proteção efetiva. Sem esse reconhecimento oficial, os riscos de depredação se ampliam ainda mais.

Ao final dessa estação que encerrava a exposição, o público era informado sobre a existência e a função do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão responsável pela preservação e conservação desses bens culturais. Destacou-se a sua atuação institucional e os registros oficiais dos sítios arqueológicos já reconhecidos no município:

Figura 69 - Exposição temática da intervenção pedagógica.

Fonte: Diego Fernandes, 2024.

A exposição constituiu um dos momentos mais significativos de todo o percurso, pois foi nessa etapa que os estudantes assumiram uma posição de protagonismo na produção do conhecimento. Essa experiência nos permitiu analisar a eficácia da metodologia adotada, sendo possível compreender que a própria mostra representa a consolidação dos objetivos propostos, ainda que não tenha alcançado a totalidade dos 60 estudantes, pois nem todos eles se fizeram presentes na aula de campo (50 alunos participaram da aula de campo).

4.4 Produtos educacional: guia educativo de visitação aos sítios arqueológicos

A proposta pedagógica desenvolvida no âmbito desta pesquisa se materializou na construção de um produto educacional, que se apresenta no formato de um guia educativo de visitação aos sítios arqueológicos em Marcelino Vieira (RN). Fundamentado nos princípios da Educação Patrimonial, o material busca, através do patrimônio arqueológico local, integrar os saberes escolares à História Pré-colonial da região, com foco na valorização dos povos originários – em especial os Panati – e nos reconhecimentos identitário e cultural do território.

Foi elaborado, a partir de uma intervenção pedagógica com estudantes do 6º ano da Escola Estadual “Padre Bernardino Fernandes”, que tem como finalidade oferecer suporte teórico e prático para a realização de aulas de campo, bem como propor atividades que favoreçam a mediação entre a produção do conhecimento, a vivência escolar e o patrimônio local.

Após os elementos textuais introdutórios, o guia se organiza em cinco seções voltadas diretamente à sua função pedagógica. São elas: “Conceituando”, “Conhecendo os Sítios Arqueológicos”, “Quem viveu aqui? ”, “Preparando a aula de campo” e “Para encerrar”. Além disso, o material apresenta propostas de atividades que contribuem para a fixação dos conteúdos trabalhados e funcionam, ao mesmo tempo, como instrumentos de avaliação formativa da aprendizagem dos estudantes.

A seção intitulada *“*Conceituando*”* cumpre uma função formativa essencial dentro do guia educativo, pois apresenta os fundamentos teóricos e conceituais que embasam toda a proposta didático-metodológica do material. Trata-se de um espaço voltado à sistematização de saberes necessários à compreensão crítica do patrimônio cultural, dos processos históricos relacionados à presença indígena no território e do papel da escola na mediação desses conhecimentos.

Organizada de forma acessível e com linguagem pedagógica, a seção aborda uma série de conceitos fundamentais, tais como: Arqueologia, arte rupestre, conservação, Educação Patrimonial, História, História Pré-colonial, identidade cultural, patrimônio cultural, povos originários, preservação e sítio arqueológico. Esses conceitos não são apresentados de forma isolada ou meramente técnica, ao contrário, são contextualizados em diálogo com a realidade local e com as demandas do ensino de História, comprometido com o território e com a memória social.

Assim, a seção *"*Conceituando*"* não apenas introduz conteúdos, mas estabelece uma base epistemológica e pedagógica para a condução do trabalho com os sítios arqueológicos enquanto dispositivos formadores. É nesse espaço que se constrói a ponte entre teoria e prática, entre os marcos da Arqueologia e os desafios da educação pública no sertão potiguar.

Na sequência, a seção *"*Conhecendo os Sítios Arqueológicos*"* constitui o núcleo descritivo e territorial do guia educativo, funcionando como elo direto entre o conteúdo escolar e os vestígios materiais da presença indígena na região de Marcelino Vieira (RN). Nela, são apresentados oito sítios arqueológicos descritos individualmente, com informações sobre localização, características técnicas, estado de conservação e possibilidades de exploração pedagógica. Essa abordagem permite que os educadores e estudantes compreendam os sítios não apenas como objetos de observação, mas como espaços de significação histórica e cultural. Os sítios são tratados como fontes vivas de memória, conectadas aos modos de vida dos povos originários e marcadas por tensões entre permanência e apagamento.

A identificação de técnicas de gravação rupestre, como a raspagem e o picoteamento, e a classificação das figuras geométricas, zoomorfas e antropomorfas, não apenas introduzem o estudante ao universo da Arqueologia, mas instigam reflexões sobre o simbolismo dessas manifestações e sua relação com o território. Por fim, é importante destacar que, ao mapear os sítios e tratá-los com profundidade e cuidado, o guia assume uma função de denúncia e alerta, pois evidencia o abandono institucional de áreas arqueológicas importantes e reforça a necessidade de ações efetivas de preservação. Assim, esta seção articula conhecimento histórico, valorização cultural e responsabilidade social, cumprindo plenamente sua função pedagógica dentro da proposta da Educação Patrimonial.

A seção "Quem viveu aqui*? "* Ocupa um lugar fundamental na proposta do guia, ao propor o reencontro entre os estudantes e a presença histórica dos povos originários no território que habitam. Trata-se de um esforço deliberado de reconstrução da memória indígena local. Mais do que apenas transmitir informações, esta seção convida o educador a promover processos de identificação e pertencimento, despertando nos estudantes a consciência de que a história que aprendem na escola também está inscrita nas suas paisagens, costumes e modos de vida.

A seção “Preparando a aula de campo” desempenha uma função metodológica estratégica no guia, ao oferecer orientações práticas e pedagógicas para a realização de momentos formativos diretamente nos sítios arqueológicos. Sua proposta está alinhada à concepção de Educação Patrimonial, como um processo que ultrapassa a transmissão de conteúdos, promovendo a vivência, o contato direto com os bens culturais e a construção ativa do conhecimento.

Nesta seção, o educador é orientado a planejar a aula de campo como parte orgânica da prática educativa, e não como uma atividade eventual ou complementar. São oferecidos instrumentos concretos para o registro do exercício de campo pelos estudantes, como uma ficha de observação reflexiva, que permite sistematizar percepções, sentimentos, aprendizados e impressões subjetivas vividas no local.

As perguntas sugeridas na proposta de atividade dessa sessão, contribuem para o desenvolvimento de uma consciência patrimonial em consonância com o método do Guia Básico do Iphan (1999), ao convocarem o estudante a refletir não apenas sobre o que viu ou aprendeu, mas sobre o significado da preservação, as possíveis funções dos sítios e as emoções despertadas pela visita. Esta seção reafirma a premissa de que o contato direto com os sítios arqueológicos não apenas enriquece o ensino de História, mas fortalece a identidade cultural dos estudantes e amplia sua capacidade de reconhecer o valor do patrimônio como parte da sua própria história.

A seção “Para encerrar” cumpre o papel de fechamento conceitual e pedagógico do guia, reafirmando os compromissos ético-políticos e formativos que sustentam a proposta. Mais do que uma conclusão formal, esse encerramento funciona como um convite à continuidade da reflexão, da prática educativa e do engajamento com o patrimônio cultural local. Com uma linguagem sensível e propositiva, o texto retoma aspectos centrais do material: romper com o silenciamento histórico sobre os povos originários, valorizar a memória indígena e fortalecer os laços entre escola, território e identidade. Ao evocar a resistência dos Panati, ainda visível nas pedras e nos traços culturais que persistem no sertão potiguar, o encerramento convoca educadores e estudantes a assumirem papel ativo na preservação e na reinterpretação crítica da história.

Nesse sentido, as atividades propostas ao longo do guia, foram pensadas para promover uma aprendizagem crítica e sensível, valorizando a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. Combinando diferentes formas de

expressão, como produções visuais, escritas e orais, essas propostas funcionam como instrumentos de avaliação, que respeitam a diversidade de experiências e modos de aprender.

As dicas pedagógicas que acompanham o material, fortalecem seu caráter prático e adaptável, oferecendo subsídios para que o educador organize e conduza as atividades de forma coerente com a realidade da escola e com as vivências dos alunos. Essas orientações ampliam o potencial do guia como ferramenta de apoio docente e incentivo ao protagonismo discente.

Dentre as propostas destacadas, a organização de uma exposição com os trabalhos produzidos pelos estudantes, representa um momento de culminância e compartilhamento. Mais do que encerrar o percurso didático, a exposição permite dar visibilidade às reflexões construídas, estabelecer conexões com a comunidade e valorizar os saberes produzidos no processo. Ao transformar a escola em espaço de memória e reconhecimento, essa ação reafirma a importância da Educação Patrimonial como prática formadora, engajada e coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da constatação de que há uma invisibilização do patrimônio arqueológico existente no município de Marcelino Vieira, representado pelos sítios arqueológicos locais que, no início da pesquisa, se apresentavam em um número de seis, entre os identificados por Elizabeth Cabral e Nássaro Nasser, em 1963, e Valdeci Santos, em 2002. Tal invisibilidade pode ser percebida tanto na ausência de práticas educacionais institucionais voltadas à valorização desses bens culturais, quanto na limitada presença de suas manifestações na memória coletiva e cultural da comunidade.

Esse aspecto torna-se particularmente evidente na constituição do acervo museológico do “Museu Histórico e Cultural Passagem do Freijó”, criado e mantido pelo poder público municipal, onde o patrimônio arqueológico, praticamente, não figura, reafirmando sua exclusão simbólica da representação do patrimônio cultural local.

Uma vez identificada essa problemática, compreende-se que ela representa uma incoerência histórica significativa, considerando que a presença dos povos originários, que nos legaram esses espaços, sempre esteve às sombras de uma narrativa oficial, estruturada por relações de poder. Basta observar o fato da mudança toponímica ocorrida com o processo de emancipação política da antiga Vila Panati, que veio a se tornar o município de Marcelino Vieira, em 1953.

Diante dessa percepção, foi observada que uma proposta metodológica ancorada na Educação Patrimonial e articulada com fundamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia, representa um caminho eficaz para romper o silenciamento histórico em torno dos sítios arqueológicos existentes em Marcelino Vieira. Esses espaços, enquanto vestígios materiais da presença dos povos originários que habitaram a região, permanecem à margem das práticas escolares e da memória coletiva local.

No que diz respeito à abordagem metodológica, adotou-se como referência o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (1999) que, por meio de uma proposta eficaz e objetiva, estabelece o objeto real como elemento central para a compreensão das múltiplas relações e significados que o envolvem e conferem sentido à sua existência.

A abordagem metodológica adotada foi desenvolvida ao longo de seis

encontros, distribuídos entre quatro formatos distintos: aulas teóricas, aula de campo, montagem de uma sala expositiva e a realização de uma exposição temática. Com isso, considera-se que as quatro etapas metodológicas descritas por Horta, Grunberg e Monteiro (1999) foram efetivamente contempladas ao longo do desenvolvimento da proposta, a saber: observação, registro, exploração e apropriação.

Para tanto, as atividades tiveram início com aulas expositivas em sala, que possibilitaram o contato e a compreensão de conceitos fundamentais para o êxito da abordagem. Essas aulas permitiram o desenvolvimento de atividades práticas, voltadas à assimilação conceitual, enriquecendo a experiência e fornecendo os subsídios necessários para as etapas seguintes: a aula de campo e a realização da exposição. Essa parte final do percurso, marcou o ponto crucial da proposta, em que se pôde verificar o alcance da quarta etapa metodológica descrita por Horta, Grunberg e Monteiro (1999): a apropriação.

Em relação aos impactos positivos da pesquisa, ainda no campo da educação patrimonial, observa-se que estes se mostram coerentes com os objetivos propostos, uma vez que foi possível dar visibilidade à existência dos sítios arqueológicos do município. Para além disso, a proposta contribuiu para envolver, através da exposição, parte da comunidade escolar na reflexão sobre o silenciamento de uma parcela significativa da história local, frequentemente, ausente das narrativas oficiais e dos lugares de memória.

No que tange às contribuições da pesquisa para o campo da Arqueologia, especificamente, em se tratando do patrimônio arqueológico local, foi possível identificar dois novos sítios arqueológicos, o que, em parte, fez necessária uma reconfiguração do ponto de vista da catalogação e identificação dos sítios que estão localizados dentro da Fazenda João Batista.

Tão importante quanto a identificação de dois novos sítios arqueológicos foi a constatação de marcas de depredação em alguns dos oito sítios, atualmente conhecidos. Esse diagnóstico já permite a adoção de medidas voltadas à mitigação dessas ameaças, sendo a própria abordagem metodológica adotada nesta pesquisa, uma ação eficaz de proteção patrimonial, ao promover o reconhecimento e a valorização dos sítios no contexto escolar e comunitário.

Outra contribuição significativa da pesquisa, foi a localização de três artefatos líticos, oriundos da cultura material dos povos originários que habitaram a região. São

eles: duas lâminas de machado e uma mão de pilão, peças estas que estão sob a posse de famílias que vivem próximas aos sítios, a gerações. Isso nos leva a considerar que, do ponto de vista da pesquisa arqueológica, os resultados obtidos foram satisfatórios em relação ao que se esperava.

Foi possível descortinar uma parte essencial da história local, por meio da produção de conhecimento, da identificação de novos achados e da abertura de possibilidades concretas para a promoção de ações voltadas à salvaguarda desse patrimônio cultural, sobretudo, diante da constatação de danos e depredações em alguns dos espaços investigados.

Outra importante contribuição da pesquisa, desta vez, concretizada em um instrumento funcional, foi a produção do *Guia educativo para visitas pedagógicas nos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira/RN*. Trata-se de um material que possibilita o planejamento de visitas a esses espaços, articuladas ao conhecimento conceitual básico, necessário para que a experiência seja pedagogicamente significativa. O guia pode ser utilizado tanto por instituições formais de ensino quanto por outras iniciativas, interessadas em promover o letramento patrimonial no contexto local.

Mais do que oferecer uma preparação conceitual para as visitas, o *Guia* apresenta informações detalhadas sobre a localização dos oito sítios que, atualmente, compõem o acervo arqueológico do município. Esses dados, incluem mapas especialmente elaborados no âmbito da pesquisa, os quais facilitam a identificação das áreas de concentração dos registros rupestres em cada sítio.

Cabe ainda destacar, a contribuição dessa ação didática para o ensino de História, especialmente, no que diz respeito à aproximação entre os conteúdos escolares e a realidade dos estudantes. A proposta possibilitou abordar episódios historicamente distantes de forma contextualizada, vinculando-os ao espaço vivido e à memória local. Assim, rompeu-se com a percepção de que certos conteúdos são abstratos ou descolados da experiência cotidiana, favorecendo uma maior identificação cultural e um aprendizado mais significativo.

Quanto às perspectivas futuras, considera-se que, apesar dos avanços alcançados, ainda há muito por fazer. Existe um grande potencial para a identificação de novos sítios arqueológicos, bem como de artefatos da cultura material que, porventura, possam ser encontrados nesses espaços. Ademais, com a descoberta de dois novos sítios arqueológicos e a possibilidade de reorganização classificatória do

conjunto já existente — que pode vir a configurar um complexo arqueológico —, torna-se necessária a homologação oficial desse percurso por parte do Iphan.

Pretende-se, ainda, promover uma ação voltada à ampliação do acervo do "Museu Histórico e Cultural Passagem do Freijó", por meio da inclusão de elementos que referenciem e valorizem a presença e o legado dos povos indígenas que habitaram a região, especialmente o povo Panati, historicamente associado ao território.

De forma especialmente significativa, propõe-se a inclusão do *Guia educativo para visitas pedagógicas nos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira/RN,* no currículo escolar do município, como forma de promover o conhecimento e a valorização desse patrimônio local. Além disso, recomenda-se que o material seja disponibilizado às escolas como recurso didático, de apoio ao ensino de História e à Educação Patrimonial.

Em síntese, esta pesquisa não apenas lançou luz sobre um patrimônio cultural até então marginalizado, mas demonstrou que é possível articular o ensino de História à realidade local, por meio de práticas pedagógicas significativas e socialmente engajadas. Ao evidenciar que a valorização do patrimônio arqueológico pode ser construída com a comunidade, a escola e o poder público, reafirma-se a potência da Educação Patrimonial como caminho para a construção de uma educação crítica, sensível e comprometida com a justiça histórica.

Do ponto de vista pessoal e formativo, a experiência proporcionada por esta pesquisa, contribuiu significativamente para o aprimoramento da prática docente, especialmente, no sentido de enfrentar o distanciamento inicial que os estudantes, por vezes, demonstram em relação a determinados conteúdos. Ao vincular os temas estudados à realidade local, foi possível favorecer uma identificação mais concreta com o objeto de estudo, o que resultou em um aprendizado mais fluido, significativo e duradouro.

Enfim, vale destacar o quanto foi gratificante contribuir para o cumprimento do dever social da Educação, especialmente no campo da Educação Patrimonial. A proposta desenvolvida, abordou temas sensíveis e historicamente traumáticos, cuja omissão ainda contribui para a violação de direitos fundamentais em nossa sociedade, como o respeito à diversidade cultural e étnica.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

BARRETO, Cristina. **A construção de um passado pré-colonial**: uma breve História da Arqueologia no Brasil. Revista USP, 1999.

BEZERRA, Márcia. **Bicho de Nove Cabeças**: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. Revista de Arqueologia, Belo Horizonte: UFMG, 21, n.2: 139-154, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. Ed. 11. São Paulo: Contexto, 2010.

BONETTI, Charles. **O sambaqui na visão dos cronistas**. Revista de Arqueologia, v. 23, n. 1, p. 89–102, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Art. 148. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.040, de 19 de fevereiro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5040.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.844, de 13 de junho de 2009**. Regulamenta dispositivos legais sobre a proteção do patrimônio arqueológico, artístico e histórico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3924.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 19 abr. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13653.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 mar. 2025.

CARNEIRO NETO, Romualdo Antônio. **De vila a cidade**: o processo de emancipação do município de Marcelino Vieira (1946–1955). Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Natal, 2003.

CABRAL, Elizabeth Mafra; NASSER, Nássaro Souza. **Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte**. Arquivos do Instituto de Antropologia, Natal, v. 1, n. 2, p. 91-114, dez. 1964

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil**. 1500. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAROMANO, Caroline Fernandes; TRINDADE, Thiago Berlanga; CASCON, Leandro Matthews. **O ensino da Arqueologia visto dos bancos da pós-graduação**. Habitus, Goiânia, v. 12, n.2, p. 205-220, jul. /dez. 2014.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães (Org). **Rio Apodi-Mossoró**: meio ambiente e planejamento. Mossoró: EDUERN, 2021, p. 166-179.

CARTA de Atenas: **resultado do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos**, Atenas, 1931. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. In: IPHAN. Cartas Patrimoniais. 3. ed. rev. ampl. Brasília: IPHAN, 2004.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Lampião e o Rio Grande do Norte: a história da grande jornada**. Natal: Cartgraf, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HILBERT, Klaus. **Ossos do ofício**: a arqueologia na prática. Curitiba: Appris, 2019.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ana Carolina. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 1996.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=22269. Acesso em: 26 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa do município de Marcelino Vieira (RN)**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/marcelino-vieira/panorama. Acesso em: 14 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 13 jul. 2025.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 1955.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central (6.500 AC – 1.500 DC). São Paulo: USP, 2012.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

SANT'ANNA, Marcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 85-108.
SANTOS, Leandro Martan Bezerra. **A coleção Nássaro Nasser**: Arqueologia e Patrimônio Cultural no Museu Câmara Cascudo. São Paulo: USP, 2022.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. Caicó: UFRN, 2004.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci**. A Pré-História do Rio Grande do Norte**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN: Edição do autor, 2022.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte**: antepassados esquecidos. Coleção Mossoroense. Série "C"; volume 1532, janeiro de 2008.

SILVA, Jacqueline Souza; ALBUQUERQUE, Glaudson Freire de. **Contornando velhas dificuldades perante novas demandas:** o Museu Câmara Cascudo da UFRN como estudo de caso. Rev. CPC, São Paulo, v.16, n.32 especial, p.112-143, jul./dez. 2021.

SILVA, Maria do Carmo da; SANTOS, Nathaly Maria dos. **A inter-relação da BNCC e Educação Patrimonial no ensino de História**. Anais do X CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 08 nov. 2024.

SOUSA, João Carlos Moreno de. **Como se tornar arqueólogo (a) no Brasil**: Lista de cursos. Arqueologia e pré-história. 19 dez. 2019. Disponível em: https://arqueologiaeprehistoria.com/como-se-tornar-um-arqueologo-no-brasil/. Acesso em: 19 nov. 2024.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de História**. Rio Grande: Biblos, 2008.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Paris**: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127162_por. Acesso em: 08 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno Laboratório De Arqueologia O Homem Potiguar**. Mossoró, 2019. Disponível em: https://www.uern.br/controledepaginas/propeg-pesquisa-institucionalizacaolaboratorios/arquivos/4200resolua%C2%A7a%C2%A3o_15_2019_lahp.pdf. Acesso em: 09 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**. 4. ed. rev. e atual. Mossoró: UERN, 2023.

VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca (orgs.). **Arqueologia do Rio Grande do Norte**: balanços e perspectivas. Natal: EDUFRN, 2021.

APÊNDICE – GUIA EDUCATIVO PARA VISITAS PEDAGÓGICAS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA (RN)

O LEGADO NAS PEDRAS:
EXPLORANDO OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA-RN POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
GUIA EDUCATIVO PARA VISITAS PEDAGÓGICAS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA-RN

SUMÁRIO

SOBRE NÓS.....01
APRESENTAÇÃO.....02
CONCEITUANDO.....03
CONHECENDO OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.....09
Mapas.....10
Sítio Areias.....11
Sítio João Brandinho 1.....12
Sítio João Brandinho 2.....13
Sítio João Brandinho 3.....14
Sítio Picos.....15
Sítio Riacho do Letreiro.....16
Sítio Rio do Mestre.....17
Sítio Saquinho.....18
QUEM VIVEU AQUI?.....19
PREPARANDO A AULA DE CAMPO.....22
PARA ENCERRAR.....24
REFERÊNCIAS.....25

Valdeci dos Santos Júnior
Possui graduação em LICENCIATURA EM HISTÓRIA pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1989), especialização em literatura e produção de textos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003), Mestrado em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), Doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2013) e Pós-doutorado (2016) pela Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente é Professor Adjunto IV e Coordenador do Laboratório de Arqueologia "O Homem Potiguar" (LAHP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Tem experiência na área de Arqueologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Arqueologia Pré-histórica, Conservação do patrimônio cultural e arqueológico, Registros Rupestres, Vestígios Líticos e Arqueologia histórica - Colonial.

Demósthenes Diego Fernandes de Oliveira, Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor permanente da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte, atuou por 10 anos no ensino fundamental em Tenente Ananias-RN, e no momento, em Pau dos Ferros-RN. Atualmente, é aluno do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UERN), onde desenvolve pesquisas voltadas para Educação Patrimonial e História-Pré-colonial

SOBRE NÓS

GUIA EDUCATIVO

O LEGADO NAS PEDRAS: EXPLORANDO OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE MARCELINO VIEIRA POR MEIO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Apresentação

Olá, educador! Este guia é um instrumento orientador e inspirador para que educadores como a gente, conduzam experiências significativas de campo, com base em uma metodologia participativa, sensível e crítica, voltada ao reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio local.

Existem realmente Sítios Arqueológicos no meu município?

Existem sim, e a maioria das pessoas desconhece. E é exatamente por isso, que muitas vezes negligenciamos a História dos povos originários locais que ocuparam esses lugares (Os Panatis), consequentemente acabamos por ignorar nossa própria história e identidade.

Esses espaços representam o legado milenar deixado pelos primeiros habitantes do nosso território. São, de certo modo, verdadeiras "máquinas do tempo", pois guardam vestígios que nos conectam diretamente a um passado remoto, permitindo uma verdadeira viagem no tempo. Conhecer, reconhecer e preservar os sítios arqueológicos é também uma forma de compreender melhor o presente, inclusive questões sociais persistentes, como a forma de tratamento historicamente dirigida aos povos indígenas no Brasil.

Este guia foi feito com carinho para ser usado por qualquer educador que queira despertar em seus alunos o interesse pela história que está bem ali, do lado de casa. Acreditamos que, juntos, podemos mudar a forma como essa história é contada e sentida, valorizando as raízes, respeitando os povos originários e construindo um olhar mais justo e consciente sobre o nosso passado e presente. Que este material te acompanhe nessa caminhada e inspire muitas descobertas. Boa jornada e muito sucesso!

Objetivo Geral

Promover a integração dos sítios arqueológicos de Marcelino Vieira/RN ao contexto educacional, por meio de atividades orientadas pela Educação Patrimonial, a fim de sensibilizar estudantes e educadores sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e sua relação com a identidade, a história local e a valorização dos povos originários.

Objetivos Específicos

- Reconhecer os sítios arqueológicos locais como bens culturais relevantes e insubstituíveis para a compreensão do passado humano e da formação social da região;
- Oferecer suporte pedagógico aos educadores para a realização de aulas de campo com foco nos valores históricos, simbólicos, estéticos e científicos dos sítios arqueológicos.
- Estimular o protagonismo estudantil no processo de descoberta, análise e valorização do patrimônio arqueológico local.
- Despertar a consciência crítica e o senso de pertencimento dos estudantes por meio da vivência direta com os objetos e espaços patrimoniais.
- Contribuir para a formação de atitudes de preservação e respeito ao patrimônio cultural e à memória dos povos indígenas que ocuparam a região.

CONCEITUANDO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA ORIENTAR SUA PRÁTICA

PATRIMÔNIO CULTURAL

É o conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico ou científico para uma sociedade. Ele representa a memória, a identidade e a cultura de um grupo, sendo transmitido de geração em geração e demandando preservação e respeito.

Patrimônio Material: Cidades históricas, sítios arqueológicos, edificações históricas, Monumentos, Paisagens culturais, Obras de arte (pinturas, esculturas), livros e documentos históricos, utensílios antigos, vestimentas tradicionais, acervos museológicos e arquivísticos, fotografias e filmes antigos.

Imagens: Internet.

Patrimônio Imaterial: Expressões orais e tradições: *(línguas e dialetos, contos, lendas e mitos, cantos e poesias)*; Práticas sociais: *(música, dança, teatro, festivais musicais, artes marciais, rituais e eventos festivos, festas religiosas, carnaval, rituais indígenas e afro-brasileiros, feiras e mercados tradicionais)*; Saberes e fazeres: *(artesanato, culinária tradicional, técnicas agrícolas ancestrais, medicina tradicional, jogos e esportes tradicionais)* (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1996).

Imagens: Internet.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

É um processo educativo contínuo e intencional que busca construir nos indivíduos valores sociais relacionados ao seu patrimônio cultural. Através de experiências e aprendizagens significativas, visa sensibilizar, conscientizar e mobilizar para a preservação, valorização e usufruto responsável desse patrimônio, fortalecendo a identidade cultural e o senso de pertencimento (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1996).

Imagens: Arquivo pessoal e internet.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO

É um local onde se encontram vestígios materiais da ocupação humana pretérita. Esses vestígios podem incluir artefatos (ferramentas, cerâmicas), estruturas (fundações, muros), restos orgânicos (ossos, carvão) e outras evidências que fornecem informações sobre as sociedades que viveram ali, seus modos de vida e sua história. É um lugar de pesquisa e preservação fundamental para a arqueologia e para a compreensão do passado (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1996).

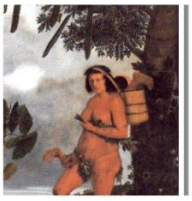
ARQUEOLOGIA

A Arqueologia é a ciência que estuda as sociedades humanas por meio de seus vestígios materiais. Isso inclui objetos, construções, ferramentas, restos alimentares, inscrições e pinturas, como as encontradas em sítios arqueológicos. Por meio desses elementos, os arqueólogos buscam compreender como viviam os povos do passado, suas crenças, modos de organização e sua relação com o meio ambiente. A Arqueologia não se limita a tempos antigos; ela também investiga períodos mais recentes, ajudando a contar histórias que nem sempre estão nos livros. É uma ciência fundamental para a preservação da memória e da identidade cultural dos povos (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1996).

Imagens: Arquivo pessoal e internet.

POVOS ORIGINÁRIOS

São os primeiros habitantes de um determinado território, aqueles que já residiam na região antes da chegada de outros grupos, como os colonizadores. No contexto brasileiro, o termo é sinônimo de povos indígenas, referindo-se às diversas etnias que habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus e seus descendentes. Caracterizam-se por suas culturas, línguas, organizações sociais e modos de vida próprios, possuindo uma conexão ancestral com suas terras (CUNHA, 2012).



Imagens: internet.

PRESERVAÇÃO

Envolve a proteção do patrimônio em seu estado atual, com o mínimo de intervenção possível. O foco é em impedir a deterioração e garantir a integridade do bem para o futuro, muitas vezes restringindo o uso para evitar danos. A preservação busca manter as características originais intactas. Preservar é manter vivo o sentido simbólico e cultural (SANT'ANNA, 2009).

CONSERVAÇÃO

Compreende um conjunto de ações planejadas para gerenciar e proteger o patrimônio, visando retardar sua deterioração e prolongar sua vida útil. A conservação pode envolver intervenções controladas, como limpeza, reparos estruturais e medidas preventivas, buscando um equilíbrio entre a proteção e o uso sustentável do bem. O objetivo é manter o patrimônio funcional e acessível, sem comprometer sua integridade histórica e cultural. Conservar é cuidar da integridade física dos bens

Imagens: internet.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão federal responsável por preservar e conservar o patrimônio cultural brasileiro. Sua atuação abrange tanto bens materiais (como sítios Arqueológicos e monumentos) quanto imateriais (como festas, saberes e fazeres tradicionais). O tombamento é o ato legal do IPHAN que protege bens culturais, garantindo sua memória para o futuro (SANT'ANNA, 2009).

LEGADO CULTURAL

É o conjunto de bens materiais e imateriais que uma geração transmite às seguintes. Inclui tradições, costumes, conhecimentos, expressões artísticas, valores e património, moldando a identidade e a cultura de uma sociedade ao longo do tempo. É a herança cultural que influencia o presente e o futuro (SANT'ANNA, 2009).

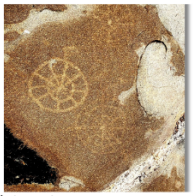
Imagens: internet.

ARTE RUPESTRE

Arte rupestre é o nome dado às representações visuais feitas pelos povos antigos em superfícies rochosas, como paredes de cavernas ou pedras expostas. Essas pinturas e gravuras foram produzidas há milhares de anos e mostram cenas do cotidiano, animais, símbolos e formas geométricas (SANTOS JÚNIOR 2022.

Mais do que simples desenhos, essas manifestações revelam aspectos importantes da cultura, espiritualidade e visão de mundo dos povos que viveram no passado. Encontrada em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil, a arte rupestre é um valioso patrimônio cultural que ajuda a contar a história da humanidade.

Pinturas e Gravuras Rupestres: Qual a Diferença? Na arte rupestre, há duas formas principais de manifestação: as pinturas e as gravuras. As pinturas rupestres eram feitas com pigmentos naturais, como argila, carvão vegetal, óxidos minerais e gordura animal. Esses materiais eram aplicados com os dedos, pincéis rudimentares ou até soprados por tubos, diretamente sobre a rocha. Já as gravuras rupestres envolviam a remoção da superfície da pedra por meio de raspagem, picoteamento ou polimento. Isso criava formas entalhadas diretamente na rocha. Ambas as técnicas exigiam conhecimento, intencionalidade e habilidade, e revelam aspectos distintos da vida simbólica e prática dos povos antigos.



Imagens: Arquivo pessoal e internet.

IDENTIDADE CULTURAL

A identidade cultural pode ser compreendida como o conjunto de elementos simbólicos — como a língua, as crenças, os costumes, os modos de vida e as práticas sociais — que conferem a um grupo humano um senso de pertencimento e distinção.

É por meio dela que indivíduos e coletividades constroem suas narrativas sobre quem são, de onde vêm e como se relacionam com o mundo ao seu redor.

Para além de uma característica fixa ou imutável, a identidade cultural é dinâmica e se transforma ao longo do tempo, à medida que os grupos interagem entre si, enfrentam desafios históricos, e adaptam-se a novos contextos (UNESCO 2002).

Imagens: internet.

HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL

A História Pré-Colonial refere-se ao longo período anterior à chegada dos colonizadores europeus ao território que hoje conhecemos como Brasil, em 1500. Esse período abrange milhares de anos de ocupação e desenvolvimento de diversas sociedades indígenas, que possuíam culturas, línguas, religiões, modos de vida e formas de organização social próprias (PROUS, 1992).

Imagens: internet.

HISTÓRIA

É o campo do conhecimento que estuda o passado da humanidade a partir de vestígios, documentos, narrativas e memórias, buscando compreender como os acontecimentos e as ações humanas moldaram as sociedades ao longo do tempo. Ela nos permite refletir sobre nossa identidade, cultura e transformações sociais, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e cidadã (BITTENCOURT, 2010).

VAMOS PRATICAR?

SUGESTÃO DE ATIVIDADE
Mural coletivo

Objetivo da atividade:
Consolidar os conceitos trabalhados em sala de aula por meio da construção de um mural coletivo, promovendo a expressão individual e a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Descrição da atividade:
Após a abordagem dos principais conceitos — como Educação Patrimonial, Arte Rupestre, Identidade Cultural, Sítios Arqueológicos, História Pré-Colonial, entre outros —, proponha aos estudantes a criação de um mural temático coletivo na sala de aula.

Cada estudante deverá escolher um dos conceitos estudados e representar sua compreensão por meio de uma produção visual ou textual (desenho, colagem, fotografia, poema curto, relato pessoal, frase reflexiva ou explicação simples).

Etapas sugeridas:
1. Recapitular os conceitos com a turma.
2. Apresentar a proposta do mural e seus objetivos.
3. Definir um espaço na sala para o mural (painel, cartolina, mural fixo).
4. Estabelecer um prazo para entrega das contribuições.
5. Realizar um momento de socialização, onde cada aluno apresenta brevemente sua produção aos colegas antes de fixá-la no mural.
6. Refletir coletivamente sobre como as representações se complementam e fortalecem a construção de sentido em torno do patrimônio cultural local.

Dicas pedagógicas:
- O mural pode permanecer exposto ao longo do ano letivo ou ser transformado em uma pequena exposição itinerante na escola.

- Incentive os alunos a apresentar oralmente suas contribuições ao mural, isso fortalece a expressão verbal, o protagonismo e a troca de saberes entre colegas.

CONHECENDO OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A presença de sítios arqueológicos em Marcelino Vieira/RN foi oficialmente registrada pela primeira vez em 1964, por meio das pesquisas de Nássaro Nasser e Elizabeth Mafra Cabral. Na época, foram identificados quatro sítios com gravuras rupestres. Décadas depois, em 2002, novas investigações ampliaram esse número para seis, todos caracterizados pela presença de gravuras feitas com técnicas como raspagem e, em alguns casos, picoteamento, gravadas sobre lajedos de rocha granítica.

Esses lajedos, tecnicamente conhecidos como inselbergs — grandes elevações rochosas isoladas que se destacam em áreas relativamente planas — constituem o suporte das inscrições e são um elemento marcante da paisagem local. O maior deles possui cerca de 53.500 m². As representações encontradas nesses sítios são predominantemente geométricas, com círculos, linhas e formas concêntricas. Também há gravuras zoomórficas e, em alguns casos, figuras antropomórficas.

Imagens: Arquivo pessoal e internet.

Esses sítios são entendidos como vestígios materiais da presença dos povos indígenas Panatis, habitantes originários da região, cuja cultura está parcialmente representada nesses registros. Embora ainda não se disponha de datações específicas para os sítios vieirenses, pesquisas em áreas próximas sugerem uma ocupação humana com mais de 5.000 anos de antiguidade.

Durante a execução desta pesquisa, foi identificado um possível novo sítio arqueológico, localizado na zona rural do município, com características semelhantes aos já reconhecidos. Embora ainda não validado institucionalmente, esse achado reforça a importância da investigação e da preservação desses espaços, que guardam traços significativos da presença milenar dos primeiros habitantes do território. Vamos conhecê-los melhor?

MAPAS COM AS LOCALIZAÇÕES DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

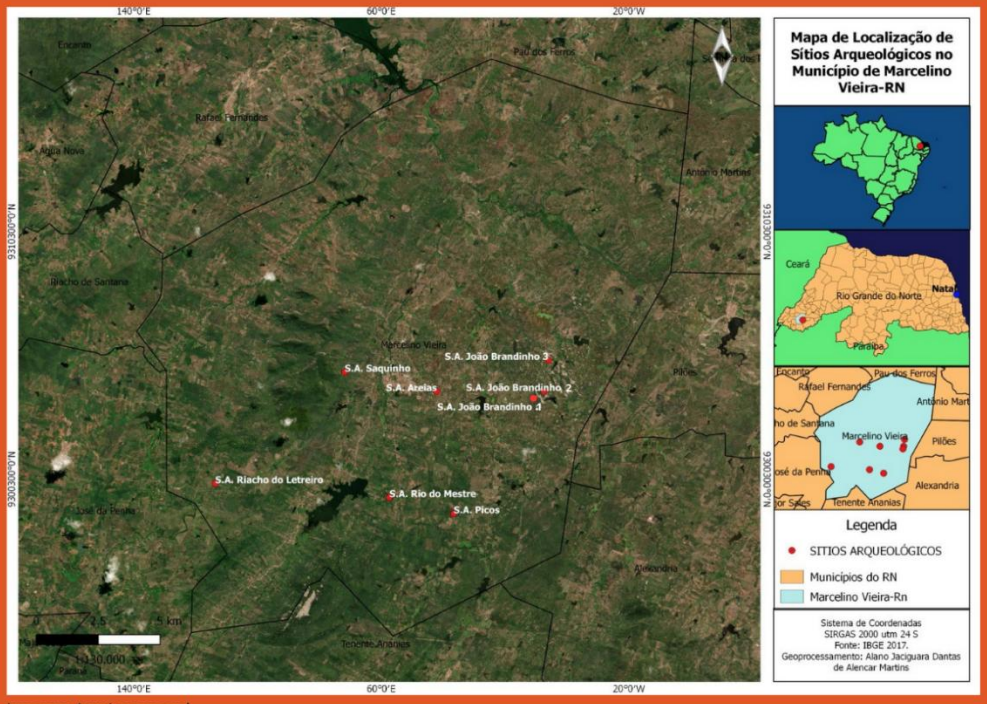


Imagem: Arquivo pessoal.

No mapa podemos identificar a localização de todos os oito sítios arqueológicos distribuídos dentro do território do município de Marcelino Vieira/RN.

Imagens: Arquivo pessoal.

Mapas individuais dos oito sítios arqueológicos de Marcelino Vieira/RN.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO AREIAS

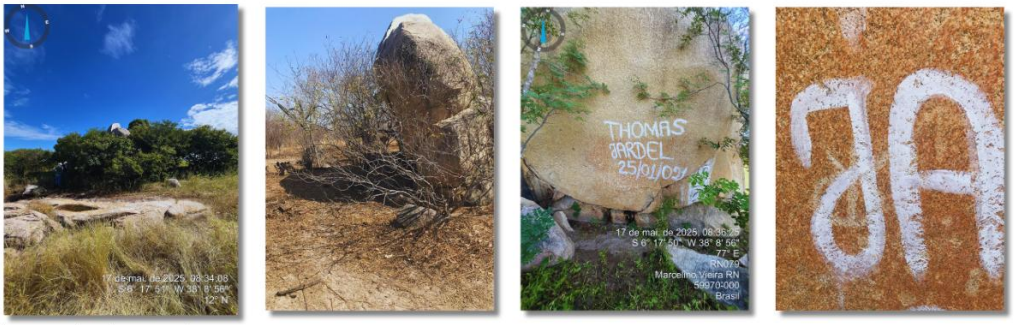
O Sítio Areias é um dos seis sítios arqueológicos oficialmente registrados no município de Marcelino Vieira, desses, quatro estão cadastrados junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ele está localizado a cerca de 500 metros da entrada da cidade, o que o torna um dos mais acessíveis para visitas educativas — ideal para caminhadas curtas com turmas escolares. Nesse sítio, encontramos gravuras rupestres produzidas com técnica de raspagem e também a presença de furos cupulares, pequenas cavidades circulares escavadas diretamente na rocha granítica. Esses registros foram feitos pelos povos originários da região, especialmente os indígenas Panatis, e nos oferecem pistas valiosas sobre seu modo de vida, espiritualidade e relação com o território.

A posição exata do sítio arqueológico Areias pode ser visualizada no mapa ao lado. Os mapas facilitam a localização dos sítios e orientam as visitas, principalmente para fins pedagógicos, contribuindo para o reconhecimento e a valorização do patrimônio arqueológico no território.

Imagem: Arquivo pessoal.

Explorar esse espaço com os alunos é uma excelente oportunidade para despertar a consciência patrimonial, discutir a presença indígena na história local e refletir sobre a importância de preservar esses vestígios únicos do passado.

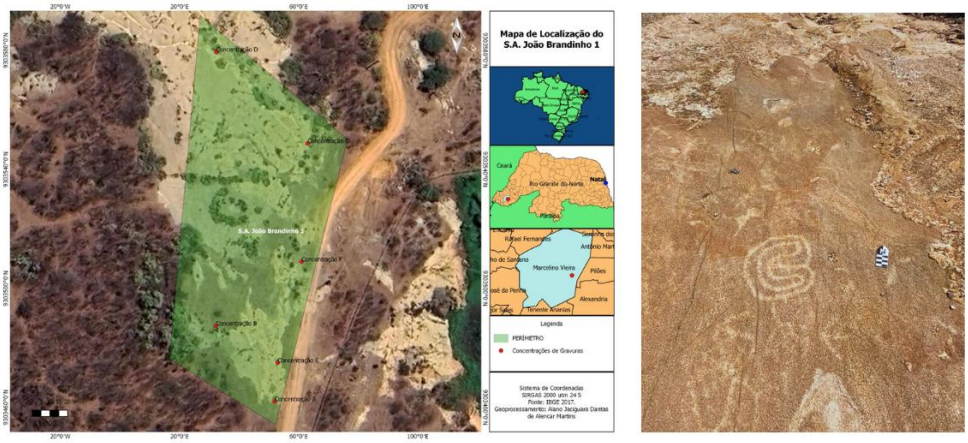
Por se localizar bem próximo a sede do município, e por ser de fácil acesso, esse sítio é ideal para visitas rápidas. No entanto, ele dispõe de dimensões, quantidades e variedades temáticas de gravuras, bem menores, em relação aos outros sítios.

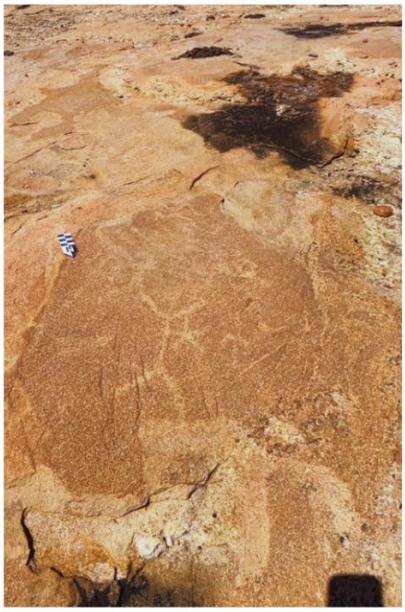


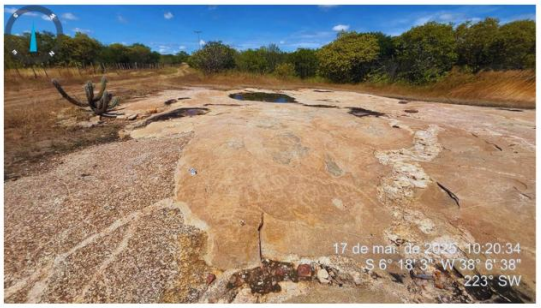
Imagens: Arquivo pessoal.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO JOÃO BRANDINHO 1

Localizado na Fazenda João Batista, zona rural de Marcelino Vieira/RN, e situado a cerca de 6,2 km da sede do município, próximo à barragem do córrego de João Brandinho, o sítio ocupa um extenso lajedo granítico de aproximadamente 27.000 m². É o primeiro dos três sítios que compõem o que já pode ser considerado um complexo arqueológico na localidade. O local apresenta um conjunto expressivo de gravuras rupestres feitas por raspagem, com destaque para figuras circulares e formas geométricas não reconhecíveis. As inscrições estão organizadas em seis áreas de concentração, especialmente na parte inicial do afloramento. Este sítio representa uma importante ampliação do acervo arqueológico local e reforça a necessidade de preservação e valorização desse patrimônio.





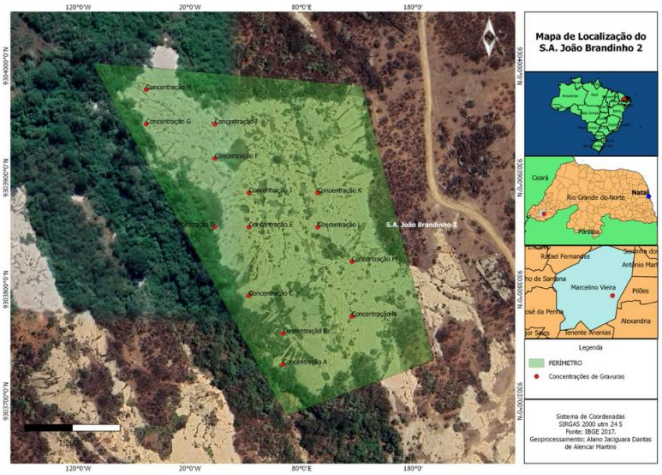


Imagens: Arquivo pessoal.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO JOÃO BRANDINHO 2

Se existe um sítio que impressiona pelo tamanho e potencial educativo, é o João Brandinho I. Localizado na zona rural, na Fazendo João Gomes, ele é o maior dos sete sítios arqueológicos do município, ocupando um lajedo granítico sub-horizontal com aproximadamente 53.500 m². Esse extenso lajedo guarda inscrições feitas pelos Panatis, povo originário que habitava a região há milhares de anos. As gravuras foram produzidas com técnicas de raspagem e picoteamento, e predominam as figuras geométricas — círculos, linhas e composições concêntricas — que ainda despertam muitos questionamentos: seriam marcas rituais, mapas, símbolos de pertencimento? Além dessas, também é possível observar figuras zoomorfas (que representam animais) e antropomorfas (representações humanas), o que amplia ainda mais o campo de interpretações e conversas em sala de aula. Tudo isso pode ser tema de reflexão com os alunos, conectando o passado às formas de expressão simbólica dos povos originários.

Explorar esse espaço com os alunos é uma excelente oportunidade para despertar a consciência patrimonial, discutir a presença indígena na história local e refletir sobre a importância de preservar esses vestígios únicos do passado. No mapa, podemos ver as concentrações dos grafismos



Imagens: Arquivo pessoal.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO JOÃO BRANDINHO 3

Localizado a cerca de 10 quilômetros do centro de Marcelino Vieira, às margens da estrada que liga os sítios João Brandinho I e II a sede da fazenda João Batista. O sítio João Brandinho III está situado em uma região de grande concentração de lajedos sub-horizontais formados por rochas graníticas. As poucas gravuras que sobreviveram as ações do tempo estão quase imperceptíveis, à direita da estrada, a cerca de 30 metros, e podem passar despercebidas por olhos desatentos.

Os poucos grafismos ainda visíveis estão bastante desgastados, e o sítio sofre com marcas evidentes de depredação, como extração de pedra e possíveis explosões que provocaram desplacamentos nas rochas. Há também inscrições recentes feitas com instrumentos metálicos, o que indica uso inadequado do espaço.

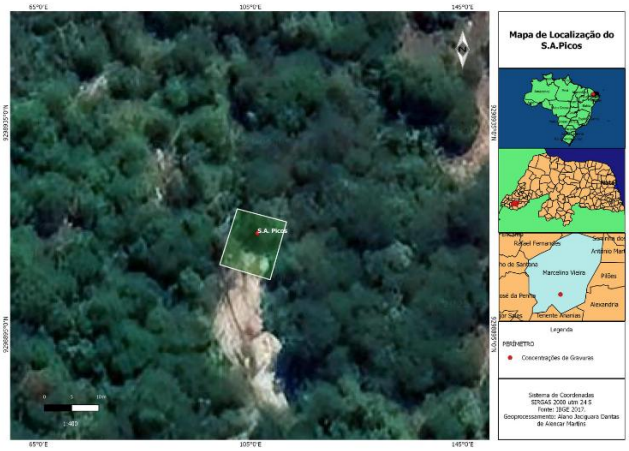
A preservação deste sítio é urgente, visto que parte dos registros pode ter sido perdida de forma irreversível.

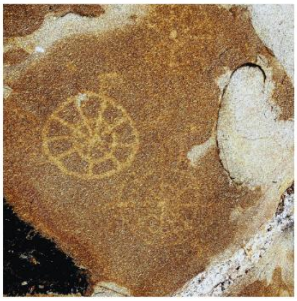
Imagens: Arquivo pessoal.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO PICOS

Às margens de um pequeno riacho, o Sítio Picos se destaca pela presença de um conjunto de lajedos com algumas concentrações de gravuras rupestres. Embora parte dessas inscrições tenha sido apagada ao longo do tempo pela ação natural do clima (intemperismo), ainda é possível observar figuras que resistiram, verdadeiros vestígios do passado deixados pelos Panatis. Entre os grafismos que permanecem visíveis, predominam círculos concêntricos, espirais, quadrados, traços que atravessam figuras geométricas e outros símbolos mais complexos e de difícil identificação. Alguns círculos, por exemplo, são atravessados por linhas retas que se projetam além da circunferência, o que pode render ótimas reflexões em sala sobre possíveis significados e usos simbólicos.

O Sítio Picos, além de ser um espaço arqueológico, é um excelente ponto para abordar com os alunos a relação entre paisagem natural e expressão cultural, além de destacar como o ambiente influencia a escolha do local e o modo como os registros eram feitos. No mapa, você pode localizar o Sítio Picos e planejar com sua turma uma visita cuidadosa que alie, observação, interpretação e reflexão sobre o patrimônio cultural materializado nas pedras do nosso território. O local não possui acesso tão fácil, por isso, sugerimos que alguém da comunidade sirva como guia, e que os cuidados sejam tomados à fim de evitar acidentes.





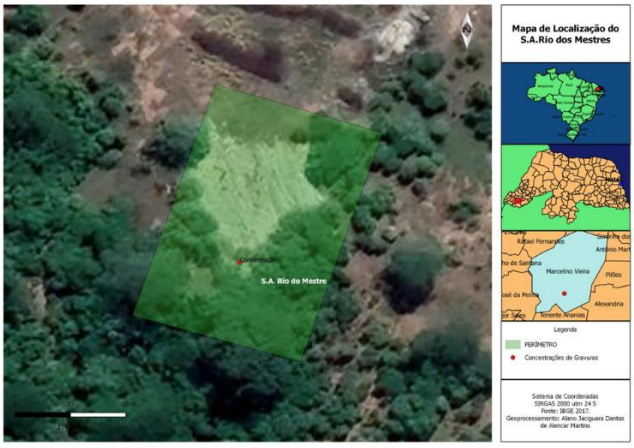
Imagens: Arquivo pessoal.

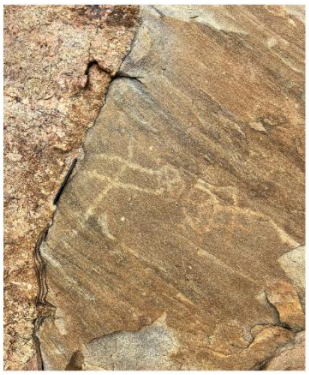
SÍTIO ARQUEOLÓGICO RIACHO DO LETREIRO

Localizado próximo a estrada que leva a Vila São Pedro, às margens de um pequeno riacho que dá nome ao sítio, o Riacho do Letreiro abriga gravuras rupestres em dois suportes distintos: um pequeno bloco granítico e um lajedo rochoso. As inscrições encontradas nesse sítio fazem parte da tradição Itacoatiaras, sendo executadas com a técnica de raspagem em baixo-relevo.

Com o tempo, parte das gravuras — especialmente as do bloco — sofreu desgaste severo, tornando-se quase imperceptíveis. Já as gravuras presentes no lajedo estão em melhor estado, apesar de também afetadas pelas ações climáticas e, particularmente, pelo fato de parte delas ficar submersa durante o período chuvoso, o que compromete ainda mais sua conservação.

Os registros visíveis são predominantemente geométricos, com linhas retas, traços curvilíneos e círculos, mas sem formas reconhecíveis como figuras humanas ou animais. Isso convida os educadores a explorar com os alunos possíveis significados simbólicos ou rituais dessas formas, assim como discutir o papel da água na transformação e preservação do patrimônio cultural. No riacho foi construída uma pequena barragem de tijolos, que também pode ser observada e debatida durante a visita, especialmente no que diz respeito ao impacto das ações humanas na preservação do patrimônio arqueológico.





Imagens: Arquivo pessoal.

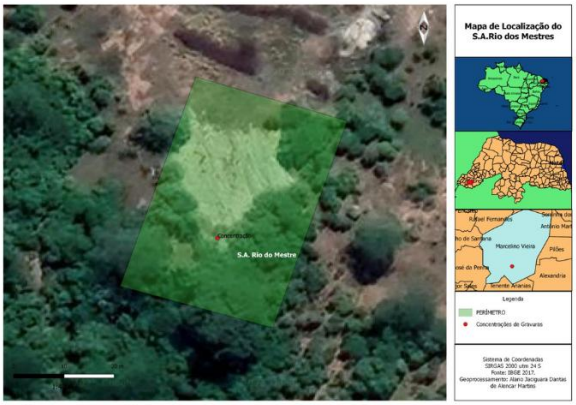
SÍTIO ARQUEOLÓGICO RIO DO MESTRE

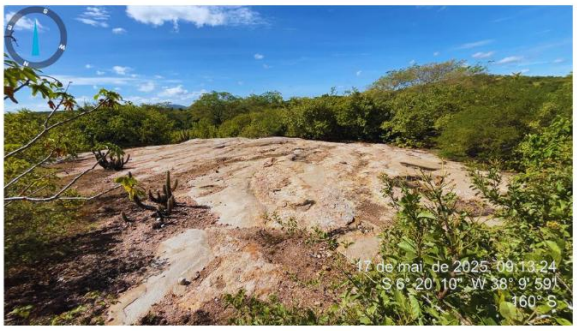
A poucos quilômetros da sede de Marcelino Vieira, na zona rural, está localizado um dos dois recente sítios arqueológicos identificados: o Sítio Rio do Mestre. Situado em um lajedo de rocha granítica com cerca de 363 m², esse espaço guarda gravuras rupestres produzidas com a técnica de raspagem, apresentando padrões visuais semelhantes aos encontrados nos demais sítios arqueológicos do município.

Apesar de ainda não possuir validação institucional formal como os demais, as evidências observadas — tanto na técnica utilizada quanto nas formas representadas — apontam com segurança para seu reconhecimento como um novo sítio arqueológico. As gravuras se inserem no mesmo contexto cultural dos demais registros da região, sugerindo uma ligação entre os grupos que ocuparam esses espaços, provavelmente os Panatis, povo originário que habitavam essas terras há milhares de anos.

Outro dado interessante, é o fato de moradores locais e trabalhadores rurais da área, terem encontrado artefatos da cultura lítica. Esses achados reforçam a importância de se considerar o Rio do Mestre como parte integrante do conjunto patrimonial vieirense.

Relatos de antigos moradores, falam da existência de lugares semelhantes que foram encobertos pelas águas, após a construção do reservatório público municipal.





Pilão de pedra encontrado na região do sítio Rio do Mestre.

Pilão de pedra encontrado na região do sítio Rio do Mestre.

Imagens: Arquivo pessoal.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAQUINHO

Localizado aos pés do Serrote de São Sebastião, o Sítio Saquinho é um espaço que combina natureza, espiritualidade local e vestígios milenares. Para chegar até ele, parte-se da Igreja Matriz de Santo Antônio, na zona urbana de Marcelino Vieira, seguindo por cerca de 1.700 metros pela Trilha de São Sebastião.

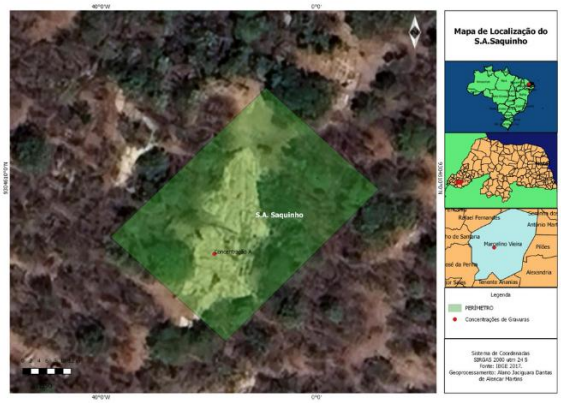
Próximo à concentração de rochas que marcam o caminho, uma pequena bifurcação à esquerda leva os visitantes até o lajedo onde se encontram as gravuras rupestres, bem no sopé do serrote.

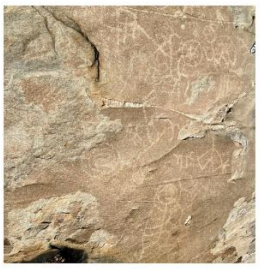
As inscrições estão gravadas em baixo-relevo por meio da técnica de raspagem, pertencendo à tradição Itacoatiaras, e formam um conjunto visualmente diverso.

Os painéis do Saquinho apresentam figuras que remetem a formas humanas (antropomorfas) e animais (zoomorfas), além de muitos elementos geométricos como linhas, círculos e padrões simbólicos não identificáveis.

Embora o estado de conservação seja considerado regular, as gravuras ainda são visíveis e representam um ótimo ponto de partida para discussões em sala de aula sobre os modos de vida dos povos originários, como os Panatis, que habitaram a região há milênios.

Próximo as margens do rio que atravessa a localidade onde fica o sítio Saquinho, foi encontrado por populares, uma lâmina de machado feito em pedra polida. O artefato está na foto ao lado.

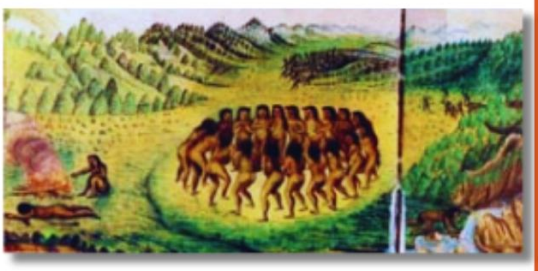




Imagens: Arquivo pessoal.

QUEM VIVEU AQUI?

Muito antes da chegada dos colonizadores europeus, esta região do Alto Oeste potiguar era território dos Panati, um dos vários grupos indígenas pertencente a nação Tarairiú, ou "tapuias", como eram chamados pelos colonizadores, pois viviam no interior e não falavam o tupi . Eles habitaram um amplo território, que incluía partes dos atuais estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. Mais precisamente, os Panati ocuparam áreas que hoje fazem parte de municípios como Pau dos Ferros, Marcelino Vieira, Encanto, Rafael Fernandes, Doutor Severiano e São Miguel. Seu modo de vida era semi-nômade, ou seja, mudavam de lugar ao longo do ano, conforme as estações e a disponibilidade de água e alimentos. Em vez de aldeias fixas, viviam em acampamentos temporários, montados com estruturas simples feitas de galhos e folhas. Dormiam em redes ou ao relento, próximos a grandes fogueiras. O banho matinal em rios era um costume diário, seguido por fricções com areia grossa, práticas de higiene que também eram formas de preparação física para o dia.



Imagens: Arquivo internet.

Um povo adaptado ao sertão

Por viverem em regiões de clima seco e vegetação árida, como a Caatinga, os Panati desenvolveram hábitos que refletiam uma grande resistência física. Alimentavam-se de mel silvestre, cobras, lagartos, raízes, frutos e pequenos animais. Também pescavam, caçavam e, após as chuvas, praticavam agricultura em várzeas, cultivando mandioca, milho e legumes.

As mulheres eram responsáveis pela culinária, cuidados com as crianças e montagem dos abrigos. Os homens saíam para caçar e buscar alimentos. As crianças aprendiam a nadar com poucos meses de idade e, desde cedo, ajudavam nas tarefas do grupo. Era comum que os jovens passassem por provas de força antes de poderem se casar, como correr longas distâncias carregando outro homem nos ombros, um treinamento para resgatar feridos em batalhas.

Cultura, rituais e aparência

Os Panati, como outros povos Tarairiú, tinham costumes bem diferentes dos europeus da época. Pintavam o corpo com tintas naturais (como o jenipapo e o urucum), usavam adornos feitos com penas, ossos e pedras coloridas, e furavam as orelhas, lábios e bochechas, onde colocavam enfeites. Suas roupas eram feitas com fibras vegetais e folhas — simples, mas adequadas ao clima.

Gostavam de festas e danças, especialmente nas cerimônias de casamento, que podiam durar dias. Nessas ocasiões, a noiva se apresentava toda pintada e enfeitada com penas coloridas, chocalhos e colares.

Eram guerreiros temidos pelos inimigos, usando estratégias de guerrilha e dominando várias armas, desde arcos e flechas até, mais tarde, espingardas trazidas pelos europeus. A coragem e força física eram muito valorizadas, e a liderança era baseada na sabedoria e experiência — como o famoso chefe Janduí, que, segundo relatos, teria vivido mais de 100 anos.

Legados que permanecem

Apesar de perseguidos e aldeados à força no período colonial, parte dos costumes dos Panati e outros Tarairiú ainda vive nas tradições do sertanejo. O costume de dormir em redes, o uso de chás de ervas medicinais, o banho diário e até a cerâmica artesanal são heranças dessa cultura ancestral. Objetos como panelas de barro, cuias, cestos e gamelas ainda resistem em algumas casas, assim como a alimentação à base de mandioca, farofa, fava, cuscuz, tapioca, carne assada, bata doce e legumes do sertão.

Hoje, ao visitar esses sítios arqueológicos, caminhamos sobre os rastros de uma história antiga e rica, marcada por resistência, sabedoria e uma profunda conexão com a terra e seus ciclos.

Imagens: Internet.

VAMOS PRATICAR?

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

O que há de indígena em mim?

Objetivo da atividade:
Reconhecer e valorizar a presença de saberes, práticas e influências indígenas no nosso cotidiano, promovendo identificação e respeito pelo conhecimento ancestral.

Descrição da atividade:
A atividade, consiste na elaboração de um painel visual coletivo - no estilo infográfico - com imagens de elementos culturais do seu cotidiano que têm origem ou forte influência indígena (*exemplos: alimentos como tapioca e mandioca, o uso da rede para dormir, ervas medicinais, nomes de lugares, palavras do vocabulário, brincadeiras, utensílios como a peneira, práticas como o benzimento, entre outros*).

Cada estudante fará sua pesquisa independente, e trará uma imagem que represente algum legado cultural de origem indígena. Ao lado de cada imagem escolhida, o estudante deverá escrever um pequeno texto explicativo, contendo:

- O nome do elemento;
- Sua origem ou influência indígena;
- Seu uso ou importância hoje (na vida do estudante ou na comunidade).

Etapas sugeridas:

1. Após a exposição do conteúdo sobre os povos originários na seção **"Quem viveu aqui?"**, orientar a pesquisa individual para ser feita em casa, de preferência com consulta à algum familiar de mais idade, ou com auxílio da internet.
2. O estudante deverá levar a imagem e o texto na aula seguinte, onde coletivamente o painel visual será montado.

Dica pedagógica:

- Criar um acervo coletivo da turma com os elementos identificados, formando uma espécie de dicionário ilustrado do "legado indígena em nós".

PREPARANDO A AULA DE CAMPO

Agora que você e seus alunos já exploraram conceitos essenciais e compreenderam a presença e a importância dos povos indígenas Panati neste território, é hora de sair da sala de aula e se conectar com esse passado.
Visitar um sítio arqueológico é uma oportunidade única para que os estudantes vivenciem o patrimônio cultural de forma direta, sensível e significativa. Para que a experiência seja rica, respeitosa e segura, o planejamento pedagógico e logístico é fundamental. A seguir, algumas orientações:

Orientações prévias

- É indispensável uma visita preliminar do professor para avaliar o local;
- Cada estudante precisa portar uma autorização (se menor de idade) do responsável legal;
- Usar roupas leves, calçados fechados, proteção solar, levar água e lanche;
- Levar material escolar para anotações e aparelho celular (com permissão) para tirar fotos;
- Evite subir nas pedras gravadas ou tocar nas inscrições;
- Evitar a dispersão do grupo durante a fala do professor(a);
- Respeitar a natureza e recolher o lixo.

Durante a visita

A visita ao sítio arqueológico deve ir além da contemplação. Ela pode ser um momento investigativo, reflexivo e afetivo. Aqui estão algumas sugestões para tornar a experiência mais rica:

Roteiro de observação guiada: oriente os alunos a observar atentamente o entorno. Que elementos da paisagem chamam atenção? Onde estão as pinturas? O que pode ter motivado a escolha do local?

Diálogo com o território: proponha perguntas durante o percurso, como:

- O que você vê aqui que é diferente do que imaginava?
- O que essas marcas podem estar tentando nos dizer?
- Como seria viver aqui há centenas de anos?

Registro fotográfico com propósito: se possível, permita que os alunos façam fotos, mas com um objetivo: registrar algo que tenha despertado curiosidade, admiração ou dúvida. Ao final da aula, é interessante criar um ambiente de descontração com fotografias espontâneas. Essa prática pode ajudar a registrar memórias autênticas e fortalecer os laços entre os participantes de forma leve e divertida.

Momento de escuta e silêncio: reserve alguns instantes para simplesmente observar e escutar o lugar. Isso ajuda a construir um vínculo afetivo com o patrimônio e possibilita uma conexão com a natureza.

O relatório: é imprescindível que as observações da aula, sejam registradas pelos estudantes em um relatório. **A seguir, temos uma proposta de relatório:**

VAMOS PRATICAR?

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Relatório da visita

Objetivo da atividade:
Estimular o olhar atento, a reflexão e o registro pessoal dos estudantes sobre a experiência vivida no sítio arqueológico. Por meio dele, os alunos expressam o que observaram, aprenderam e sentiram, fortalecendo vínculos com o patrimônio cultural e compreendendo a importância da sua preservação.

Descrição da atividade:
No início da visita, entregue a cada estudante, uma folha para que registrem suas impressões, reflexões e descobertas. Abaixo, um modelo que pode ser adaptado conforme o perfil da turma.

Nome: _____
Local visitado: _____
Data da visita: _____
Turma: _____

Sugestões de perguntas para o relatório:

1. O que eu vi:
(Descreva algo que chamou sua atenção durante a visita).

2. O que aprendi:
(Anote uma informação nova ou algo que você entendeu melhor visitando o local).

3. Como me senti no lugar:
(Compartilhe suas impressões ou emoções vividas na visita).

4. Por que é importante preservar este lugar?
(Escreva com suas palavras por que você acha que o sítio deve ser cuidado).

5. Como você imagina o cotidiano dos indígenas nesse lugar?
(Qual a função do espaço, que atividades realizavam nele).

6. Faça um desenho ou cole uma imagem da visita aqui:
(Representando algo marcante do lugar.)

PARA ENCERRAR

Este guia foi elaborado como um convite ao reconhecimento, à valorização e ao respeito pelas memórias que resistem no tempo. Ao abordar a história dos povos indígenas Panati e o patrimônio arqueológico presente em nosso território, buscamos contribuir para tirar do silêncio uma parte fundamental da nossa memória coletiva — muitas vezes esquecida, invisibilizada ou apagada.

Mais do que apresentar informações, o objetivo é provocar reflexões, despertar curiosidades e fortalecer vínculos com o lugar em que vivemos. Que este material sirva como ferramenta para professores(as) e estudantes se aproximarem de temas essenciais como identidade, ancestralidade, diversidade cultural e preservação do patrimônio.

Entendemos a educação como um espaço potente de transformação. Ao reconhecer o legado indígena em nosso cotidiano, ampliamos olhares, questionamos narrativas únicas e damos passos importantes na construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua própria história.

Que cada atividade proposta aqui seja um ponto de partida para novas descobertas. E que a presença dos Panati, expressa nas pedras, nas paisagens e nas memórias, possa continuar viva — não apenas como registro do passado, mas como parte integrante de quem somos hoje.

Dica pedagógica:
Ao final das atividades, promova uma exposição com os trabalhos dos alunos sobre os povos indígenas Panati e o patrimônio arqueológico local. Eles podem apresentar infográficos, desenhos, maquetes, fotografias e textos explicativos. A exposição pode acontecer na escola ou em um espaço da comunidade, como forma de compartilhar o conhecimento construído e valorizar as histórias silenciadas da região.

REFERÊNCIAS

BARRETO, **Cristina. A construção de um passado pré-colonial:** Uma breve História da Arqueologia no Brasil. Revista USP, 1999.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula.** Ed. 11. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 22 fev. 2025.

CABRAL, Elizabeth Mafra; NASSER, Nássaro A. Souza. **Informações sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte.** Natal, RN: UFRN, 1964.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ana Carolina. **Guia básico da educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 1996.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** 1. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
SANT'ANNA, Marcia. **Preservação como prática:** sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 85-108.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **A Pré-História do Rio Grande do Norte.** Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte.** Mossoró, RN: Edição do autor, 2022. ISBN 978-65-00-43158-2.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci. **Os índios tapuias do Rio Grande do Norte:** antepassados esquecidos. Coleção Mossoroense. Série "C", v. 1532, jan. 2008.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127162_por. Acesso em: 08 jul. 2025.

VASQUES, Márcia Severina; MILLER, Francisca (orgs.). **Arqueologia do Rio Grande do Norte:** balanços e perspectivas. Natal: EDUFRN, 2021.